

Laura Barzaghi de Laurentiis

Moradores-em-ação:

**constituição da paisagem no bairro Ribeirão Verde, em
Ribeirão Preto-SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo, para obtenção do grau de mestre.
Área de concentração: Paisagem e Ambiente

Orientação: Prof. Dr. Vladimir Bartalini

São Paulo
2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: lauralaurentiis@uol.com.br

Laurentiis, Laura Barzaghi de
L383m Moradores em ação: constituição da paisagem no bairro
Ribeirão Verde, em Ribeirão Preto-SP / Laura Barzaghi de
Laurentiis. --São Paulo, 2010.
146 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Paisagem e
Ambiente) – FAUUSP.

Orientador: Vladimir Bartalini

1.Paisagem - Ribeirão Preto(SP) 2.Paisagem - Formação
3.Assentamentos humanos 4.Periferia 5.Áreas de conservação
6.Movimentos sociais - Habitação I.Título

CDU 712(816.12)R484

a Clara, Marina , Gabriela e Antonio

Agradecimentos

Agradeço a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Em especial, agradeço ao professor Vladimir Bartalini, por ter me aceito como sua aluna, por sua dedicação e seriedade na condução deste trabalho e pelo aprendizado que estes três anos de convivência me proporcionaram. Aos professores Maria Ângela Faggin Pereira Leite e Paulo de Salles Oliveira, por suas observações e sugestões feitas no exame de qualificação, que muito contribuíram para o enriquecimento desta dissertação.

Aos representantes do Programa de Educação Ambiental do Ribeirão Verde, (PEARV), especialmente ao “Kami”, que com disponibilidade e atenção possibilitou os primeiros contatos com os moradores-em-ação. Aos moradores-em-ação Ana Maria, Antonia, Aparecida, Carlos, Eunísia, Euripa, Eurípedes Teixeira, Geraldo, Jessica e Natânia, José Donizete, Lindnalva, Lucirene, Marina, Roni, Selma, Sydney, Sonia e Valdomiro, que generosamente, ao colaborar com a pesquisa, permitiram sua consecução.

RESUMO

Moradores-em-ação: constituição da paisagem no bairro Ribeirão Verde, em Ribeirão Preto (SP)

A dissertação versa sobre as tentativas de formação da paisagem em assentamentos habitacionais periféricos em áreas ambientalmente sensíveis, com base nas ações paisagísticas de alguns moradores, os “moradores-em-ação”. Partindo do entendimento de que as ações normativas e técnicas são necessárias mas não suficientes quando as questões referentes à conservação de recursos naturais e à preservação de áreas protegidas envolvem pessoas, e, conseqüentemente, as subjetividades, o estudo procurou desvelar o processo de formação de valores em relação à paisagem mediante diferentes formas de apropriação do espaço. O objeto empírico é o bairro Ribeirão Verde, localizado na periferia da cidade de Ribeirão Preto, resultado de um empreendimento da iniciativa privada em parceria com a Cohab-RP, na forma de lotes urbanizados, numa área de fragilidade ambiental, por ser zona de recarga do aquífero Guarani. O objeto mais amplo é constituído pelas questões ambientais e paisagísticas envolvidas em um assentamento habitacional em área periférica e ambientalmente sensível, produzido no processo de urbanização intensa e problemática da cidade de Ribeirão Preto, e sua ocupação por uma população desenraizada que, mediante ações paisagísticas no espaço livre, constrói laços afetivos, um sentido de identidade e a própria paisagem do lugar. Buscou-se verificar as formas de apropriação de um espaço sem histórico para seus moradores, e como se dá, em tais condições, a constituição de uma paisagem. Para tanto, no quadro teórico-conceitual dos estudos de Percepção Ambiental e numa abordagem qualitativa, colheram-se e analisaram-se depoimentos de moradores do bairro. A partir desse material concluiu-se que as ações que propõem a separação entre “natureza e cidade” não correspondem à realidade da complexa interdependência entre os elementos que compõem o ambiente, encontrando-se alternativas na construção de substratos paisagísticos plásticos, receptivos, que possam acolher a heterogeneidade dos moradores, seus aportes e diferentes usos e apropriações – materiais, afetivos, simbólicos.

ABSTRACT

Dwellers in Action: Building the landscape at the Ribeirão Verde area, in Ribeirão Preto, SP

This dissertation deals with attempts at landscape building in peripheral housing settlements in an environment-sensitive area, through specific actions of a group of dwellers—the dwellers in action. On the assumption that the actual standardizing and technical interferences are necessary but not enough when people are concerned in issues regarding the conservation of natural resources and the preservation of endangered areas—meaning their native subjectivities, the study attempted to unravel the process of value formation regarding the landscape space by means of different ways of space appropriation. The empirical object was the Ribeirão Verde district, in the outskirts of Ribeirão Preto city. This settlement resulted from a private housing enterprise partner with Cohab-RP, to establish “urbanized lots” on an environment-sensitive area, since it is a reload site for the Guarani spring. In its widest sense, the object is made up of environment and landscape issues concerning an urban settlement on a peripheral and endangered area, resulting from the intensive and problematic urbanizing effort in Ribeirão Preto city, subsequently taken up by a space uprooted population. By means of their landscaping of free land parcels, these people build their attachments, a new sense of identity, and give the place its own profile. An attempt was made to identify how the dwellers tried to appropriate some land space without any prior story for them, and how they build the landscape under such circumstances. The testimonies of the district dwellers were collected and analyzed based on the theoretical body of concepts of Environment Perception, according to a qualitative approach. Based on this material we came to the conclusion that the actions intended to separate nature from city do not correspond to the reality of the complex interdependency among the elements that make up the environment, with its correlate search for alternatives to build plastic and receptive landscape sites able to welcome the material, symbolical, and psychological diversity of the dwellers, their individual contribution, differences in usage, and space appropriation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
 CAPÍTULO - 1 - RIBEIRÃO VERDE	13
1.1 Breve histórico da produção do espaço urbano em Ribeirão Preto	14
1.2 O papel da Cohab-RP na produção do espaço de Ribeirão Preto	23
1.3 Projeto Lotes Urbanizados – Ribeirão Verde	27
1.4 Área do empreendimento	29
1.4.1 Localização	29
1.4.2 Ocupação do bairro das Palmeiras	30
1.4.3 Características físicas do local	32
1.4.4 Águas subterrâneas: aquífero Guarani	34
1.4.5 Vegetação original do local	35
1.4.6 Vegetação original da área do empreendimento	39
1.5 Processo de aprovação do empreendimento	41
1.5.1 Caso Petrobras	45
1.5.2 Processo de aprovação do Ribeirão Verde: a questão ambiental	46
1.6 Formação do bairro Ribeirão Verde	50
 CAPÍTULO - 2 - MORADORES-EM-AÇÃO	56
2.1 Questões introdutórias	56
2.2 Moradores- em- ação e moradores- paisagistas	64
2.2.1 Colaboradores escolhidos	64
2.2.2 Moradores-em-ação são moradores-paisagistas?	68
 CAPÍTULO - 3 - PAISAGEM PERCEBIDA	80
3.1 Metodologia – Fundamentação teórico-conceitual	81
3.2 Escolha da técnica: fundamentação teórica da construção do “Percurso Fotográfico”	84
3.3 Coleta de dados	85
3.4 Organização do material coletado	88
3.5 Interpretação dos dados obtidos	92
3.5.1 Breves noções sobre percepção da paisagem	92

3.5.2 A “diferença do Ribeirão Verde”	93
3.5.3 Rotas: as geografias pessoais	94
3.5.3.1 Rota I: o bairro rural.....	94
3.5.3.2 Rota II: imagem institucional.....	97
3.5.3.3 Rota III: bairro antigo e atual	100
3.5.3.4 Rota IV: vistas panorâmicas	103
3.5.3.5 Rota V: espaços privativos	105
3.6 Algumas considerações sobre as Rotas	107
3.6.1 Os diferentes “bairros percebidos”	107
3.6.2 Imagem do Ribeirão Verde	108
3.6.3 Marcos referenciais “notáveis”	111
3.7 Paisagem percebida	117
 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
 BIBLIOGRAFIA	131
 GLOSSÁRIO.....	140
 ANEXO	146

INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais urbanos na atualidade não são um fenômeno restrito às metrópoles. Um ambiente degradado, resultante do processo de urbanização pela expansão das áreas periféricas, pode ser encontrado também em cidades de pequeno e médio porte.¹

Nesses processos de expansão as áreas urbanizadas apresentam, em muitos casos, situações de fragilidade ambiental, como as várzeas, as encostas, as áreas de preservação de mananciais e os afloramentos de aquíferos. Embora essas áreas apresentem restrições ao uso para urbanização, têm sido o destino residencial das camadas de baixa renda, ainda que existam áreas vagas em locais mais próximos do centro ou mais bem providas de recursos básicos (VILLAÇA, 2005, p. 225).

Além de avançar sobre os valores naturais da paisagem e do ambiente, esse padrão de ocupação do solo produz periferias longínquas e subequipadas, distantes não só dos centros urbanos, mas dos empregos e subempregos, do consumo de bens e serviços públicos. Conjuga-se a esse quadro de restrições descritas, certa desorientação daqueles, que, ao mudarem-se para esses assentamentos habitacionais periféricos, se defrontam com um espaço novo, cuja história desconhecem e do qual não têm memória. Essa situação é “*a sede de uma vigorosa alienação*”, o que também quer dizer desenraizamento (SANTOS, 2006, p. 328).

Nesta dissertação tratou-se dos problemas constituídos pela conjunção do crescimento das cidades sobre áreas periféricas ambientalmente frágeis, da ocupação dessas áreas por uma população desenraizada do espaço e não pertencente ao lugar e da formação de sentido de uma paisagem, por alguns moradores que, mediante ações paisagísticas pontuais – apropriações particularizadas do espaço livre do bairro – constroem laços afetivos, um sentido de identidade e a própria paisagem do lugar.

Para tanto, considerou-se o bairro Ribeirão Verde, na periferia da cidade de Ribeirão Preto, resultado de um empreendimento da iniciativa privada em parceria

¹ MARICATO, Ermíria. *Meio ambiente e reforma urbana*. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_meioambiente.pdf Acesso em: 8 fev. 2010.

com a Cohab-RP, na forma de lotes urbanizados, que contribuiu com um aporte populacional de 30 mil habitantes num período de dez anos, numa área de fragilidade ambiental, por ser zona de recarga do aquífero Guarani. Essa população convive com áreas remanescentes de vegetação original, protegidas pela legislação ambiental na forma de áreas de preservação permanente.

Os problemas apontados acima foram mediados, em um primeiro momento, pela intervenção do Ministério Público, que procurou paralisar as obras de loteamento com uma ação civil pública contra os empreendedores, uma vez que estes não haviam apresentado o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para aprovação pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Como resultado da atuação do Ministério Público foram determinadas medidas compensatórias dos impactos ambientais causados pela urbanização da área e danos ao aquífero Guarani. Entre estas se destacam a proteção de um fragmento de mata nativa com aproximadamente 10 hectares, a área de preservação permanente (APP) do córrego das Palmeiras, a arborização de ruas e de algumas áreas pertencentes ao sistema de lazer, e a exigência de um programa de Educação Ambiental atuante no bairro durante quarenta meses, período do financiamento dos lotes.

Mesmo com as medidas citadas percebeu-se a necessidade de haver receptividade pelos moradores em relação às áreas preservadas e áreas verdes em geral. Como exemplo do que se afirmou, em um quadro de abandono geral das áreas destinadas como “sistema de lazer” no bairro, destacam-se parcelas cuidadas por moradores, os “moradores-em-ação”. O que motiva tais práticas? O que elas representam? O que revelam?

Tentando compreender o problema apresentado procedeu-se primeiro a uma contextualização, situando o bairro Ribeirão Verde no espaço específico de Ribeirão Preto. Nota-se que a cidade, por sua vez, tem uma lógica de produção de espaço que ultrapassa os limites de município, ligando-se a uma ordem global. Nesse sentido, entendeu-se a produção do bairro Ribeirão Verde à luz de questões relacionadas à produção do espaço urbano no capitalismo periférico, à segregação

espacial por classe social e à formação de periferias nas cidades e habitação de população de baixa renda.

Em seguida, tentou-se desvelar a relação entre os moradores-em-ação e o ambiente do bairro Ribeirão Verde, para verificar a formação de valores paisagísticos.

Aqui surge um novo problema a ser enfrentado: a amplidão de significados que o termo paisagem assume nos diversos campos disciplinares nos quais é adotado. Em decorrência, variam os sentidos de sua formação e percepção.

Entende-se paisagem como a expressão sensível da relação do homem com o ambiente, percebida como um conjunto que é mais que a soma de seus componentes, que encerra certo investimento afetivo, e ao qual se atribui um valor estético. Já percepção, ultrapassa o significado meramente sensorial e inclui vários aspectos como cognição, imaginário, significado, avaliação e valoração. Esse sentido mais amplo do termo está de acordo com os estudos de Percepção Ambiental aqui tomados como referência.

Com o intuito de desvelar as paisagens percebidas pelos sujeitos da pesquisa, buscou-se apoio em trabalhos feitos nas esferas da geografia humanística e da psicologia ambiental e da psicologia social. Nessa posição, o ambiente não é entendido só como fonte de estímulos ou informações sensoriais, derivadas de suas propriedades intrínsecas (arquitetural, espacial, funcional etc.), mas inclui elementos simbólicos, normativos e oportunidades de ações, além de um sistema de relações sociais. Esses fatores se tornam constitutivos do ambiente, primeiro por meio de uma atribuição de significado socialmente partilhada. De modo semelhante, as pessoas são partes constituintes de contextos sociais, culturais e ambientais e têm respostas variadas não só por suas características individuais, mas também em relação às suas posições no contexto social.

A partir dessas considerações, os objetivos estabelecidos neste estudo foram: verificar as formas de percepção e apropriação de um espaço que não tem “histórico” para seus moradores; estudar os meios pelos quais a identidade e os laços afetivos com o lugar se dão no tempo; contribuir para o desenvolvimento de

um método de aproximação das questões que envolvem a apropriação de espaços e a constituição de paisagens.

Em busca da consecução dos objetivos descritos foi feita uma pesquisa empírica no bairro Ribeirão Verde. As estratégias para coletas de dados foram escolhidas em categorias metodológicas propostas por White (1978), baseadas no ouvir, no observar e no perguntar, triangulação metodológica que objetiva abranger a máxima amplitude na descrição, na explicação e na compreensão do objeto de estudo.

A dissertação organiza-se em três capítulos.

O Capítulo 1 tratou da produção do bairro Ribeirão Verde, a fim de apresentar o local e o objeto empírico da pesquisa desenvolvida. Focalizaram-se os processos de formação do espaço urbano de Ribeirão Preto, destacando-se o papel do Estado como importante agente nessa produção. Pretendeu-se, por intermédio do conhecimento das forças determinantes da estruturação do espaço urbano de Ribeirão Preto, situar o bairro nos processos de produção e de reprodução do espaço urbano. Em seguida, foram apresentadas as questões próprias à produção do bairro pela reconstituição de sua história e os conflitos em torno de seu empreendimento. Ainda nesse capítulo são apresentados os moradores-em-ação, os sujeitos da pesquisa.

O Capítulo 2 teve como escopo refletir sobre as práticas do moradores-em-ação nos espaços livres do bairro Ribeirão Verde. Para tanto, foram introduzidas os aspectos referentes à formação da paisagem, como enraizamento, sentido de lugar, pertencimento e identidade, assim como foram feitas considerações sobre a delimitação da noção de paisagem empregada neste trabalho e a apresentação de alguns pontos de vista dos autores que forneceram subsídios teórico-conceituais para a pesquisa. Após a reflexão teórica, as práticas do moradores-em-ação foram analisadas à luz das experiências de outros lugares, especificamente as descritas por Bernard Lassus sobre os moradores-paisagistas na França.

O Capítulo 3 tratou da paisagem percebida pelos moradores-em-ação, com base nos dados coletados no trabalho de campo. Foram explicitados os passos da elaboração do instrumento de pesquisa, e introduzidas noções gerais do quadro

teórico-conceitual dos estudos em percepção ambiental. Em seguida são expostas as análises do material coletado e as interpretações propostas.

Nas Considerações Finais, tentou-se, pela retomada do caminho da pesquisa, iluminar a limitação das ações normativas e técnicas, necessárias, mas não suficientes, nas questões referentes à conservação de recursos naturais e à preservação de áreas protegidas, quando envolve pessoas e, conseqüentemente, suas subjetividades. Voltando ao problema original da preservação e da conservação da paisagem e do ambiente do bairro, discutiram-se as relações intrincadas entre este e a população moradora na construção da paisagem, fundamentando-se no estudo feito.

Em síntese, partilhando a princípio uma condição comum de desenraizamento em relação ao lugar, os moradores-em-ação podem, supostamente, por suas próprias ações, desenvolver uma noção de paisagem. Seria possível pensar na formação de uma “sensibilidade paisagística” decorrente das ações praticadas pelos moradores-em-ação?

Foram essas as perguntas essenciais às quais se tentou responder neste trabalho, nos limites a que se propõe, como uma primeira e abrangente aproximação a esses problemas complexos.

CAPÍTULO - 1

RIBEIRÃO VERDE

Este capítulo apresenta o local da pesquisa, o bairro Ribeirão Verde, localizado na periferia do município de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo.

De acordo com Villaça (2005) a produção dos espaços intraurbanos deve ser entendida em relação às outras localizações intraurbanas, ou seja, é indispensável considerar as relações de determinado ponto ou conjunto de pontos com todos os demais pontos do espaço urbano. Seguindo nessa direção, o item 1.1 contextualiza a produção do espaço em Ribeirão Preto, retomando a história da formação do núcleo urbano que, desde os primórdios, evidencia uma tendência à segregação espacial por classe social, com “uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular” (VILLAÇA, 2005, p. 147). Pretende-se, pelo conhecimento dos determinantes da estruturação do espaço urbano situar o bairro nesse universo, a fim de conhecer sua inserção na vida da cidade, suas articulações com o centro do município, com outros bairros e com o entorno rural, no ir e vir das pessoas, no consumo da cidade e nos processos de produção e reprodução do espaço urbano.

Com orientação teórica construída com base em autores que estudam a produção do espaço, como Ermíria Maricato, Flavio Villaça e Milton Santos, procurou-se dados empíricos para alimentam este estudo na recente produção acadêmica sobre o espaço urbano de Ribeirão Preto, entre os quais os trabalhos de Bezzon (2002), Lima (2005), Fernandes (2004), Magalhães (1997), Silva (2002, 2004, 2007), e Pires (1996). Objetiva-se, assim, contextualizar a produção do bairro Ribeirão Verde para que se possa ter uma visão mais acurada das dinâmicas e das disputas envolvidas entre seus vários agente produtores.

Nesse sentido, no item 1.2, aborda-se o importante papel da Cohab de Ribeirão Preto na reprodução do espaço urbano e a contextualização da formação de parceria da empresa com o setor privado na produção de habitação de interesse social no município, e na produção do bairro Ribeirão Verde, assunto desenvolvido no item 1.3.

Em seguida, no item 1.4, descreve-se o local do empreendimento, através de suas características históricas, sociais, físicas e biológicas. Uma vez que a área apresenta considerável fragilidade ambiental, deu-se especial atenção aos fragmentos de vegetação nativa existente e ao “elemento de conflito”, o aquífero Guarani. Após esse panorama do local pesquisado, ou seja, sua inserção na produção social do espaço urbano de Ribeirão Preto e suas características biofísicas, introduz-se, no item 1.5, a história do conflito entre os agentes produtores do bairro Ribeirão Verde e o movimento ambientalista, conflito esse responsável por um modelo de construção diferenciado dos assentamentos de periferia, com uma série de exigências feitas por organismos representantes do movimento ambientalista, e cumprida pelos empreendedores, o que o movimento ambientalista à época considerou uma vitória política

Por fim, apresentam-se em 1.6 os processos de formação do bairro e suas características sociais e ambientais na ocasião deste trabalho. Os dados usados foram obtidos por pesquisa documental e pesquisa de campo. Nesse item, faz-se também uma exposição sobre os espaços livres, com ênfase nas áreas de lazer, cuidadas por moradores do bairro, os moradores-em-ação.

1.1 Breve histórico da produção do espaço urbano em Ribeirão Preto

A malha urbana de Ribeirão Preto estende-se no eixo norte-sul, formando regiões claramente diferenciadas e ocupadas por pobres e ricos, respectivamente (BEZZON, 2002). Na região norte da cidade encontra-se a maioria das habitações de interesse social, os grandes assentamentos construídos pela Cohab-RP a partir da década de 1970. Em direção ao outro extremo da cidade estão os bairros da classe média alta, planejados e pouco adensados, como Jardim Canadá, City Ribeirão, Jardim Nova Aliança, alto da avenida João Fiúza, condomínio Santa Ângela, Jardim Botânico e inúmeros loteamentos construídos na última década, luxuosos condomínios horizontais, distribuídos ao longo do eixo rodoviário que liga Ribeirão Preto ao distrito de Bonfim Paulista, e ao longo do contorno sul do anel viário.

A organização espacial e a ocupação territorial da cidade mantêm-se desde a consolidação de seu núcleo urbano em 1900, com concentração de habitação

popular no quadrante norte, num crescente processo de periferização e segregação espacial, já presente nos primórdios da formação do núcleo urbano, na concepção e na implantação do Núcleo Colonial Antonio Prado origem do desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto (BEZZON, 2002; SILVA, 2007).

Embora o povoado tenha sido fundado com a demarcação do patrimônio de São Sebastião, em 1856, o desenvolvimento urbano propriamente dito só teve início no último quartel do século XIX, devido a três fatores principais e interligados: a consolidação da cafeicultura na região; a chegada da ferrovia Mogiana, em 1883, e a vinda do grande número de imigrantes italianos. A população, que era de 10.420 habitantes em 1886, passou a aproximadamente 60 mil em 1900, graças ao grande fluxo de imigrantes italianos.



Figura 1 – Av. Presidente Vargas, corredor comercial na zona sul de Ribeirão Preto
Fonte: Painel (nº 159, junho de 2008)

A área urbana de Ribeirão Preto, em 1883, era de 44 hectares, e contava apenas com algumas ruas localizadas ao redor do largo da Matriz, conforme se pode observar na Figura 2.

A primeira expansão urbana para além do córrego do Retiro Saudoso ocorreu com a criação do núcleo colonial Antonio Prado, o qual originaria dois dos bairros mais populosos de Ribeirão Preto: Ipiranga e Campos Elíseos.

O Núcleo Colonial Antonio Prado foi implantado em 1887, em terras devolutas na várzea do ribeirão Preto e do córrego Retiro, para além da Estrada de Ferro da Mogiana, com o intuito maior de atrair imigrantes para o trabalho nas lavouras de café da região e abastecer a cidade com gêneros de subsistência (SILVA, 2007).

A gleba do núcleo foi dividida em duzentos lotes dispostos em cinco partes, sendo uma a sede, com lotes menores, também chamada “seção urbana”, concebida para funcionar como uma administração do núcleo, e as outras quatro seções formadas por lotes “rurais”, com maiores áreas. O valor do metro quadrado dos lotes da sede era dez vezes superior ao valor da mesma área em uma das quatro seções “rurais” e, para adquirir um destes, era necessário que o candidato exercesse algum tipo de ocupação urbana. Na sede do núcleo estabeleceram-se os mestres de ofícios, como pedreiros, marceneiros e sapateiros, entre outros (SILVA, 2002). Ainda no fim do século XIX, na área do núcleo Antonio Prado, além da estrada de ferro e do ribeirão Preto e do córrego Retiro Saudoso, foram instalados, conforme os princípios do urbanismo sanitaria vigente à época, a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo dos Inválidos, o hospital de isolamento e o cemitério dos leprosos, um novo cemitério municipal e o matadouro. Em sua área foram instalados também armazéns, moinhos, olarias e açougues, entre outras atividades fabris e comerciais.

Vários bairros da cidade, além dos dois já mencionados, formaram-se na área do núcleo colonial Antônio Prado. Na década de 1910 já havia se formado a Vila Tibério, bairro operário, com enorme contingente de imigrantes, que trabalhavam nos estabelecimentos comerciais do centro da cidade ou nas recém-inauguradas fábricas cervejeiras.

Na análise de Silva:

[...] a implantação do núcleo em questão viria a desenhar imediatamente o fundamento de uma “geografia social da cidade”, que perdura até os dias atuais, da qual não se consegue mais escapar: o vetor de expansão sul, partindo do “quadrilátero central”,

nas proximidades com a Avenida Nove de Julho e Independência, configurando a centralidade da elite, concentrando valores imobiliários altos, habitações luxuosas, alto consumo e mais investimentos públicos; no sentido oposto, a partir da chamada “baixada” formada pelo encontro do ribeirão Preto e do córrego Retiro Saudoso, na proximidade com as avenidas Jerônimo Gonçalves e Francisco Junqueira, seguindo por toda a Via Norte, entre os bairros que tiveram origem do Núcleo Colonial Antônio Prado (com exceção dos bairros originados da quarta seção), foi delimitado o território da pobreza (2002, p. 2).

Na parte mais alta do centro da cidade surgiu, na década de 1920, o bairro Higienópolis com seus casarões. No sentido sudeste, o quadrilátero central começou a se expandir, dando origem à Vila Paulista (atual Jardim Paulista) e Vila Seixas.

Com a crise de 1929, o café entrou em declínio e foi substituído por outras culturas, como cana-de-açúcar, algodão, arroz, laranja, soja e pela pecuária, processo que se deu simultaneamente ao loteamento das grandes fazendas. As condições favoráveis de clima e fertilidade dos solos, aliadas a técnicas mais modernas, garantiram altos padrões de produtividade e renda nas propriedades agrícolas, colaborando com o desenvolvimento do setor comercial, industrial e de serviços do município de Ribeirão Preto, já então plenamente consolidado como a principal base urbana da região (PIRES, 2004).

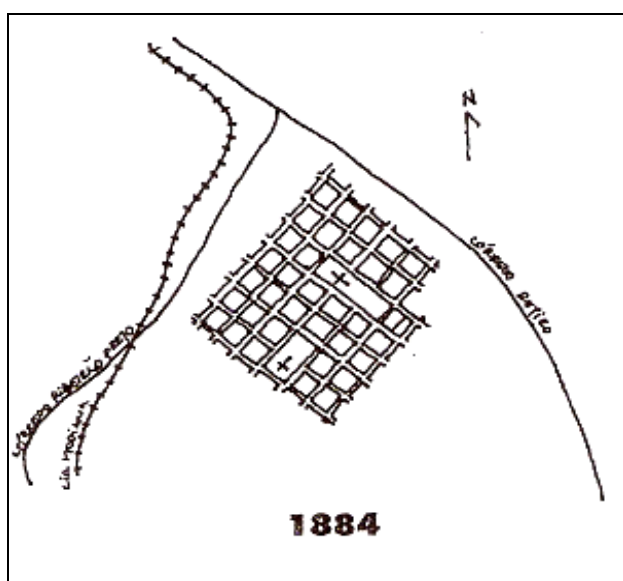


Figura 2 – Mapa de Ribeirão Preto, 1884
Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP).



Figura 3 – Núcleo urbano principal de Ribeirão Preto e núcleo colonial Antônio Prado em 1887

Fonte: APHRP.

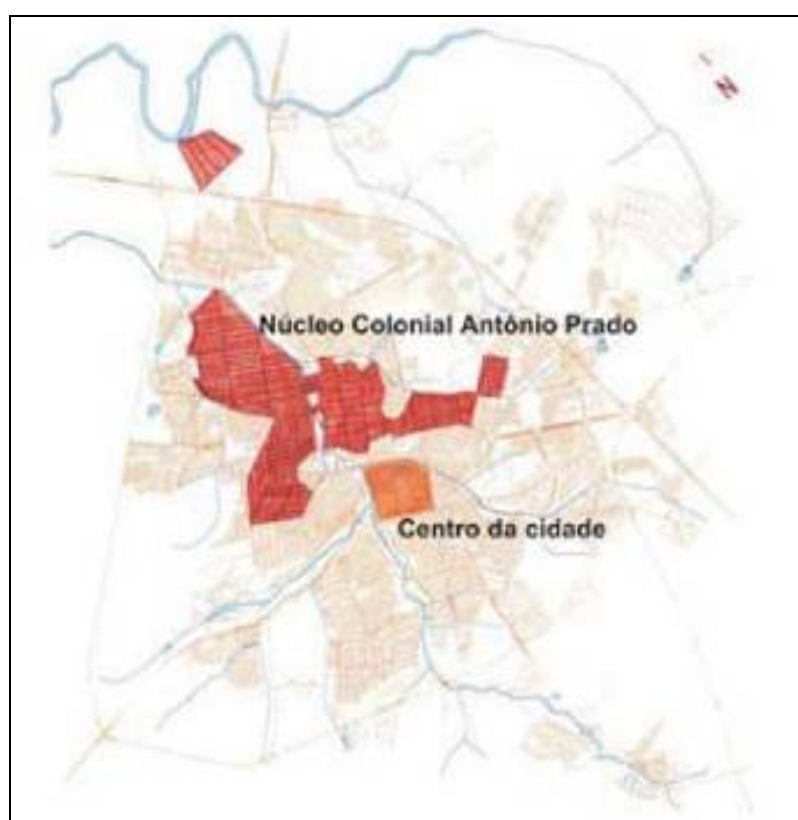


Figura 4 – Núcleo urbano principal de Ribeirão Preto e núcleo colonial Antônio Prado em 1887 sobrepostos à malha urbana atual

Fonte: Silva, 2002.



Figura 5 – Mapa de Ribeirão Preto, 1935
Fonte: APHRP.

Na década de 1950, a recuperação da economia regional após a crise dos anos 1930 se intensificou, impulsionada pelo desenvolvimento da agricultura, pela implantação da indústria de base tecnológica na região e pelo desenvolvimento do setor terciário, além do aumento populacional inédito, o que ocasionou uma expressiva expansão urbana: entre 1950 e 1959, aprovaram-se 121 loteamentos e, na década seguinte, 46, todos destinados principalmente para a classe popular. A partir daí, teve início o acelerado processo de loteamento das glebas das seções ainda disponíveis do núcleo Antônio Prado que, nos vinte anos seguintes, foram incorporadas à malha urbana (SILVA, 2007).

Nessa época a Zona Sul começou a se desenvolver, consolidando-se os novos bairros de classe média alta, como Alto da Boa Vista, Jardim Sumaré e Jardim Recreio, este próximo à recém-inaugurada Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

O fim dos anos 1950 marca um ponto de inflexão na expansão urbana. Se até então a cidade não havia ultrapassado a ferrovia, e, portanto, o tecido urbano não apresentava descontinuidades acentuadas, daí em diante intensificou-se a incorporação de novas áreas, com a expansão territorial na direção norte, no entorno da via Anhanguera.² A expansão consolidou-se nas décadas seguintes,

² A Estação Mogiana foi transferida para a Av. Brasil, em 1970.

sobretudo nos anos de 1970, seguindo em direção a nordeste e, na década de 1980, em direção a leste (BEZZON, 2002).

O desenvolvimento econômico manteve-se na década de 1960, consolidando o município como centro comercial, financeiro e de serviços, em particular nas áreas de atividades culturais, educacionais e de saúde.

Na década de 1970, com o Proálcool,³ Ribeirão Preto assumiu um papel de destaque na economia nacional como polo agroindustrial.

A população total do município passou de 147.361, em 1960, para 212.879, em 1970, o correspondente a uma taxa de crescimento anual de 4,4%, ao passo que a população urbana passou de 119.429 para 196.242 habitantes, um aumento anual de 6,4%, e uma taxa de urbanização de 81,05%. Na década de 1970, o aumento da população urbana foi da ordem de 112.103 habitantes, ou seja, mais de 5% ao ano. Nesse período a população total aumentou em 105.617 habitantes, a taxas anuais de crescimento de 3,7%. A migração entre 1960 e 1980 contribui com 97.376 novos habitantes, o que corresponde a 51% de aumento demográfico total. É preciso notar que a população rural decresceu 63% no mesmo período, de onde se infere que o destino dos migrantes foi a área urbana.

Conforme foi estudado por Calil Júnior (2003), a grande expansão do tecido urbano de Ribeirão Preto, tanto por iniciativas públicas quanto privadas, se fez acompanhar de obras viárias que facilitaram o acesso bairro-centro e a comunicação entre os bairros, sobretudo para os conjuntos habitacionais mais distantes: no fim da década de 1960 foi elaborado o “Plano de Vias”, que passou a orientar as intervenções viárias por cerca de vinte anos. O conjunto proposto atendia a todas as regiões da cidade: nos anos de 1960 e 1970 implantaram-se o Anel Viário e diversas vias expressas, interligando as várias regiões da cidade. De acordo com Calil Junior, tal expansão constituiu um dos principais condicionantes para o surgimento de novos empreendimentos imobiliários, que ultrapassaram inclusive o limite urbano definido pelo Anel Viário.

³ O Proálcool, lançado em 1975, incentivou a monocultura de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto e a multiplicação das usinas de açúcar e álcool, uns dos principais determinantes do crescimento econômico da região.

Com o aumento da população urbana verificado nos decênios 1970-1980 o crescimento da cidade foi extremamente acentuado, com um aumento de 66% da área loteada. De acordo com Semeghini:

[...] enquanto na maioria das cidades mais industrializadas os anos 1980 caracterizaram-se pela desaceleração do crescimento urbano em função da conjuntura de crise, em Ribeirão Preto isso não ocorreu, aumentando-se o dinamismo (1990, p. 46).

O bom desempenho da economia no município entre 1980 e 1985 foi propiciado pela agroindústria e pelo desenvolvido setor terciário. Esse cenário de desenvolvimento econômico foi veiculado pela mídia, que alardeou a “alta renda *per capita*” da cidade, apelidada de “Califórnia brasileira”. A propaganda atraiu para o corte de cana uma massa de trabalhadores não especializados de todo o país, principalmente do Nordeste (SILVA, 2007). Entretanto, o trabalho sazonal e a gradativa mecanização do campo, bem como as diversas oscilações na economia que paralisaram a construção civil, elevaram o número de desempregados e indigentes na cidade, acarretando o progressivo aumento do número de favelas, loteamentos irregulares e cortiços.

Nesse mesmo período houve intensa valorização imobiliária na cidade (PIRES, 1996). Além da expansão horizontal, o aumento do preço do solo urbano atraiu investidores, provocando um adensamento da área já urbanizada, sobretudo pela verticalização, em particular na área central. De acordo com Spósito (1991), a evolução do crescimento da produção imobiliária vertical nos anos 1980 no interior do estado de São Paulo – forma de morar até então tipicamente metropolitana –, pode ser considerado o primeiro movimento significativo na direção da realização dos interesses fundiários e imobiliários nas cidades médias. Do ponto de vista das relações centro-periferia, a verticalização maciça das áreas mais centrais reforçou o modelo de expansão territorial das cidades médias do interior de São Paulo, com a formação de grandes manchas periféricas.

Nesse cenário, a partir da década de 1980 foram sendo gradativamente incorporados à malha urbana os lotes remanescentes da segunda seção do Núcleo Colonial Antônio Prado, com a criação de novos conjuntos habitacionais pela Cohab-

RP, processo que se acentuou em meados da década de 1990, após a facilitação do acesso através da construção da Via Norte.

Quadro 1 – Desenvolvimento da população no município de Ribeirão Preto – São Paulo

ANOS	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	URBANIZAÇÃO
1874	5.535			
1886	10.420			
1900	60.000			
1912	58.220	18.732	58.220	
1922	75.000	25.000	50.000	
1940	79.783	31.766	48.017	60,18
1950	92.160	63.312	28.848	70,89
1960	147.361	119.429	27.932	81,05
1970	212.879	196.242	16.637	92,18
1980	316.918	306.837	10.081	96,81
1991	434.142	424.311	9.831	97,75
1996	455.810	453.684	2.126	99,53
2000	504.923	502.760	2.163	99,57
2008	558.136	*	*	99,66

Fonte: 1874, 1886 e 1900 CAMARGO (1991); 1912; 1940 e 1950 WALKER (2000); 1960, 1970, 1985, 1991 Fundação SEADE e Censos IBGE.

*Dados não tabulados.

Configurou-se, assim, ao longo dos anos, grande mancha periférica de conjuntos habitacionais formados de unidades horizontais, distantes do centro urbano, desprovidos de equipamentos sociais, possibilidades de trabalho e de lazer, abrangendo toda a zona norte do município. Foi na década de 1980 que se registrou o maior número de habitações construídas pela Cohab-RP, mais de 80% da produção total, na maior parte localizados na zona norte da cidade (PIRES, 1996). Até 1980, a construção dos conjuntos habitacionais estava limitada ao interior do anel viário, evitando maior isolamento da malha urbana. Mas a partir de 1990, esse limite foi ultrapassado e teve início a ocupação para além do anel viário, sobre a área leste do município, que passou a ser o maior vetor de expansão de conjuntos para população de baixa renda (CAIADO, 1992).

Em 1981, foi construído na Av. Cel. Francisco Ferreira Leite, eixo viário sul o primeiro *shopping center* de Ribeirão Preto, o Ribeirão Shopping, edifício comercial que estabeleceu a região como área de grande desenvolvimento urbano, formando um forte corredor comercial, com edifícios residências e comerciais de alto padrão, condomínios horizontais de luxo, direcionando os investimentos públicos e privados, criando, ao longo do eixo sul, uma área periférica de alta renda (BEZZON, 2002), dotada de todos os serviços básicos e infraestrutura que servem de residência para as classes mais altas.

Com o aprofundamento da capitalização do setor agropecuário, a chegada incessante de migrantes do campo, de outras cidades e estados, e o empobrecimento de parcela crescente da população, a cidade de Ribeirão Preto apresentava-se, na década de 1990, bastante expandida e dispersa, seguindo o padrão de forte segregação das classes sociais em seu território (ELIAS, 1996).

Em 1993 calculava-se um déficit habitacional em torno de 27 mil famílias⁴ o que contribuiu para o recrudescimento da exclusão social. Em 1993, segundo dados da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social do município de Ribeirão Preto a cidade contava com 7.830 favelados distribuídos em 21 favelas na cidade. No início de 2001, esse número se elevou para 26.205 moradores em favelas e ocupações de sem-teto, que, reunidas, contabilizavam 31 áreas. Em dezembro de 2007 havia cerca de 14 mil pessoas vivendo em trinta favelas do município de Ribeirão Preto (FERNANDES, 2004).

1.2 O papel da Cohab-RP na produção do espaço de Ribeirão Preto

O papel do Estado na organização do espaço na região de Ribeirão Preto sempre foi importante. A urbanização da sociedade e do território da região não pode ser entendido sem se considerar o grande investimento feito pelo Estado, tanto em nível municipal quanto federal, na instalação de infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos complexos agroindustriais. A localização e a construção dos fixos, atendendo aos interesses econômicos das empresas, resultaram numa

⁴ De acordo com a Cohab, *Folha de S.Paulo*, 14 out. 1993.

urbanização corporativa, em que os interesses sociais não foram privilegiados (ELIAS, 1996).

De acordo com Elias (1996), como a maior parte dos recursos se destina a satisfazer as necessidades das empresas hegemônicas e das classes abastadas, o meio técnico científico informacional não se difundiu equitativamente, acarretando disparidades quanto à dotação de sistemas de engenharia de transportes, de comunicações, de eletrificação e de serviços sociais básicos, reproduzindo-se a acumulação de vantagens no centro da cidade e desvantagens na periferia. Um modelo de produção de espaço em que o poder político está relacionado ao poder pessoal, a dominação ligada ao patrimonialismo e ao privilégio (MARICATO, 2001).

Apesar do considerável crescimento econômico, tanto a riqueza gerada concentrou-se mais quanto a pobreza se difundiu cada vez mais, resultando em agravamento dos problemas sociais e crescente déficit habitacional para a população de baixa renda. Elias destaca o papel do Banco Nacional da Habitação (BNH) – na organização do espaço da região e do município de Ribeirão Preto. Favorecida por vários programas de obras de desenvolvimento urbano, a cidade tornou-se extremamente atrativa para o investimento de capital de grandes corporações nacionais e multinacionais. De acordo com a autora,

[...] os conjuntos habitacionais serviram de pretexto, quando o objetivo era dotar o território de maior fluidez, como de fato ocorreu. O BNH ajudou a expandir a malha urbana e a construir o modelo urbano corporativo e fragmentado. Como em todo o país, o uso diferente do capital social da cidade pelos diversos capitais particulares submeteu a construção de moradias populares às oscilações de conjuntura e não às reais necessidades estruturais da população, deixando seu comando ao encargo da especulação. O resultado é a falta de moradias, assim como a baixa qualidade das construídas pelos diversos níveis de governo (1996, p. 236).⁵

Com fundos provenientes das captações das cadernetas de poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o BNH foi, durante mais de duas décadas, um importante alicerce da política urbana brasileira.

⁵ O papel do Estado na valorização diferencial da terra urbana é amplamente discutido por VILLAÇA, 1999, e MARICATO, 1996; 2001, entre outros.

A produção habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), por intermédio do BNH, no período de 1965 a 1986, dirigiu os investimentos promovendo transformações significativas nas cidades brasileiras, com a construção de habitações e obras de infraestrutura urbana. Foram construídas 4,8 milhões de unidades habitacionais em todo o país, alimentando a prosperidade da construção civil e viabilizando o lucro de uma infinidade de intermediários, tanto da esfera promocional quanto da financeira. No discurso oficial, dava-se atendimento prioritário à população de baixa renda, mas apenas 6,4% dos saldos dos financiamentos do Sistema foram direcionados a famílias com renda inferior a 3,5 salários mínimos.

Elias destaca que, durante a existência do BNH, o déficit habitacional de Ribeirão Preto e cidades da região não diminuiu, mas cresceu geometricamente, corroborando a afirmação de Milton Santos de que “[...] esse banco tornou-se em primeiro lugar o banco da cidade, a instituição financeira estatal destinada a preparar as cidades para melhor exercer seu papel na fase do capital monopolista que estava se implantando” (SANTOS, 1993, p. 111-112).

Pertencentes ao SFH, as Companhias de Habitação (Cohabs) criadas em 1965, foram constituídas sob a forma de sociedades de economia mista, devendo o poder público, estado ou município deter o controle acionário. Os programas gerais das Cohabs são direcionados para as famílias com renda mensal até três salários mínimos, o que depois foi ampliado para cinco salários mínimos. São de responsabilidade das Cohabs a administração da carteira de financiamento e a comercialização das unidades habitacionais.

A Cohab-RP foi criada em 1970, com participação de capital de 21 Prefeituras, lideradas pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto que subscreveu e detém 52% do capital social da empresa, considerada uma das maiores companhias de habitação popular do Brasil e apontada como a líder do ranking das cem maiores empresas da região (COHAB, 1995). O primeiro conjunto habitacional foi construído no município de Ituverava com 66 unidades e o segundo, em Santa Rosa do Viterbo, com catorze unidades, ambos entregues em 1971; em 1973 entregou-se o primeiro conjunto habitacional em Ribeirão Preto: Castelo Branco, localizado na zona norte, aquém do anel viário.

O papel da Cohab-RP merece destaque no crescimento da cidade e região, uma vez que a expansão da área urbana verificada ocorreu, em grande parte, devido à implantação de conjuntos habitacionais, chegando, em algumas cidades, a dobrar a área ocupada pelo núcleo urbano em 1970, sobretudo pelo espraiamento das mesmas, consequência da implantação dos conjuntos habitacionais em lugares cada vez mais distantes dos centros. Entre 1970 e 1991, a produção de moradias da Cohab-RP correspondia a 35% de acréscimo de domicílios urbanos em Ribeirão Preto. Em 1991, mais de 20% do parque habitacional de Ribeirão Preto era formado por moradias construídas pela Cohab-RP (PIRES, 1996, p. 131). Até 2003, a Cohab-RP construiu 72.424 moradias na Região Administrativa de Ribeirão Preto, das quais 27 mil no município de Ribeirão Preto. Seu período de atuação mais intensa coincidiu com a fase de crescimento acelerado da região, impulsionado, em grande parte, pelo Proálcool e pelo intenso movimento migratório, já mencionado (COHAB, 1995).

Após a extinção do BNH em 1986, a Caixa Econômica Federal, através de portaria emitida pelo Banco Central, passou a ser o agente financeiro dos programas habitacionais e as Cohabs passaram a administrar para o governo federal a dívida dos mutuários. Em 1992, a concessão de recursos financeiros pelo Governo Federal para financiamentos populares foi suspensa.

Em Ribeirão Preto, a primeira gestão de Antonio Palocci (1993-1996), pautada em projeto de governo que priorizava o desenvolvimento com democratização e com ênfase nos programas sociais, investiu fortemente nas parcerias com o setor privado, inclusive na produção de habitação de interesse social através da Cohab-RP. Entre os vários programas, o que interessa a esta pesquisa é o Programa Lotes Urbanizados.

O Programa Lotes Urbanizados objetiva ampliar a oferta de lotes dotados de infraestrutura básica (água, esgoto, energia elétrica e pavimentação) para famílias de baixa renda, residindo em situações de risco, em casas alugadas ou em locais sujeitos a obras públicas. Esse Programa é uma alternativa de baixo investimento, que serve de base para várias formas de execução das unidades habitacionais. Os projetos desse programa podem ser desenvolvidos em terrenos da Cohab-RP, da Prefeitura, das comunidades organizadas e em terrenos da iniciativa privada em parceria com a Prefeitura.

1.3 Projeto Lotes Urbanizados – Ribeirão Verde

Com o advento do Plano Real, em 1994, e início de um período de desindexação e estabilidade econômica, a iniciativa privada viu-se em condições planejar as vendas e o fluxo de caixa para projetos de longo prazo. O financiamento passou para o controle privado, baseando-se em um fluxo de caixa determinado pela venda parcelada dos lotes. Em outras palavras, com o processo de inflação controlado em índices próximos a zero, a iniciativa privada foi atraída pela produção e financiamento dos lotes urbanizados de interesse social.⁶

Procurando cumprir as metas da administração Palocci de produção de 4 mil lotes urbanizados até o fim de seu governo, em 1996, a Cohab-RP fez a primeira parceria com a iniciativa privada, uma empresa de construção civil da cidade, Engindus Engenharia Industrial Ltda., que executava as obras com recursos próprios ao passo que a Cohab-RP, oferecia a área e a prestação de serviços de assessoria técnica, financeira, jurídica, administrativa e social. O primeiro projeto foi o Loteamento de Interesse Social Jardim “Heitor Rigon” na zona norte, empreendimento com 1.716 lotes.

A experiência de parceria bem-sucedida incentivou um segundo empreendimento entre a Engindus e a Cohab-RP, mas com mais empresa, Protenco Projetos Técnicos Ltda.⁷ Nesse novo empreendimento de lotes urbanizados, acordou-se que a iniciativa privada financiaria os lotes, a Cohab os comercializaria e administraria a carteira, enquanto a municipalidade se responsabilizaria pelas construções institucionais, como escolas, posto de saúde e creches.

O empreendimento denominado Ribeirão Verde – Lotes Urbanizados, que motivou tal parceria, previa a construção de 3.461 lotes em uma área de 1.555.823,16 m², na fazenda Santa Maria, localizada a leste da cidade, no bairro rural das Palmeiras, de propriedade da Flora Agrícola, pertencente a um grupo de empresas, entre as quais as empreendedoras do Ribeirão Verde, Engindus e

⁶ Declaração do empresário Moacir Castelli (ENDO, 2008).

⁷ As duas empresas tinham como sócio-diretor, na época do empreendimento, o empresário Moacir Castelli.

Protenco. A área foi dividida em duas parcelas, sendo que 964.279,16 m² foram comprados pela Engindus e 591.544,00 m², pela Protenco.

Conforme depoimento do empresário e sócio das empresas, Moacir Castelli,⁸ essa decisão foi tomada para não “comprometer o fluxo de caixa” das empresas. Essa separação da gleba para equacionar “o fluxo de caixa” tornou-se motivo de uma ação civil pública, como será visto adiante, uma vez que o Ministério Público Federal entendeu que se tratava de um único empreendimento, e portanto, de acordo com a Resolução CONAMA (1986), necessitava de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

Assim, foram feitos dois contratos com a Cohab-RP: o primeiro, entre a empresa Engindus (contratante) e a Cohab-RP (contratada), e o segundo entre a empresa Protenco e a Cohab-RP. O contrato entre a Engindus e a Cohab-RP, firmado em 25 de setembro de 1995, acordava a construção de um empreendimento habitacional de Lotes Urbanizados, com finalidade mista – residencial, comercial e industrial, denominado Florestan Fernandes, em parte da área, contendo 1.608 lotes urbanizados. O segundo, entre a empresa Protenco e a Cohab-RP, firmado em 1º de novembro de 1995, acordava a construção de um empreendimento habitacional de Lotes Urbanizados, com finalidade mista – residencial, comercial e industrial, com denominação “a designar”, constituído de 1.853 lotes urbanizados. Este loteamento foi denominado Diva Tarlá de Carvalho.

À Cohab-RP coube organizar e administrar o empreendimento, agenciando a venda e a administração da carteira, desde a seleção dos candidatos, o recebimento das parcelas devidas pelos adquirentes, e a organização e execução da contabilidade da arrecadação. Também estavam entre as suas obrigações, a supervisão e o acompanhamento do processo de aprovação do projeto e empreendimento, a aprovação do loteamento, em todos os órgãos oficiais, a legalização no Cartório de Registro de imóveis e na Circunscrição Imobiliária, além de assistência judiciária às contratantes.

⁸ Depoimento dado a Endo (2008).

Quanto às contratantes (empreendedoras), responsabilizaram-se pela execução integral das obras e dos serviços do loteamento, inclusive por terraplenagem, rede de distribuição de água, rede de coleta de esgotos, galeria de águas pluviais, pavimentação asfáltica, guias e sarjetas, energia elétrica. O prazo de execução das obras foi estipulado em quinze meses e os lotes financiados em quarenta meses.

A primeira etapa, Jardim Florestan Fernandes, foi vendida em três dias, em outubro de 1995, restando em torno de 2 mil famílias cadastradas. Diante da demanda, os empresários decidiram antecipar o lançamento da segunda etapa, o Jardim Diva Tarlá de Carvalho e, em novembro de 1995, foram vendidos, também em três dias, seus 1.812 lotes.

Quanto à população adquirente, o Projeto Ribeirão Verde não contou com um cadastramento detalhado pela Cohab-RP. As exigências para a aquisição do lote eram não ter outro imóvel e comprovar capacidade de pagamento, sendo escassos os dados disponíveis sobre o perfil dos compradores. Com base nas informações disponíveis na época da produção do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento, obteve-se um perfil das famílias adquirentes: caracterizam-se por ter em média 4,5 habitantes por família, compostas por 30% de crianças, 50% de jovens e adultos e 20% de idosos, e renda situada entre 1 e 15 salários mínimos (s.m.). Em ordem decrescente de faixa de renda familiar, observa-se que a faixa (classe) de 3-6 s.m. (41,32%) é a maior, seguida das classes 6-9 s.m. (26,34%), 9-12 s.m. (14%), menor que 3 s.m. (8,34%), maior que 15 s.m. (5,61%), e 12-15 s.m. (4,39%) (FIPAI, 1996).

1.4 Área do empreendimento

1.4.1 Localização

A área escolhida para o empreendimento Ribeirão Verde foi a fazenda Santa Maria, uma gleba de 1.555.823,16 m² antes ocupada pelo cultivo de cana-de-açúcar, localizada no bairro das Palmeiras, a leste da cidade, além do anel viário e fora do perímetro urbano, em zona de transição entre área urbana e área rural, e

enquadrada na classificação do Plano Diretor de 1995 como Zona de Uso Especial (ZUE), por abranger a região de afloramento de arenito Botucatu, e constituir-se em área de recarga do aquífero Guarani, além de possuir áreas de várzeas e remanescentes de vegetação nativa.

Distante 17 quilômetros, pelo trajeto viário, do centro de Ribeirão Preto, o acesso ao loteamento é feito pela av. Thomas Alberto Wathelly, seguindo pela Av. Recife até a passagem sob a rodovia Anhanguera, para entrar na Av. Antonia Mugnato Marincek, antiga estrada das Palmeiras, asfaltada parcialmente até a entrada do loteamento. O trajeto até o centro leva 45 minutos, se feito de automóvel, e aproximadamente 75 minutos, se feito de ônibus, linha Ribeirão Verde.

1.4.2 Ocupação do bairro das Palmeiras

O bairro das Palmeiras está situado a leste da rodovia Anhanguera, no setor leste do município, no sub-setor L 9, de acordo com o mapa da Prefeitura, pertencendo à microbacia do córrego das Palmeiras, à margem esquerda do rio Pardo. Até a década de 1990, mais precisamente, até o ano de 1995, que coincidiu com o início das obras do loteamento Ribeirão Verde, a ocupação do solo no bairro se dava de duas formas: cultivo da cana-de-açúcar e chácaras destinadas à recreação e pequenas culturas, algumas em condomínios (Condomínio Aldeia dos Cajueiros, Aldeia dos Laranjais e Casa Grande, Recanto Princesa Isabel, Recanto Cruzeiro do Sul, Condomínio Jardim das Palmeiras I e II, Recanto das Palmeiras), além de uma granja avícola e clubes na margem do rio Pardo: Associação Beneficente dos Feirantes, Clube de Regatas e Clube Caiçara.

No fim do século XVIII, com a decadência da mineração em Minas Gerais, as terras, ocupadas pelos índios Caiapó e local de passagem dos bandeirantes cujo destino era Goiás e Mato Grosso, começaram a ser ocupadas por criadores de gado. No início, eram apenas algumas fazendas de gado, agrupadas no que se chamava Distrito de São Simão, entre elas as fazendas Palmeiras, Retiro e Ribeirão Preto (CIONE, 1995).

Em 2 de novembro de 1845 foi rezada a primeira missa na Fazenda das Palmeiras, que deu origem ao bairro das Palmeiras, às margens do rio Pardo, onde foi fincada uma cruz de madeira na tentativa de demarcar as terras para a formação do patrimônio de São Sebastião do Ribeirão Preto. As doações de terra foram iniciadas por José Mateus dos Reis, proprietário da maior parte da Fazenda Palmeiras, seguida por outras tentativas, rejeitadas pela Câmara Episcopal por causa da falta de cautelas legais e por não atingirem os valores mínimos exigidos pela autoridade eclesiástica.

Em 1940, o bairro das Palmeiras era composto por duas grandes propriedades, a fazenda Santa Maria, em cujas terras ainda se cultivava o café, e a fazenda da Barra, com área de 2 mil hectares, desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2004 e ocupada pelo assentamento Mário Lago, na época produtora de cana-de-açúcar e pecuária de corte, além de pequenas propriedades na forma de sítios e chácaras, na maioria produtores de hortaliças, que abasteciam o mercado de Ribeirão Preto. Entre proprietários, trabalhadores e arrendatários havia cerca de trinta famílias (ENDO, 2005).

Uma das pessoas importantes na história do bairro é Geralda Amor Espin, que se mudou para o bairro na década de 1940 e passou a contribuir com a comunidade diretamente: catequizava e alfabetizava as crianças, era parteira e também foi a principal responsável pela instalação da escola rural, em 1947, que abrigava cinquenta alunos e cuja professora todos os dias vinha da Vila Tibério, de charrete. Outra conquista de Geralda para o bairro foi o transporte coletivo, o ônibus, conseguido com a companhia Cometa: os dois horários diários iniciais foram ampliados para quatro algum tempo depois. Em 1983, o ônibus começou a circular no bairro pela estrada das Palmeiras, indo até a capela de Santa Rita, com quatro horários diários.

Na década de 1960, com a venda da fazenda Santa Maria, o café foi substituído por cana-de-açúcar, pois o novo proprietário, Pedro Pômpolo montou um engenho para fabricação de aguardente, a pinga Palmeirinha, famosa na região. Nessa ocasião, o novo proprietário da fazenda Santa Maria e nove famílias de

sitiantes passaram a dividir os custos da construção da rede elétrica e providenciaram energia para o bairro das Palmeiras.

Na década de 1980, a fazenda Santa Maria foi vendida novamente, para Ricardo Titoto, que no fim desse decênio deu início aos loteamentos de algumas áreas, com a construção de condomínios de chácaras, com áreas variando entre 2 mil a 10 mil m². Nesse período, conforme já mencionado, houve grande valorização imobiliária em Ribeirão Preto. A fazenda Santa Maria foi comprada em 1993 pela Florida Agrícola Ltda., uma empresa de vários proprietários, entre eles as duas empresas construtoras do Ribeirão Verde. Quando da aquisição, já havia planos para um loteamento popular.⁹

Com o empreendimento Ribeirão Verde, foram construídos no bairro das Palmeiras os condomínios fechados Leblon e Ipanema, a terceira fase do empreendimento Ribeirão Verde, Jardim Antonio Palocci e o Jardim Pedra Branca, além do Assentamento Mario Lago, na Fazenda da Barra, correspondendo a um aporte populacional da ordem de 40 mil habitantes.¹⁰

1.4.3 Características físicas do local

O Zoneamento Ambiental de Ribeirão Preto define a área em questão como ZUE 1 – Zona de Uso Especial – caracterizada por sua localização sobre a área de ocorrência das formações geológicas Botucatu e Piramboia. Por suas características geológicas de contato com o aquífero subterrâneo, a legislação prevê: maior controle em relação às possíveis contaminações da água, que abastece 100% da cidade, bem como resguarda suas áreas de infiltração, garantindo a recarga do lençol freático. O relevo, classificado como colinoso – colinas amplas (IPT, 1981), é suavemente ondulado, formado por colinas amplas e interflúvios com áreas superiores a 4 mil m², com topos extensos e aplainados.

O solo é muito profundo, arenoso e excessivamente drenado, classificado como areia quartzosa (IAC, 1987), resultado do intemperismo dos arenitos da

⁹ Declaração do sócio das empresas Moacir Castelli (ENDO, 2008).

¹⁰ Informações obtidas oralmente de Luis França, presidente da Associação de Bairro Ribeirão Verde.

Formação Botucatu. Alguns autores definem o solo como coluvião, produto de enriquecimento dos arenitos com materiais siltosos ou argilosos. Sua cor é vermelho-escura e a composição mineralógica é predominantemente quartzo, seguido de caolinita, óxidos e hidróxidos de ferro. Dadas as características descritas, o solo apresenta-se com baixa capacidade de retenção e atenuação de poluentes e maior vulnerabilidade à poluição (FIPAI, 1996), expondo a fragilidade ambiental do local, devido ao forte risco de contaminação do aquífero Guarani.

Do ponto de vista regional, Ribeirão Verde está localizado na microbacia do córrego das Palmeiras que, por sua vez, está inserida na bacia hidrográfica do rio Pardo, com área de 34.500km², e é o mais importante dos afluentes do rio Grande, por sua vez formador do rio Paraná. O córrego das Palmeiras é afluente da margem esquerda do rio Pardo, com 10.120 metros de comprimento e área de bacia de 37.700 km², com as águas poluídas principalmente por esgoto doméstico. A área de proteção permanente do córrego das Palmeiras (APP) está dentro da área de influência da primeira e da segunda etapa do empreendimento, conforme o EIA-RIMA.

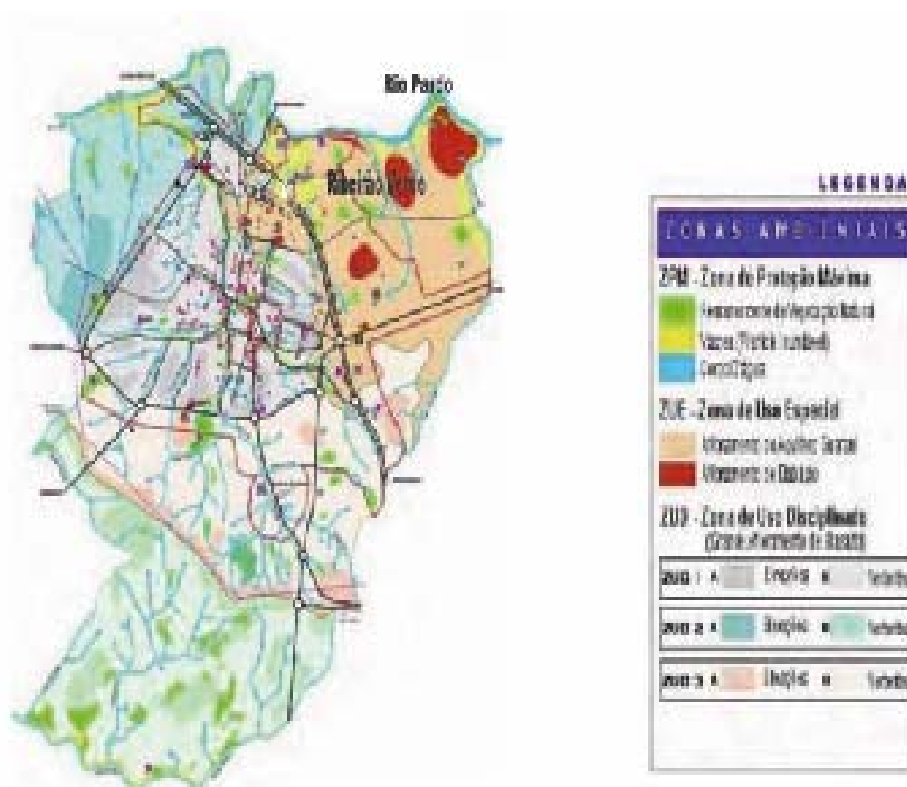


Figura 6 – Zoneamento ambiental de Ribeirão Preto e localização do bairro Ribeirão Verde.
Fonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Ribeirão Preto.

1.4.4 Águas subterrâneas: aquífero Guarani

Conforme mencionado, o bairro Ribeirão Verde está localizado em área de recarga do aquífero¹¹ Guarani, uma vez que a formação Botucatu apresenta-se aflorante em toda a área do empreendimento.

O aquífero Guarani¹² é considerado o maior manancial transfronteiriço de água doce subterrânea do planeta, com extensão aproximada de 1,2 milhão de km² subjacente a quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Desses 1,2 milhão de km², 839.800 km² estão no Brasil (70%), divididos em porções confinadas (735.657 km²) e aflorantes ou de recarga direta, através das águas de chuva (104.142 km²). Destes 104.142 km² de área de recarga, 132,7 km² localizam-se no município de Ribeirão Preto, estando já 40% da área urbanizada e o restante coberto principalmente pelos basaltos da Formação Serra Geral, nas nascentes do rio Pardo (tributário do rio Paraná). O empreendimento Ribeirão Verde, na 1ª e 2ª etapas, contribuiu com 1,2 km² de impermeabilização.

Essa situação do município de Ribeirão Preto, somada ao fato de este ser abastecido integralmente pelas águas desse aquífero, justifica sua escolha para ser área piloto¹³ do projeto para a Proteção Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani, que conta com a participação do governo da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, apoio do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e do Banco Mundial, para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados à proteção e conservação dos recursos hídricos do aquífero.

Os diagnósticos preliminares do Projeto apontaram como principais problemas na região de Ribeirão Preto a impermeabilização das áreas de recarga, superexploração, verificada no município de Ribeirão Preto com um rebaixamento

¹¹ Aquíferos são uma formação geológica com suficiente permeabilidade e porosidade para armazenar e transferir quantidades significativas da água sob gradientes hidráulicos naturais, ou seja, tal qual rios subterrâneos. Esses aquíferos são usados em várias regiões do Brasil como fontes de abastecimento das cidades. Ribeirão Preto é totalmente abastecida pelo aquífero.

¹² O termo aquífero Guarani é uma denominação unificadora de diferentes formações geológicas, atribuída pelo geólogo uruguaio Danilo Anton em homenagem à grande nação Guarani.

¹³ Considera-se área piloto uma zona da região localizada sobre o Sistema Aquífero Guarani, crítica por apresentar conflitos em suas características intrínsecas, no uso do solo ou no uso indiscriminado do aquífero e eventuais riscos de contaminação ou superexploração (Campos, 2009).

significativo em áreas mais centrais do município, e a vulnerabilidade à contaminação.

De acordo com Haroldo Campos (2009), a área de afloramento do Aquífero Guarani, situada em Ribeirão Preto, tem papel fundamental na recarga desse recurso, devendo haver um controle rígido do uso do solo para garantir a manutenção da quantidade e da qualidade da água subterrânea. Além disso, ele apresenta alta vulnerabilidade natural à poluição em decorrência de seu comportamento hidráulico de aquífero livre, com alta permeabilidade, como identificado em vários estudos. O autor citado entende que:

[...] o desenfreado processo de impermeabilização urbana e a instalação de determinados empreendimentos põe em risco tanto a recarga pelas águas de chuva como a sua qualidade pela poluição, para proteger a água subterrânea do Aquífero Guarani, esse reservatório deve ser considerado uma área de proteção máxima o mais rápido possível.¹⁴

1.4.5 Vegetação original do local

De acordo com as descrições do naturalista Auguste de Saint-Hillaire, o interior do estado de São Paulo, em 1822, apresentava alternadamente extensas matas e férteis pastagens (KOTCHETKOFF-HENRIQUES, 2003). Alguns autores (AB'SABER, 1970; TROPPEMAIR, 1969; VITOR, 1965) sugeriram que a maior parte do estado foi coberta por matas tropicais, havendo pequenas áreas de cerrado *lato sensu*, e mata subtropicais.

A colonização do estado de São Paulo consolidou-se por volta do século XIX, com a expansão da cultura de café e, mais recentemente, com a cultura de cana-de-açúcar, causando um forte declínio na cobertura vegetal original, passando de 81,8% do território coberto de vegetação para 13,94% (IF, 2005).

O município de Ribeirão Preto situa-se em área de ocorrência de Matas de Planalto, transição entre a Floresta Estacional Semidecidual e formações savânicas,

¹⁴ CAMPOS, Haroldo. Matando pela água. Revista Eco 21, 134. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1690> . acesso em: 5 set. 2009.

sendo essa transição na forma de encraves de Cerradão. A supressão da vegetação original ocorreu associada aos ciclos econômicos, café e cana-de-açúcar, e a área remanescente é de 3,8% da cobertura vegetal original (IBGE, 1993).

Foi a partir da chegada do café à região de Ribeirão Preto, em 1870, que teve início a derrubada de grandes extensões de floresta sobre os solos mais férteis, sendo que as formações vegetais existentes sobre os solos, considerados menos férteis, foram pouco afetadas pelo desmatamento. A partir de 1970, com o incentivo à cultura canavieira no estado, essas áreas passaram a ser desmatadas (KOTCHETKOFF-HENRIQUES, 2003).

Analizando a ocorrência de vegetação natural do município entre 1962-2000, a autora citada concluiu que houve redução de 6.700 ha (70%) da vegetação natural, que cedeu lugar à cana-de-açúcar, tendo a maior redução ocorrido na zona leste do município. Apesar de no período entre 1990-1992 e 2000-2001 ter havido um acréscimo de 2,45% na área de vegetação remanescente, que passou de 243.238 hectares para 249.194, a situação do município continua crítica; uma das principais consequências é o clima quase desértico na época da estiagem.

Na década de 1960, para regular o elevado desmatamento que se processava e estabelecer “as áreas de preservação permanente”, a ser salvas das queimadas, das derrubadas e do extrativismo predatório, que vinham destruindo a flora e a fauna brasileiras, desde o descobrimento (ANCONA, 2002, p. 13), é aprovada a Lei n. 4.771 de 15/09/1965, que instituiu o novo Código Florestal Brasileiro (alteração 1986, 1989, 2001). A partir desse diploma legal foram definidos dois conceitos básicos da legislação ambiental no campo: a área de preservação permanente (APP) e a Reserva Legal (RL).

De acordo com o art. 1º, III do Código Florestal, Reserva Legal é:

[...] área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

Nas propriedades das regiões Sul e Sudeste, a RL foi fixada em 20% da área total, ao passo que na Amazônia subia para 50%. Mais tarde aprovou-se também

que na região dos cerrados a RL seria de 35%. Já em 1999, pelo fato de o perigo do desmatamento ter aumentado, o governo elevou a RL na Amazônia para 80% da propriedade.

Área de preservação permanente (APP), de acordo com art. 1º, II é:

[...] área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

As APPs,¹⁵ resumidamente, têm duas funções: a preservação dos recursos hídricos e a preservação do solo. A lei estabelece que as margens dos cursos d'água e das nascentes sejam totalmente preservadas. Além dos cursos e das nascentes, outras áreas são consideradas de preservação permanente, entre as quais duas se destacam: as situadas nos topos de morro e as localizadas nos terrenos íngremes, com declividade acima de 45 graus, uma vez que o desmatamento e a exploração agropecuária nessas áreas frágeis podem favorecer a erosão e impedir a recarga dos aquíferos subterrâneos.

O art. 2º do Código Florestal Brasileiro determina que seja respeitada a vegetação ciliar em cada margem (de 30 a mais de 200 metros, de acordo com a largura do rio). Mas sabe-se que, atualmente, no estado de São Paulo, perto de um milhão de hectares de áreas ciliares não têm vegetação em decorrência do desmatamento, principalmente para uso agropastoril, e que 120 mil km de cursos de água estão sem proteção, aumentando a erosão.¹⁶

¹⁵ No município de Ribeirão Preto, de acordo com a Lei Complementar n. 1.616, de 19 de janeiro de 2004 e com o art. 163 do Código Municipal do Meio Ambiental, as APPs passam a fazer parte do Sistema de Áreas Verdes.

¹⁶ EMBRAPA. Disponível em: <<http://www.abagrp.cnpem.embrapa.br/areas/vegetacao.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2010.

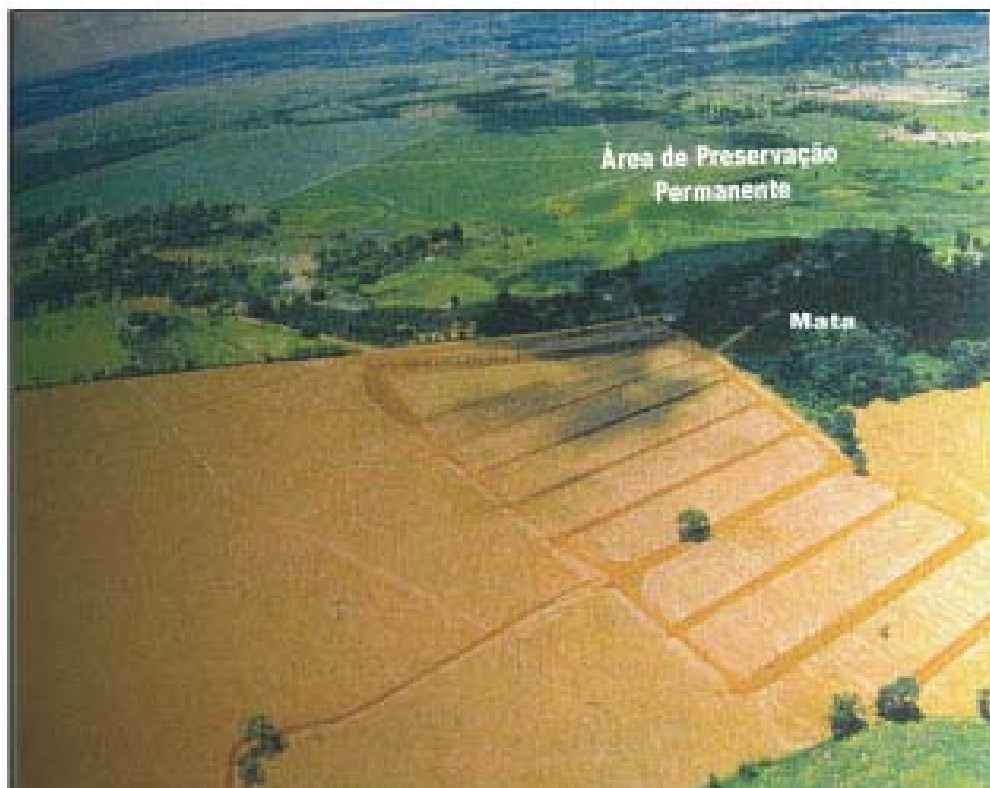


Figura 7 – Vista aérea da área de preservação permanente.

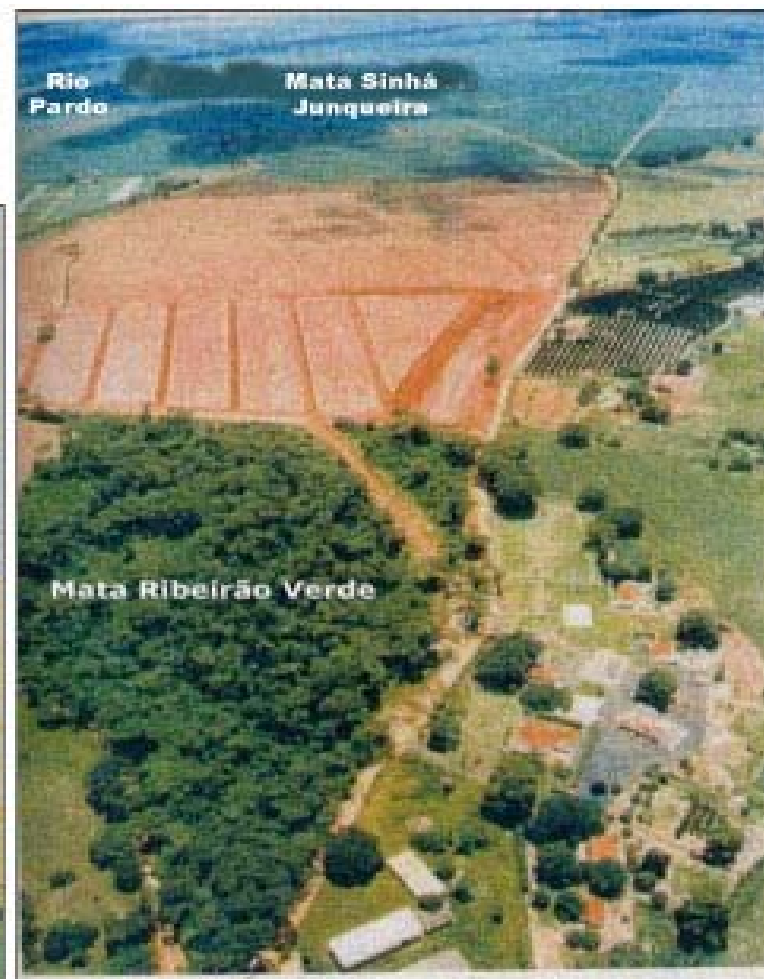


Figura 8 – Vista aérea dos dois fragmentos de mata.

1.4.6 Vegetação original da área do empreendimento

De acordo com o levantamento feito pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto Ribeirão Verde-Lotes Urbanizados, a vegetação natural da área do empreendimento e suas adjacências consiste em: um fragmento de Floresta Mesófila ou Estacional Semidecidual com 99 mil m²; a Reserva Legal da fazenda Santa Maria; uma pequena mancha de mata ciliar na várzea do córrego das Palmeiras; e a Reserva Legal Mata Sinhá Junqueira fragmento de Floresta Estacional Semidecidual com 550 mil m² de área, a 1.560 m em linha reta do fragmento da Reserva Florestal Legal da Fazenda Santa Maria.

Verificou-se que o fragmento de mata da fazenda Santa Maria, que passou a ser denominado Reserva Legal do Ribeirão Verde, ou Mata do Ribeirão Verde, encontrava-se em estágio sucessional intermediário, com potencial de regeneração. A fisionomia da mata caracterizava-se por um dossel não contínuo, com dominância de *Anadenathera cf macrocarpa* (angico do campo), cujos indivíduos atingiam até 30 metros de altura. Sob esse dossel observou-se indivíduos de porte arbóreo espaçados, com 15 a 20 m de altura. Um estrato arbustivo-herbáceo denso dificultava a caminhada no seu interior. Manchas de bambu foram detectadas na face norte do fragmento florestal, o que é prejudicial para o processo de regeneração natural, uma vez que não permite a germinação de outras plantas. O fragmento de mata foi doado à Prefeitura e identificado com o nº 53 C, com vocação para parque.

De acordo com a EIA-RIMA trata-se de uma área parcialmente degradada, onde o processo natural de sucessão sofreu alterações substanciais por atividades como desmatamento, queimadas, abertura de trilhas etc.

A fitofisionomia e a vegetação tipo capoeira indicam um estágio sucessional intermediário, com forte potencial de regeneração natural. A preservação dessa reserva, com um trabalho de reflorestamento, contribuiria significativamente para a retomada e a aceleração do processo de sucessão, conduzindo à manutenção e ao aumento da diversidade existente (FIPAI, 1996).

Após doze anos de construção dos loteamentos, a Reserva Legal permanece cercada, com uma aparência menos vigorosa.¹⁷ Em junho de 2008 foi feita uma parceria entre a rede de supermercados da região, a ONG ambientalista Ibiré, atuante no bairro, e a Prefeitura de Ribeirão Preto com o objetivo de recuperar o fragmento de mata. Entre as ações estão previstas a retirada do capim invasor, que causa prejuízos por impedir o crescimento de novas árvores e propagar o fogo, o replantio de aproximadamente 4 mil mudas nativas. Em agosto de 2008, um incêndio queimou quase a metade da área, causando enorme prejuízo à vegetação.

A Mata Sinhá Junqueira, com área de 555 mil m², está localizada na antiga fazenda da Barra, considerada área de influência do empreendimento pelo EIA-RIMA. A composição florística encontrada é diferenciada da Reserva Legal do Ribeirão Verde, muito provavelmente em razão do tipo de solo (fertilidade e umidade) e do histórico de colonização da área (FIPAI, 1996). No dossel desse fragmento florestal, observaram-se indivíduos arbóreos isolados com predomínio de *Didymopanax morototonii* (caixeteiro), que chegam a atingir até 25-30 metros de altura. Foram detectadas 24 espécies arbóreas.

A várzea do Córrego das Palmeiras estava totalmente descaracterizada pela ocorrência dos canais de drenagem, usados para o cultivo de cana-de-açúcar, mandioca, milho e batata-doce. A modificação da drenagem natural da várzea associada ao cultivo transformou-a em um grande campo dominado por várias espécies de gramíneas. Nas áreas não cultivadas, e onde não eram empregados herbicidas, observou-se a colonização por diversas espécies ruderais e pioneiras herbáceas. Na mata ciliar do córrego das Palmeiras foram identificadas as espécies arbóreas *Croton urucurana* (sangue-da-água), característica de terrenos muito úmidos e brejosos, *Cecropia pachystachya* (imbaúba) e *Syagrus romanzofiana* (palmeira jerivá).

A Área de preservação permanente (APP) foi doada para a Prefeitura. Os empreendedores reflorestaram 252 mil m² dos 67.497.749 m² da planície úmida.

¹⁷ Observação feita pela autora da pesquisa e corroborada por alguns moradores, durante o trabalho de campo.

Apesar das várias queimadas, a mata ciliar atualmente está em processo de regeneração.

1.5 Processo de aprovação do empreendimento

Certa dose de otimismo e de entusiasmo parece sempre presente no discurso da imprensa ribeirão-pretana, em relação ao intensivo crescimento, ao progresso modernizador, a uma visão de grandiosidade da cidade que aparece já nos primeiros artigos sobre o potencial do solo local para o cultivo do café. Em 1877, Luis Pereira Barreto e Martinho Prado Júnior referiam-se a Ribeirão Preto como “o maior dote da Província de São Paulo (LIMA, 2005). Em 1940, na *Revista de Ribeirão Preto*, a cidade era tratada como:

[...] grandiosa concepção do gênio paulista [...] um verdadeiro atestado do valor do trabalho honesto, eficiente e prático [...] elevada pela dedicação de bravos anônimos que realizaram esta ciclópica obra que só sangue e a fibra de gente forte e destemida (WALTER, 1984, p. 73).

Capital do Café, Capital da Cultura, Califórnia Brasileira, Capital do Chopp, Capital do Agronegócio – parece que a cidade sempre teve vocação para a exaltação e a grandiosidade.

Em abril de 1996, em seu informativo mensal, a Cohab-RP divulgou o empreendimento Ribeirão Verde ao lado de uma notícia de que a periferia do município jamais seria a mesma depois deste.

Ribeirão Preto cede seus contornos ao Verde. Periferia se transforma em tradução do respeito a uma nova concepção do desenvolvimento urbano. O projeto Ribeirão Verde foi elaborado para ter um contorno eficaz sobre o meio ambiente [...] prevê, além das residências, áreas para estabelecimento comerciais, pequenas indústrias, escolas, postos de saúde, creche, posto policial e espaço para lazer e cultura. Incorporam-se a isso, uma floresta e um lago, a maior reserva do local”.¹⁸

¹⁸ *Jornal da Cohab-RP*, abr. 1996, p. 16.

A notícia teria sido mais um exagero da imprensa, desta vez, oficial, se não tivesse chamado a atenção do movimento ambientalista, que se interessou pelo fato de um empreendimento de tal porte e importância, construído sobre a ZUE, estar sendo feito sem Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

Conforme o andamento das obras, as empresas cumpririam o prazo estabelecido no contrato para entrega dos lotes à população, sendo que os do Jardim Florestan Fernandes seriam entregues em novembro de 1996, e os do Jardim Diva Tarlá de Carvalho, em março de 1997. Em 29 julho de 1996, a Promotoria do Meio Ambiente impetrou ação civil pública contra Engindus, Protenco, Cohab, Cetesb, Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), acusadas de construir de forma irregular o Projeto Ribeirão Verde. O Ministério Público pleiteava a concessão de uma liminar de paralisação das obras. A notícia veiculada no jornal *Folha Ribeirão*, do dia 1º de agosto de 1996, trazia a informação que os 3.294 compradores dos lotes urbanizados Ribeirão Verde seriam impedidos de construir se a Secretaria Estadual do Meio Ambiente não aprovasse o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apresentado pelos empreendedores. Qual era a irregularidade?

No entender do Ministério Público o motivo principal da ação era a falta de EIA-RIMA do empreendimento e a construção do loteamento sem as aprovações necessárias em nível administrativo estadual. Esse conflito, conforme adiante, contou com a colaboração de movimentos ambientalistas, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), de Ribeirão Preto e da sociedade civil.

Alguns fatores contribuíram para que representantes do Movimento Ambientalista, do COMDEMA, do Ministério Público e da sociedade civil se articulassem e contrapondo-se à construção do Projeto Lotes Urbanizados -Ribeirão Verde, interferindo, assim, na produção final do loteamento. De um lado, esse fato se deve à existência de diplomas e instrumentos legais criados com a institucionalização da questão do meio ambiente, que passou a ser entendido como

bem comum, posição alinhada ao contexto mundial.¹⁹ Em consonância com a institucionalização da questão ambiental, no município de Ribeirão Preto foi criada, em 1988, uma das primeiras Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Brasil – Lei n. 5.329/88 – e foi organizado um dos primeiros Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) do país, instituído pela Lei Complementar 287 de 29/11/93; também foi fundada a Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil (ONG ambientalista) constituída em 7 de junho de 1988.

De outro, o “caso Petrobras”, uma disputa entre a empresa estatal e as instituições mencionadas acima, em torno da construção do Poliduto entre Paulínia e Brasília, trouxe muita visibilidade à área de recarga do aquífero e força ao “movimento ambientalista local”, sendo peça chave no entendimento da produção do empreendimento, como se a seguir.

¹⁹ Em relação à criação de diplomas e instrumentos legais na legislação brasileira, envolvidos no estudo em questão, destacam-se a edição da Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente; a promulgação da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, que instituiu a Lei da Ação Civil Pública, e a Constituição Brasileira de 1988.

A Lei Federal n. 6.938/81 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e cria o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), integrado por um órgão colegiado: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Esse colegiado é composto por representantes de Ministérios e entidades setoriais da administração federal, diretamente envolvidos com a questão ambiental, bem como de órgãos ambientais estaduais e municipais, de entidades de classe e de ONGs. São instituídos como instrumento de planejamento do desenvolvimento dos territórios o Zoneamento Econômico Ecológico e, como um dos instrumentos de política ambiental, a obrigação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) para empreendimentos potencialmente causadores de degradação do meio ambiente. Depois de muitos adiamentos, as Avaliações de Impactos Ambientais foram regulamentadas pela Resolução n. 1/1986 do Conselho Nacional do Meio ambiente (CONAMA), e começaram a ser aplicadas através da exigência de elaboração e aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA)

A Lei n° 7.347 disciplina a **ação civil pública** e o Ministério Público recebeu a incumbência de promover tais ações, [...] “*visando à proteção, prevenção e reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e aos bens de direito e valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.*” (Lei n° 7.347, art. 25, IV). A mesma lei estabeleceu como partes legítimas para propor a ação civil pública a União, os Estados, e os Municípios, além de autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e associações, desde que legalmente constituídas há pelo menos um ano e que tenham incluídas em suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, histórico, estético, turístico e paisagístico (ANCONA, 2002, p. 53).



Figura 9 – Notícia no *Jornal da Cohab-RP* sobre o Projeto Ribeirão Verde
Fonte: *Jornal da Cohab-RP*, abr. 1996.



Figura 10 – Fotografia do empreendimento em fase adiantada de execução das obras, veiculada no *Jornal da Cohab-RP*, em abril de 2006, com a legenda “Ribeirão Verde muda a cara da periferia”.

1.5.1 Caso Petrobras

No início da década de 1990, a Petrobras comprou uma área agrícola, no bairro das Palmeiras, a leste da cidade e, às margens do rio Pardo, onde atualmente encontra-se o Jardim Antonio Palocci, terceira etapa do Ribeirão Verde, destinada à instalação da estação de bombeamento e armazenamento do poliduto que ligaria Paulínia, em São Paulo, à Brasília, Distrito Federal. De acordo com Manoel Tavares,²⁰ então secretário do Meio Ambiente de Ribeirão Preto, tratava-se de um projeto totalmente equivocado do ponto de vista ambiental, pois, além da estação de bombeamento estar sobre área de recarga do aquífero Guarani e às margens do rio Pardo, o poliduto atravessaria o rio Pardo quatro ou cinco vezes, e passaria perto de bairros muito populosos. Nesta época, foi feito o primeiro Zoneamento Ambiental do Município de Ribeirão Preto, definindo aquela área como Zona de Uso Especial, por ser recarga do aquífero e por ter importantes fragmentos de matas nativas e manchas significativas de mata ciliar do rio Pardo.

A ONG ambientalista Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil, foi a articuladora de um movimento contra a instalação da estação de bombeamento na área. Com a colaboração de especialistas, fez um estudo da região e contou com um levantamento de dados detalhados. Esse estudo serviu como material de análise e consequente refutação do EIA-RIMA apresentado pela Petrobras. Outra frente da articulação contra a instalação do poliduto no local foi a mobilização de entidades ambientalistas com representatividade no CONSEMA, instância chave na aprovação do EIA-RIMA e, por fim, atendendo ao art. 225 da Constituição Federal, Parágrafo 1º, inciso IV (Brasil, 1988), a ONG Pau Brasil solicitou à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Ribeirão Preto uma audiência pública para apreciação do projeto pela sociedade civil (VERRI FILHO, 1993).

Em 17 de outubro de 1993, o RIMA do projeto não foi aceito pelo CONSEMA, conforme nota divulgada à imprensa no dia 20 do mesmo mês pela Pau Brasil. Nas palavras do presidente da ONG, José Marcelino de Resende Pinto:

²⁰ Informação obtida em gravação Endo (2008) "Documentário Ribeirão Verde", Ronaldo Munenori Endo, Ribeirão Preto, 2008.

[...] anteontem, em reunião histórica, o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) acatou as ponderações da ACE Pau Brasil, que contou com a colaboração decisiva do Prof. Marcelo Pereira de Souza da USP-São Carlos, e, por *unanimidade*, devolveu ao empreendedor (Petrobras) o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) por julgá-lo insatisfatório, em especial por não apresentar alternativas de traçado do poliduto e por não justificar porque o empreendedor optou por uma Base de Armazenamento de combustíveis num local de grande impacto ambiental (Bairro das Palmeiras, em Ribeirão Preto) sem avaliar convenientemente outras opções.²¹

A ACE Pau Brasil e a Federação Pardo-Grande de Entidades Ecológicas e Ambientalistas (FEPARDO) defendiam uma alternativa de traçado do poliduto, ambientalmente mais viável e que não excluía a possibilidade de construção da base de armazenamento em Ribeirão Preto, uma vez que representava receita para o município mediante a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre a comercialização dos subprodutos.

Os ambientalistas comemoraram a “derrota da Petrobras”, e o projeto do poliduto foi desviado, passando atualmente bem ao sul do perímetro urbano de Ribeirão Preto e se dirigindo para a base de armazenamento na zona norte da cidade. Esse episódio fez da área de recarga do Aquífero Guarani em Ribeirão Preto, até então pouco estudada, o alvo de defesa dos ambientalistas locais (ENDO, 2005).

A discussão do EIA-RIMA da Petrobras trouxe amadurecimento para os movimentos ecológicos e sociais da cidade e fortalecimento do COMDEMA.

1.5.2 Processo de aprovação do Ribeirão Verde: a questão ambiental

Conforme visto acima, o “caso Petrobras” deu visibilidade à área de recarga do Aquífero Guarani em Ribeirão Preto, transformada em alvo de defesa dos ambientalistas locais, que não deixaram passar despercebida a divulgação sobre a comercialização dos Lotes Urbanizados Ribeirão Verde feita pela Cohab-RP. Transcorridos dois anos desse caso, a ONG Pau Brasil articulou-se novamente com o COMDEMA e o Ministério Público contra o empreendimento Lotes Urbanizados

²¹ Notícia veiculada no jornal *A Cidade*, de Ribeirão Preto, 19 out. 1993.

Ribeirão Verde por entender que este colocava em risco a área de recarga do aquífero Guarani. Entre as principais preocupações dos ambientalistas estavam a impermeabilização da área do empreendimento, a contaminação do aquífero e o início de um processo de ocupação desordenada na região. Foi feita solicitação para a produção do EIA-RIMA do empreendimento através do COMDEMA, de acordo com o disposto no art. 18, Capítulo III da Lei Municipal n. 7.159.²²

Diante da solicitação do COMDEMA, as empreendedoras Engindus e Protenco contrataram a Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial (FIPAI, EESC-USP), para elaboração de um EIA-RIMA, em março de 1996.

A exigência do EIA-RIMA pelo COMDEMA de Ribeirão Preto expôs a situação de irregularidade em que estavam sendo executadas as obras, uma vez que ordem normal de tramitação para aprovação de empreendimentos não foi obedecida

Como já se viu, a comercialização ocorreu em outubro e novembro de 1995 e a Certidão de Viabilidade N° 36/96 foi emitida pela Prefeitura em 4 de julho de 1996, quando as obras já estavam adiantadas.

A Cohab-RP, em Recurso endereçado em 29 de abril de 1996 à Cetesb-RP, que havia autuado as empresas pela execução das obras sem a aprovação necessária, justificava, com base na relevância social do empreendimento, a urgência da execução das obras e, portanto, a “impossibilidade de aguardar a *conclusão definitiva de todos os trâmites burocráticos*”

O Ministério Público ingressou, no dia 29 de julho de 1996, com ação civil pública contra a Engindus, Protenco, Cohab-RP, Cetesb, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, acusadas de construir de forma irregular o Projeto Ribeirão Verde. A ação visava à obtenção de uma liminar para interrupção das obras de construção do projeto, uma vez que as empresas não

²² De acordo com esse artigo, os loteamentos e qualquer outro modo de parcelamento do solo em áreas que possuam matas nativas primárias ou secundárias, remanescentes de vegetação natural ou que venham ocupar área correspondente ao afloramento do arenito Botucatu, deverão ser submetidos à análise e parecer da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e à aprovação do COMDEMA.

tinham apresentado o Estudo Prévio de Impacto ambiental (EPIA) e o RIMA para aprovação da Secretaria do Meio Ambiente antes do início das obras.

De acordo com a declaração do promotor do Meio Ambiente de Ribeirão Preto “as empresas que estão realizando este projeto foram irresponsáveis de iniciar a construção sem a devida autorização”.²³ Para a Promotoria do Meio Ambiente, os dois projetos eram em áreas contíguas e pertencentes ao mesmo grupo econômico e, portanto, estavam infringindo a lei, por ultrapassarem a área de 1 milhão de metros quadrados, e de acordo com a Resolução CONAMA (001/86), os “...projetos urbanísticos, acima de 100 hectares., ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental, a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes”, necessitarão de EIA-RIMA.

Novamente, o presidente da Cohab-RP, Willian Fagiolo, em defesa dos procedimentos adotados na comercialização e na construção do loteamento, justificou-os por ser tratar de um empreendimento de interesse social, e exigir rapidez.

A liminar para a paralisação das obras não foi concedida, mas a existência da Ação Civil Publica impediu que o Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais – GRAPROHAB – aprovasse os loteamentos.

Foram solicitados, pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), todos os documentos necessários para que fosse feita uma avaliação pelo referido órgão se, de fato, tratava-se de dois empreendimentos distintos, e conseqüentemente, submetidos a análise individual, ou se se tratava de um mesmo empreendimento dividido em duas parcelas, que deveria ser analisado em conjunto.

Caso fosse considerado um único empreendimento, a área ultrapassaria 1 milhão de metros², o que, à luz da legislação vigente, obrigaria os empreendedores a efetuarem o EIA-RIMA para obtenção de Licenciamento Prévio, como também obrigaria que o processo fosse remetido para análise pela Secretaria da Habitação.

²³ *Folha de São Paulo*, 30 jul. 1996.

As empreendedoras, em sua defesa, justificaram o fato de terem sido propostos dois empreendimentos (Jardim Florestan Fernandes, pela Engindus, e Jardim Diva Tarlá de Carvalho, pela Protenco) por serem pessoas jurídicas distintas, e que o fato de terem em comum o mesmo sócio e diretor não configurava “mesmo grupo econômico, uma vez que apresentavam composição societária distinta”. A Procuradoria Geral do Estado acolheu a justificativa e procedeu à análise dos projetos separadamente, e os empreendedores foram dispensados, dessa maneira, da necessidade de apresentação do EIA-RIMA para obtenção de Licença Prévia, no âmbito administrativo. Mas a aprovação dos loteamentos foi condicionada ao desfecho favorável à Ação Cível Pública e ao cumprimento das exigências formuladas pelo COMDEMA, e outras eventuais exigências a serem feitas pelo DEPRN.

Com relação às exigências do COMDEMA, estas foram atendidas com a apreciação do EIA-RIMA em reunião plenária realizada em 20 de novembro de 1996. O EIA-RIMA foi aprovado mediante a incorporação de algumas medidas mitigadoras em seu texto final: (a) cercamento e plano de manejo da Mata Reserva Legal do empreendimento; (b) reflorestamento de Área de preservação permanente – área de várzea – e sistemas de lazer; (c) arborização urbana; e (d) elaboração e execução de um Programa de Educação Ambiental para ocupação equilibrada do empreendimento (FIPAI, 1996).

A Ação Civil Pública foi então retirada pelo Ministério Público. O loteamento Jardim Florestan Fernandes foi aprovado na Prefeitura (Decreto nº 191 em 25 de setembro de 1997) e, em 15 de outubro de 1997, pelo Decreto nº 212, foi aprovado o Jardim Diva Tarlá de Carvalho.

As medidas mitigadoras foram cumpridas. Entre elas, a considerada de mais difícil execução foi o estabelecimento de um programa de Educação Ambiental, cujo propósito era o de mitigar o impacto ambiental causado pelo adensamento populacional.²⁴

²⁴ Declaração feita pelo empresário Moacir Castelli (ENDO, 2008).

1.6 Formação do bairro Ribeirão Verde

Os jardins Florestan Fernandes e Diva Tarlá de Carvalho, chamados, respectivamente, de primeira e segunda etapa por seus moradores, têm uma área de 1.555.823,16 m², dividida em 3.461 lotes, dos quais 2.675 de uso estritamente residencial e o restante de uso misto.

O abastecimento de água do bairro é feito por um sistema de poços artesianos isolado do restante da cidade, planejado com estruturas que permitem expansões regionais no futuro. Todo o seu sistema de esgoto sanitário é interceptado e direcionado para a estação de tratamento de esgotos ETE Caiçara. O sistema de captação de águas pluviais é direcionado ao córrego das Palmeiras.

As áreas de preservação permanente e a de reserva legal ocupam de 22,63% da área total do loteamento. Somadas as áreas destinadas ao lazer – ainda não implementadas – atingem uma porcentagem de 36,03% do empreendimento não impermeabilizadas (FIPAI, 1996).

A ocupação máxima permitida para os lotes residenciais é de 50%, sendo 25% da área livre de permeabilidade máxima, não podendo ter nenhum tipo de piso. Essa norma não foi respeitada na maioria das construções, provocando uma situação de irregularidade diante da Prefeitura, além de prejuízo ambiental, pela redução de infiltração de água no solo.

Quadro 2 – Categorias e medidas dos lotes

	ÁREA DOS LOTES	TESTADA MÉDIA	PROFUNDIDADE
RESIDENCIAIS E/OU MISTOS	155,57 m ²	7,78 m	20,00 m ²
COMERCIAIS	355,78 m ²	12,89 m	27,60 m ²

Fonte: Memorial Descritivo dos Projetos Urbanísticos (FIPAI, 1996).

Os primeiros moradores chegaram ao bairro em outubro de 1996, os quais tiveram de optar entre o pagamento do lote e o aluguel, pois não tinham recursos para arcar com as duas despesas. Assim, a maioria das casas, no início, foi feita

erigida através de autoconstrução: eram levantados um ou dois cômodos, o suficiente para abrigar a família, às vezes cobertos com lonas, ou lajes, sem reboco, no chão apenas com o contrapiso (ENDO, 2002).

Quadro 3 – Uso do solo no empreendimento

	ÁREA m²	%
SISTEMA VIÁRIO	34.584,67	22,27
ÁREAS INSTITUCIONAIS	92.105,67	6,01
SISTEMA DE LAZER	208.390,39	13,40
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	352.161,90	22,60
TOTAL DA GLEBA	155.823,16	100,00

Fonte: Projeto urbanístico aprovado GRAPROHAB.

Ainda não havia fornecimento de água, e as ruas não estavam totalmente asfaltadas, não havia iluminação pública e o sistema de transporte era precário, atendido pelo circular Palmeiras, que, além de passar em poucos horários, não entrava nos loteamentos, parando na estrada das Palmeiras, o que para alguns moradores significava ter de percorrer um trajeto a pé de até quarenta minutos.

Após a entrega oficial dos lotes, no fim de 1997, em apenas cinco anos praticamente 80% dos lotes estavam ocupados. No entanto, os primeiros equipamentos sociais começaram a chegar só em 2001, com a construção da EMEF Geralda de Souza Spin. Até então havia apenas a antiga escola rural, atual EMEF Domingos Angerami, municipalizada em 1997, com apenas 590 vagas. Em 2002 começou a funcionar a Escola Sathya Sai, instituição sem fins lucrativos, que atende 150 alunos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, que funciona na área da antiga sede da fazenda Santa Maria.

Em 2007, foi inaugurado um Centro de Educação Infantil, CEI Leonor Mertilia, com capacidade para 240 crianças de seis meses a três anos, e a EMEI Maria Inês de Souza; já a EMEI Maria Inês Viera Machado funciona em dois períodos, atende crianças de quatro a seis anos. Por último, foi inaugurada em 2008, a escola

estadual Diva Tarlá de Carvalho, com capacidade para 1.200 alunos. De acordo com a informação dada pelo atual presidente da Associação de Moradores do Ribeirão Verde, faltariam aproximadamente 2 mil vagas escolares no bairro.

O bairro é atendido por uma linha de ônibus, implantada em 2002, que liga o bairro ao centro da cidade, em um trajeto de aproximadamente 75 minutos, com carros constantemente lotados.

Em 2004 foi inaugurada a Unidade Básica de Saúde, com funcionamento das 8 às 17 horas, o que provoca muitas queixas dos moradores, que reivindicam atendimento 24 horas.

O policiamento é mediante solicitação, não existindo o preventivo. Uma das reivindicações da Associação de Moradores do bairro é a instalação de um Posto da Polícia Militar no bairro.

Em 2004, foi entregue à população a chamada terceira etapa, Jardim Antonio Palocci Filho, composto de 2.177 lotes, dependente dos equipamentos urbanos dos dois primeiros loteamentos.

Desprovido de equipamentos sociais e com transporte público precário, o bairro formou-se pelos esforços e à custa de uma população que, sem outras alternativas e em busca do sonho da casa própria, sujeita-se à condição de subcidadania.

Ao que já foi exposto, soma-se a falta de vagas nas escolas, a necessidade de um posto policial, de transporte coletivo adequado, porque os ônibus estão sempre superlotados, a precariedade do atendimento no posto de saúde a falta de áreas de lazer, o gado solto, a inadequação da via de acesso ao bairro, av. Mugnato Marinceck, antiga estrada das Palmeiras, uma pista dupla estreita, diante do aumento de fluxo de veículos. Além de apresentar horários de engarrafamento, os acidentes com ciclistas e motocicletas tornaram-se frequentes. A duplicação possivelmente gerará novos conflitos, pois de um lado da pista está a mata e, do outro, terras a ser loteadas, disputa afinal que retoma à questão inicial do empreendimento: expansão urbana, habitação de interesse social e “natureza”.

Umas das preocupações ambientais era que áreas permeáveis às águas pluviais fossem mantidas, preservando-se, assim, a recarga do aquífero Guarani. As áreas de preservação permanente (APPs) e a de reserva legal ocupam cerca de 22,63% da área total do empreendimento. Estas mais as áreas destinadas ao Sistema de Lazer somam 36,03% de áreas de permeabilidade.

Em relação à manutenção dessas áreas, conforme visto no item 1.5, ficou acertado que os empreendedores, além da recuperação da APP e do plano de manejo da mata, seriam responsáveis pela arborização das ruas e pelo reflorestamento das áreas de lazer, segundo o projeto paisagístico apresentado ao GRAPOHAB.

O Sistema de Lazer ocupa uma área de 208.390,39 m² dividida em 25 locais: dezessete estão no Jardim Florestan Fernandes e seis no Diva Tarlá. São rotatórias, canteiros centrais, “praças” e duas grandes áreas: a área “A”, de aproximadamente 55 mil m², cujo destino seria um “parque esportivo”; a área da antiga sede, com 67.497,44 m², que abrigava o núcleo residencial da antiga fazenda, composto por oito casas, pomar, campo de futebol, parquinho infantil, muito arborizada e vizinha à Mata e a APP. Atualmente, o local abriga a sede da Associação de Moradores, a escola Sathya Sai, o Centro de Educação Ambiental, o viveiro de mudas mantido pelos empreendedores para arborização e recomposição dos loteamentos e da mata ciliar do rio Pardo, uma escola de futebol e atletismo patrocinada por empresários, e uma área de churrasco que pode ser usada eventualmente pelos moradores .

Os outros locais foram parcialmente arborizados pelos empreendedores. Calcula-se que foram plantadas cerca de 12 mil mudas de árvores nas calçadas e nas áreas de lazer pelos loteadores. A morte ou retirada das árvores é da ordem de 90%, segundo Endo (2005). Entre os problemas identificados estão a falta de pontos de água nas áreas para as regas, o ataque de formigas cortadeiras, o pisoteio por mais de cem cabeças de gado bovino que andava e anda pelo loteamento e as queimadas urbanas, método de redução e controle de mato considerado eficiente por alguns moradores. A manutenção foi feita pelos empreendedores durante o período de quarenta meses, passando depois a ser responsabilidade da Prefeitura.

Até a data deste estudo, nenhuma das áreas de lazer havia sido implantada pela Prefeitura. De algumas, no entanto, cuidam os moradores, que plantam mudas, fazem as regas de manutenção, controle de plantas invasoras através de capina do terreno e cercamento da área. Como não há pontos de água nessas áreas, os moradores regam as mudas com garrafas “pet”, baldes, mangueiras, ou o que for mais adequado.

Essas parcelas de áreas cercadas e cultivadas contrastam com as áreas vizinhas, sem dono e abandonadas, ou ainda com a função de depósito de entulhos, lixo e objetos sem serventia. As áreas cultivadas, cujas cercas precárias mal servem à função de deter o “gado” que vive solto no local, e assim prevenir a destruição, pipocam pelo bairro, destacando-se na paisagem. Das 25 áreas do sistema de lazer, treze “pertencem” a algum morador, que as tomou para cuidar e cultivar. Com esse novo *status* de “quintal de alguém” passam a exibir uma vegetação densa, plantada em pequeno espaçamento, resultando em bosques e maciços arbóreos, em grande parte formado por frutíferas, na maioria das vezes entremeadas por pés de milho, mandioca, abóbora, hortaliças, legumes, temperos e ervas.

O envolvimento de moradores com as áreas verdes do bairro foi percebido por representantes do Programa de Educação Ambiental do Ribeirão Verde (PEARV) que vislumbraram a possibilidade de usá-lo como promotor de comportamento pró-ambiental. Assim, foi criada uma coluna no informativo mensal do PEARV, *O Verdinho*, denominada de “Moradores-em-ação” dedicada aos moradores que contribuem, com ações, para a melhoria do bairro.

Se, em um primeiro momento, parece ser um movimento alinhado ao discurso ecológico e ambiental, um olhar mais atento revela a complexidade da relação entre esses moradores e o ambiente do bairro, que não pode ser reduzida a uma questão ecológica, apesar da atitude de cuidar das áreas verdes e espaços livres ser “ambientalmente favorável”. No próximo capítulo vamos desvelar a relação entre esses moradores e a paisagem e o ambiente do bairro Ribeirão Verde.



Figura 11: Áreas institucionais e de lazer
Fonte: Projeto urbanístico aprovado GRAPROHAB.

CAPÍTULO - 2

MORADORES-EM-AÇÃO

Neste capítulo, faz-se uma reflexão sobre as práticas dos moradores-em-ação nos espaços livres do bairro Ribeirão Verde. Diante do problema apresentado, buscou-se respaldo nas experiências de Bernard Lassus, que revelou a existência de uma estética popular de paisagem, uma “arte de jardim” dos “moradores-paisagistas”.

No item 2.1 Questões introdutórias serão tratadas algumas questões referentes à formação da paisagem, como enraizamento, sentido de lugar, pertencimento e identidade, com fundamentação teórica em Ecléa Bosi, Bernard Lassus, Henri Lefebvre.

No item 2.2, Paisagem, serão feitas algumas considerações sobre a noção de paisagem utilizada neste trabalho bem como a apresentação de alguns pontos de vista dos autores que forneceram subsidio teórico-conceitual para esta pesquisa.

No item 2.3 são apresentados os moradores-em-ação, sujeitos da pesquisa. No item 2. 4 apresentam-se os aspectos relativos à formação e ao sentido da paisagem para os moradores-em-ação que serão tratadas à luz das experiências de moradores-paisagistas descritas por Bernard Lassus.

2.1 Questões introdutórias

Se, como afirma Ecléa Bosi, “as lembranças se apoiam nas pedras da cidade” (BOSI, 2004, p. 71), o que acontece quando se depara um espaço novo, sem história, sem memória e até mesmo “sem cidade”, como a experiência vivida pelos moradores do bairro de Ribeirão Verde? Como essas pessoas criam laços, estabelecem vínculos e se enraízam nesse novo espaço?²⁵

²⁵ Com base na filósofa Simone Weil (2004, p. 175), Ecléa Bosi acredita que o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir.

Os colaboradores desta pesquisa – os moradores-em-ação – se mudaram para um lugar distante do centro, recém-transformado em área urbana de Ribeirão Preto, bairro Ribeirão Verde. Vindos de diferentes lugares, cada qual com seu “conteúdo prático-inerte”,²⁶ desenraizados e sujeitos a vários tipos de carência, eles partilham um sonho: a casa própria. Sobre o que mais gosta no bairro, Selma, uma das moradoras, diz, satisfeita: “Aqui é o lugar onde eu tenho o meu cantinho, eu tenho a minha casa”.

Além desse sonho, os moradores-em-ação têm em comum a prática de ações paisagísticas pontuais nos espaços livres públicos. Interferem no “suporte paisagístico” dado. De acordo com Bernard Lassus²⁷, os três níveis da produção de uma paisagem são o substrato físico, o solo original (nível ecológico); o suporte paisagístico produzido pela sociedade (nível social) e o aporte (nível psicológico), ou as intervenções individuais das pessoas que contribuem com sua visão de mundo e experiência. Os aportes dos moradores num dado suporte paisagístico contribuem para criar um novo lugar, onde o “sujeito do aporte se reconhece, uma paisagem sua”.

Nesse sentido, pode-se pensar que os moradores-em-ação estão se apropriando dos espaços e colaborando com a construção de novas paisagens no bairro Ribeirão Verde, e, portanto, vale fazer uma comparação entre eles e os moradores paisagistas de Lassus. Fundamentado em pesquisa desenvolvida a partir da década de 1960, Lassus afirma que essas intervenções nos espaços livres do lote são atreladas a determinadas condições de insatisfação com os espaços de vida. Em busca do que consideram um embelezamento, os moradores interferem nos ambientes decorando e ordenando fachadas, varandas, portões e jardins de sua casa. Essa apropriação criativa de espaços aproxima os moradores-paisagistas pesquisados por Bernard Lassus e os moradores-em-ação – eles são antes *usadores* do espaço urbano do que seus *usuários*. O termo *usadores* é empregado por Lefebvre para distingui-los de *usuários*: remete ao uso e à apropriação dos espaços e instaura um movimento em direção ao habitar, isto é, à construção de um lugar onde a vida pode se realizar em plenitude, afastando-se do hábitat, do mundo

²⁶ Sobre conteúdos “práticos-inertes” e a noção de “conteúdos prático-inertes”, ver SANTOS, Milton: *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

²⁷ FERRIOLO, Massimo, 2006, p. 95.

de cisões e do espaço e tempo fragmentados.²⁸ Lefebvre entende que a relação do ser humano com a natureza e com sua própria natureza reside no habitar, e que este tem de ser poético: “Se não é dada ao ser humano a possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira” (LEFEVBRE, 2008, p. 79). Nesse sentido, algumas interferências no ambiente de vida podem ser consideradas a “irrisória poesia que o ser humano oferece a si próprio para não deixar de ser poeta” (LEFEVBRE, 2008, p. 80).

Na visão de Lefebvre, a possibilidade de resistência e insurgência do novo está contida na escala da vida cotidiana, âmbito do conflito entre valor de uso e valor de troca, e o autor ressalta que mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea (exceto em situações em que a troca abole o uso, ou o sobredetermina), a oportunidade da obra, da prática criadora, da desalienação, que também quer dizer enraizamento, reconhecimento e pertencimento (LEFEVBRE, 2008, p. 79).

Diante do problema, que envolve dois temas complexos e movediços, como paisagem e percepção, buscou-se lastro nas experiências de Bernard Lassus sobre as práticas dos moradores-paisagistas que, apesar de não terem um pensamento sobre a paisagem,²⁹ ou uma cultura paisagística, fazem paisagens.

Necessário se faz esclarecer a delimitação de paisagem usada neste trabalho. Fala-se em delimitação uma vez que a noção de paisagem difere segundo o olhar do geógrafo ou do artista plástico, engenheiro, historiador, filósofo, agrônomo. Alguns adotam uma abordagem que privilegia os aspectos envolvidos nos processos de apreensão pelo sujeito, tais como percepção, experiência estética, usos; outras abordagens privilegiam os processos de produção, (geológicos, climáticos, biológicos, sociais, culturais, técnicos). Outros autores se dedicam à compreensão dos processos envolvidos no surgimento da paisagem como representação da natureza.

Consequência da evolução histórica do local, resultante da intervenção humana, a paisagem implica pelo menos dois movimentos: o “trabalho” que

²⁸ Anotações de palestra da prof. dra. Ana Fani Carlos, proferida em 1/10/2008 na FAU-Maranhão.

²⁹ Sobre “pensamento sobre a paisagem” ver BERQUE, A. *Le pensée paysageré*, 2008.

transformou o solo fisicamente e o “olhar” que deu a esse lugar um valor estético (LASSUS, 1985 apud FERRIOLO, 2006).

Para que surja a paisagem é preciso que exista um espaço concreto, um olhar intencional que reúna o que é disperso, vale dizer, crie um conjunto a partir de elementos separados, que, uma vez reunidos, destaquem-se em uma unidade coerente.

De acordo com Besse (2006, p. 64), uma posição subjetivista privilegia o papel constituinte do olhar. Uma posição realista entende que a paisagem é uma forma e por isso independe de um observador.

Este trabalho concorda com a abordagem dos autores da geografia fenomenológica Eric Dardel e Augustin Berque, para os quais a paisagem é expressão sensível da relação do homem com seu ambiente de vida (*milieu*), e, portanto, inseparável do olhar que a constitui e de uma realidade física. Nem uma projeção do sujeito sobre o objeto, nem um objeto autônomo em si, exterior ao sujeito; a paisagem se revela numa experiência em que o sujeito e objeto são inseparáveis (DARDEL, 1990; BERQUE, 2000).

O geógrafo Eric Dardel reafirma a paisagem como experiência estética, mas alerta que o ser da paisagem não se reduz à visibilidade, pois é resultado, ainda que indireto, de uma produção. A paisagem deixa-se ver, mas, além do pitoresco, o ser humano, ao situar-se nela visualmente, nela descobre as dimensões de seu ser (BESSE, 2006). A paisagem é um momento vivido, a manifestação do movimento interno do mundo. Na visão de Dardel (1990) é na paisagem que o ser humano toma consciência do fato que ele habita a Terra. A paisagem, então, evidencia a totalidade do ser humano, seus laços existenciais com a Terra, sua geograficidade original. A escolha desse termo não é gratuita, pois esta significa a inserção do elemento terrestre nas dimensões fundamentais da existência humana: tempo e espaço.

Segundo Dardel, toda a experiência do mundo começa no meio do mundo, “numa espécie de afetividade ou emoção primeva, que constitui a tonalidade primeira e fundamental da nossa relação com o mundo geográfico”, em um encontro inesquecível, porque é uma verdadeira fusão (BESSE, 1990, p. 148). É por essa razão que Dardel afirma a coincidência entre a realidade geográfica e a realidade

humana, a realidade do *Dasein*,³⁰ o que torna qualquer reflexão sobre o espaço geográfico incompreensível se apartada de uma reflexão sobre o ser-no-mundo dos homens.

Corroborando a posição de Dardel, o geógrafo Augustin Berque explica que a realidade das coisas não lhes é inerente, mas inerente à relação dos homens com as coisas. A realidade das coisas está a meio caminho entre a objetividade e a subjetividade: ela é “trânsito”, uma ligação entre o sujeito e o objeto. Nessa direção, a paisagem não é nem objetiva nem subjetiva, mas “trajetual”, “um trânsito” no tempo e no espaço dos fatores subjetivos e objetivos que concorrem para elaboração dos ambientes de vida (*milieux*). Para o autor, o que a paisagem revela não são nem aparências nem a verdadeira natureza das coisas; mas um meio-termo: as formas pregnantas, que estão tanto no mundo como em nós (BERQUE, 2000, p. 11).

Berque esclarece que essa qualidade “trajetual” da paisagem é o que faz que ela não exista sempre e em todos os lugares, apesar de existir sempre e em toda parte um ambiente para ver (BERQUE, 1994, p. 28).

Na China, onde se desenvolveu uma civilização paisagística por excelência (BERQUE, 1994), a primeira palavra empregada para paisagem – *shanshui* (as montanhas e as águas) surgiu no século IV, um período turbulento de guerras e disputas, o que levou muitos mandarins a retirarem-se para suas terras ao sul, onde passaram a dedicar à natureza um olhar letrado, um olhar de fruição (*frui*) diferente do olhar utilitário (*uti*) de seus servos e escravos, trabalhadores da terra, fato que teria sido em grande parte responsável pelo nascimento de um pensamento sobre a paisagem naquele país (BERQUE, 2008, p. 55).

No caso da civilização ocidental, o termo “paisagem” surge no início dos tempos modernos, em várias línguas europeias, com a função de restituir à sociedade o mundo da vida, o mundo natural, uma “mediação” que permite à natureza subsistir como mundo para o homem³¹ (BESSE, 2006, p. 82).

³⁰ Dardel usa o termo filosófico *Dasein* como realidade humana. BESSE, J. M. *Ver a terra*. 2006, p. 91.

³¹ Sobre as razões que levaram a se formular no início da Idade Moderna o conceito de paisagem e de atribuir-lhe um valor estético, ver RITTER, Joachim, 1992.

A construção de um olhar que vê uma bela paisagem, em vez de uma extensão de terreno ou coleção de objetos, necessitou, no Ocidente, da mediação da arte, ou, nos termos de Alain Roger, de uma *artialização*. De acordo com a tese deste autor, a natureza é indeterminada e só recebe suas determinações da arte. O terreno (*pays*) é o grau zero da paisagem, aquele que precede à *artialização*, seja ela direta (*in situ*), seja indireta (*in visu*). A primeira consiste em inscrever diretamente o código artístico no terreno, na base natural. Os jardins, a partir do século XVIII, refletem esse movimento, procurando materializar as sugestões paisagísticas tanto em cenas pintadas sobre telas quanto em poesias. A segunda *artialização* é *in visu*, ou seja, no olhar, através da construção de modelos de visão, esquemas de percepção e de fruição pela pintura (ROGER, 1997, p. 71). Esse seria o caso dos pintores que representam em seus quadros paisagens imaginárias ou não, oferecendo um ordenamento da percepção do mundo.

Roger destaca que foram necessárias duas condições para o surgimento da noção de paisagem no Ocidente. A primeira foi a laicização dos fenômenos naturais – rios, árvores e rochedos entre outros – signos de um espaço sagrado interpretados segundo a narrativa bíblica até a época moderna. A segunda foi a organização desses elementos naturais em grupos autônomos e coerentes, ou seja: a laicização da “natureza” possibilitou novos reagrupamentos dos elementos, substituindo a narrativa bíblica e fazendo surgir a paisagem (ROGER, 1997, p. 72). Mas o evento decisivo para o desenvolvimento da noção de paisagem no Ocidente foi o aparecimento da “janela” na pintura, sublinha Roger, a *veduta* no interior da tela que isola e delimita a “vista” ao mesmo tempo que é abertura para o infinito exterior. Nesse sentido, o distanciamento da natureza, enquadramento de um conjunto isolado e ligado ao infinito ordena a visão do mundo e institui “*um fragmento com valência de totalidade*”, uma paisagem (CAUQUELIN, 2007, p. 139).

Esse ordenamento feito pelo artista na tela – focalização, dispersão e novamente concentração – é o que todos fazem, mesmo inconscientemente, afirma o filósofo Georg Simmel, ao emergir a visão de uma paisagem. A formação de uma paisagem, em lugar de um aglomerado de objetos, é, para o autor, uma obra de arte em *status nascendi* (SIMMEL, 1988, p. 235).

Para que haja paisagem, lembra o filósofo, é preciso que a consciência apreenda, além dos elementos, um novo conjunto, não ligado aos significados particulares de cada elemento, nem compostos, mecanicamente, de sua soma. No dizer de Simmel, trata-se de “*uma visão confinada e experimentada como unidade autossuficiente, embora ligada a uma extensão e a um movimento infinitamente mais vastos*” (1988, p. 241).

Para que o conjunto se destaque é preciso algo que reúna e atribua sentido aos construtos do olhar, destacando uma unidade percebida. Para Simmel essa reunião é possível pela *Stimmung*, termo de difícil tradução que remete a alguma coisa entre atmosfera e estado de alma.

Simmel explica que:

Referindo-se ao homem, entende-se por essa palavra a unidade que colore constantemente ou em um dado momento a totalidade de seus conteúdos psíquicos, unidade que nada constitui de singular em si, e que não adere, em muitos casos, a qualquer elemento único facilmente identificável, mas que, não obstante, representa o geral onde se encontram num determinado momento, todas essas particularidades. Ora, o mesmo vale para a *Stimmung* da paisagem: ela penetra todos os seus detalhes, sem que se possa atribuir a um só dentre eles a responsabilidade por isso: cada um participa da *Stimmung* da paisagem de uma maneira mal definível – e, no entanto, ao mesmo tempo que ela não é exterior a estas contribuições, ela não é composta de sua soma (SIMMEL, 1988, p. 239)

A formação do espírito, a *Stimmung* de uma paisagem tal qual um poema, só vive pela força unificadora da alma, como uma associação estreita entre o dado empírico e nossa criatividade. Diante de uma paisagem, percepção e afeto são um só e mesmo ato. Sem os sentimentos e os modos de comportamento, as colorações e as tonalidades que a própria vida engendra, “*um pedaço dissociado da natureza*” não se poderia constituir em paisagem, alerta Simmel (1988, p. 242).

Uma vez esclarecida a delimitação de noção de paisagem adotada, pode-se proceder à introdução de alguns aspectos dos moradores-paisagistas pesquisados por Bernard Lassus, relevantes a este estudo.

Lassus descobriu e identificou em pesquisas feitas a partir da década de 1960 em regiões suburbanas na França: uma arte de jardins praticada por alguns

moradores, um tipo de “*art brut*” ou “*art naïf*”, rejeitada no circuito cultural dos “concursos das casas floridas” ou das revistas de jardinagem, em nome de um certo “bom gosto” (LASSUS, 1996, p. 459). Esses moradores foram denominados moradores-paisagistas por atribuírem maior importância à elaboração de relações de paisagem do que aos objetos em si. Em seus jardins-paisagens cada objeto tem seu lugar e seu significado em conexão com o outro, estabelecendo uma relação que pode ser chamada de paisagística.

Os moradores-paisagistas são, em geral, trabalhadores que usam seu tempo livre na construção de jardins-paisagens nos espaços de que dispõem. Essas atividades de ordenamento do terreno estão ligadas a uma condição de insatisfação e de alienação em relação a seu ambiente de habitação (LASSUS, 1977, p. 8). Nos casos pesquisados, um morador torna-se um morador-paisagista sobretudo graças ao imaginário, a um espaço sonhado. Essas relações são mais ou menos materializadas, em parte visíveis e em parte ocultas, mas que, se não são apreendidas imediatamente, podem vir a ser pelo conhecimento de sua narrativa fundadora – lendas, fábulas ou sonhos que animam seus criadores (LASSUS, 1977, p. 137).

É com paixão, informa Lassus, que alguns moradores, quer proprietários, quer inquilinos, transformam a aparência exterior de sua habitação (LASSUS, 1974, p. 253.). Suas intervenções se multiplicam a partir da menor superfície disponível, seja um muro, uma borda de janela, um pequeno pátio ou um jardimzinho. Perguntados sobre suas criações, os moradores-paisagistas não sabem explicar o que fazem, não sabem falar sobre seus temas, mas são muito expressivos quando se trata de explicar sua paixão pela fabricação desses temas.³²

Os jardins-paisagens são construídos entre o muro de fecho e a fachada, ligação entre a rua e a casa e, de acordo com Lassus, além da função de embelezamento, essa ordenação de espaços acumularia também a função de mediação entre o mundo exterior (*foris*) e interior (*intus*) (Lassus, 1974, p. 257). Além disso, as paisagens são efêmeras, pois surgem e “vivem” intrincadas na vida de seu

³² LASSUS, Bernard. Disponível em: <http://urbanisme.u-pec.fr/documentation/paroles/bernard-lassus-64770.kjsp> Acesso em: 8 fev. 2010.

criador, desaparecendo com ele. O que aproxima os moradores-em-ação dos moradores-paisagistas? Num primeiro momento são moradores operários residentes em zonas periféricas de grandes cidades que ocupam seu tempo livre com a prática da jardinagem, “uma ordenação do terreno”. O que mais teriam em comum? (o desenraizamento, a insatisfação com o espaço dado, a necessidade de “embelezamento” do entorno?) E os moradores-em-ação atribuem mais importância às relações paisagísticas do que aos objetos isolados? Eles criam temas? Representam o finito no infinito?

No próximo item será feita uma reflexão sobre as ações dos moradores-em-ação à luz dos moradores-paisagistas.

2.2 Moradores- em- ação e moradores- paisagistas

2.2.1 Colaboradores escolhidos

Dos vinte colaboradores da pesquisa, catorze foram escolhidos pela coluna “Moradores em ação” de *O Verdinho*, cinco foram escolhidos por serem vizinhos de moradores em ação e por estarem envolvidos com os cuidados com as parcelas de áreas verdes; um foi escolhido por ser o morador mais antigo do bairro – um antigo funcionário da fazenda – cujas terras foram transformadas nos jardins Florestan Fernandes e Diva Tarlá de Carvalho. Entre os colaboradores, é o único que não mora em frente a uma área verde. Outra característica comum aos colaboradores é a condição de proprietários de sua casa.

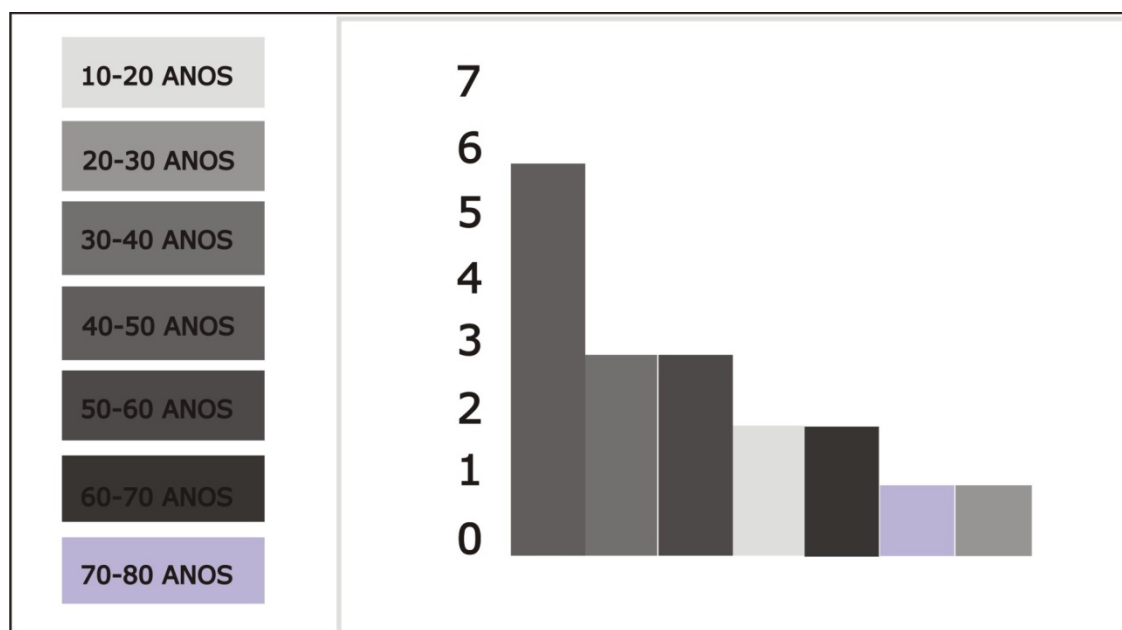
Entre os escolhidos treze são mulheres e sete são homens, com idades entre doze e 74 anos, embora a maioria tivesse à época da pesquisa 45 anos (Quadro 4 - 5). O tempo de moradia no bairro varia de um ano a doze anos, sendo que seis moram no bairro há menos de cinco anos, quatro moram no bairro entre cinco e dez anos e dez moram no bairro há mais de dez anos (Quadros 6 e 7). Entre eles, doze não completaram o ensino fundamental, e seis, o nível médio (Quadros 8 e 9). Quanto ao local de residência, doze moram no Jardim Florestan Fernandes (primeira etapa), sete no Jardim Diva Tarlá de Carvalho (segunda etapa) e um na terceira etapa, no Jardim Prof. Antonio Palocci (Quadros 10 e 11).

Dos vinte colaboradores, nove nasceram na região administrativa de Ribeirão Preto, estado de São Paulo; oito em Minas Gerais; um no Paraná; um em Pernambuco; e um na cidade de São Paulo (Quadros 12 e 13), sendo doze nascidos em área rural e oito em área urbana.

Quadro 4 – Idade dos colaboradores

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE COLABORADORES
10-20 ANOS	02
20-30 ANOS	01
30-40 ANOS	03
40-50 ANOS	02
50-60 ANOS	03
60-70 ANO	02
70-80 ANOS	01

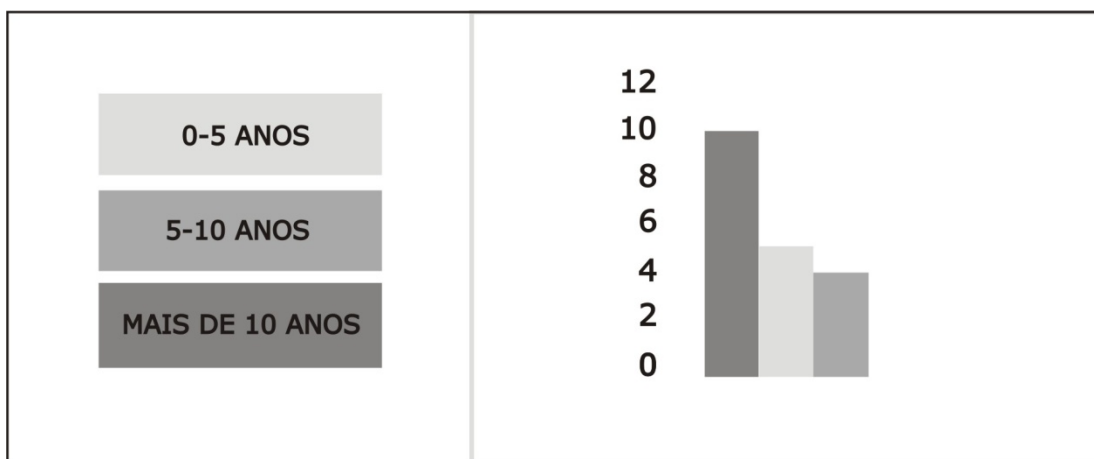
Quadro 5 – Distribuição dos colaboradores por faixa etária



Quadro 6 – Tempo de residência no bairro (em anos)

ANOS	NÚMERO DE COLABORADORES
0-5	05
5-10	04
MAIS DE 10	10

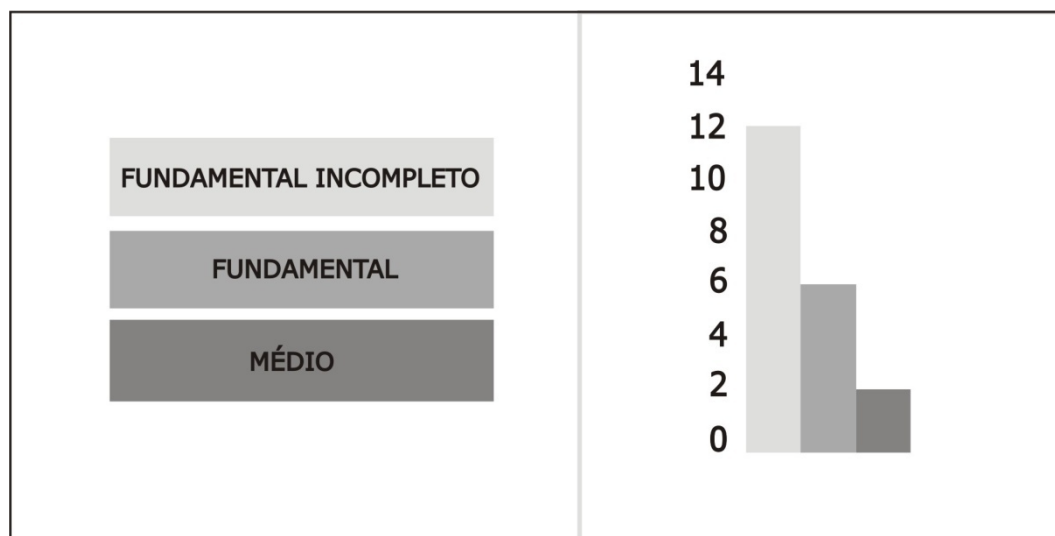
Quadro 7 – Distribuição de colaboradores por tempo de residência



Quadro 8 – Grau de escolaridade

ESCOLARIDADE	NÚMERO DE COLABORADORES
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	12
FUNDAMENTAL	06
MÉDIO	02

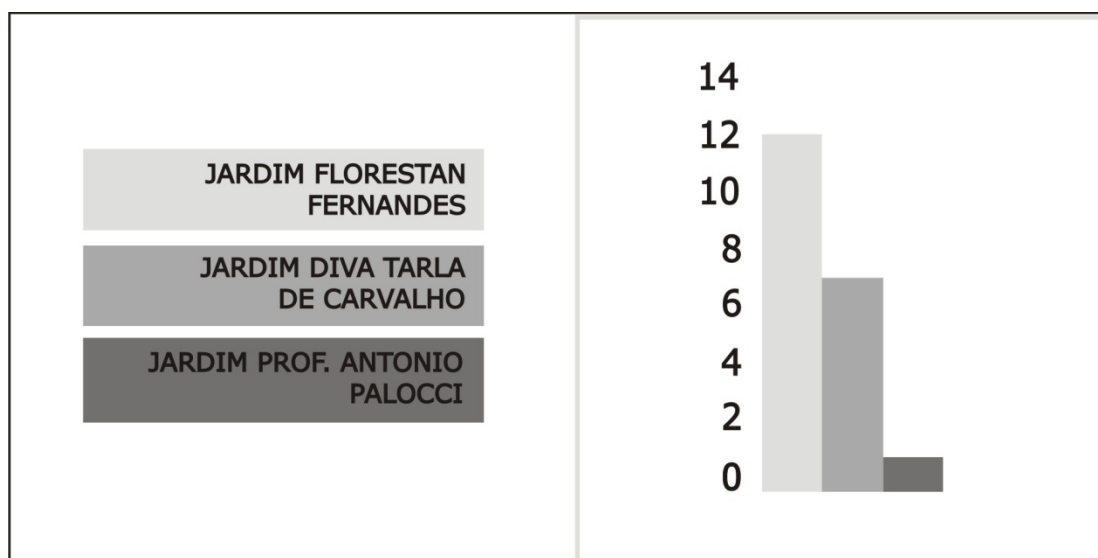
Quadro 9 – Distribuição de colaboradores por grau de escolaridade



Quadro 10 – Local de residência (etapa do empreendimento)

ETAPA DO EMPREENDIMENTO	NÚMERO DE COLABORADORES
JARDIM FLORESTAN FERNANDES	12
JARDIM DIVA TARLA DE CARVALHO	07
JARDIM PROF. ANTONIO PALOCCI	01

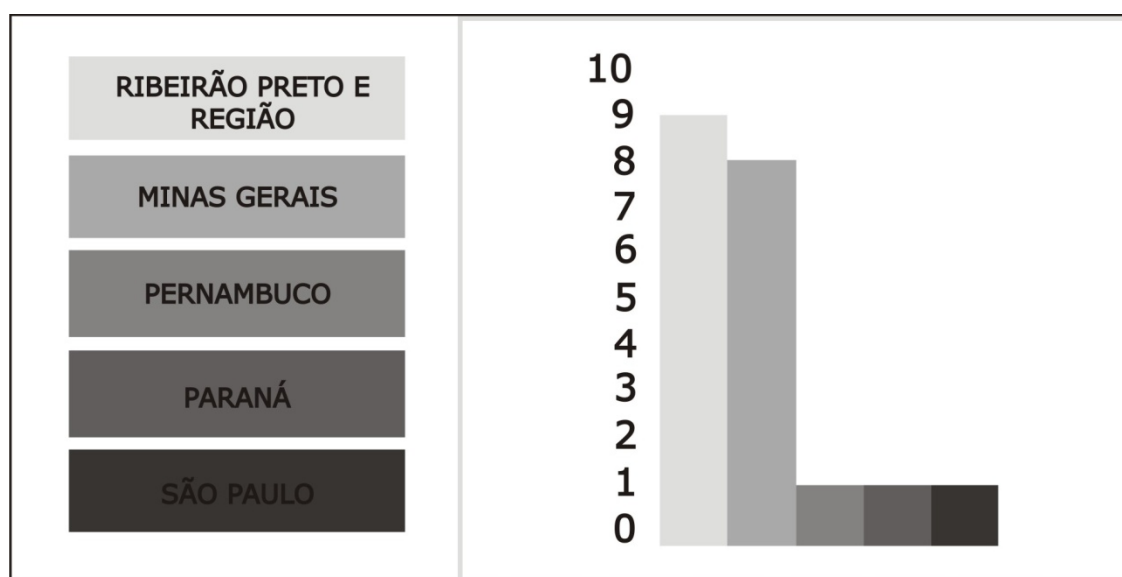
Quadro 11 – Distribuição de colaboradores por local de residência



Quadro 12 – Local de nascimento

LOCAL DE NASCIMENTO	NÚMERO DE COLABORADORES
RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO	09
MINAS GERAIS	08
PERNAMBUCO	01
PARANÁ	02
SÃO PAULO	01

Quadro 13 – Distribuição de colaboradores por local de nascimento



2.2.2 Moradores-em-ação são moradores-paisagistas?

A escolha dos moradores-em-ação como sujeitos da pesquisa justifica-se por permitir delimitar claramente o universo pesquisado e possibilitar aproximação com os estudos de Bernard Lassus, no fim dos anos 1960, sobre os moradores-paisagistas. Conforme observado, os moradores-paisagistas são, na maioria, operários residentes em zonas periféricas de algumas cidades francesas, que ocupam seu tempo livre com práticas de ordenação do entorno de sua residência,

criando jardins-paisagens nos espaços entre o muro de fecho e a fachada de sua casa. Já moradores-em-ação cuidam de parcelas de áreas tidas por de lazer pelo projeto urbanístico, localizadas na maioria dos casos em frente de sua casa no bairro Ribeirão Verde, periferia de Ribeirão Preto.

Bernard Lassus identificou como condição comum aos moradores-paisagistas, uma insatisfação com o espaço de vida dado. Insatisfeitos com o estado originário dos espaços a eles atribuídos pelos construtores procuram se expressar por práticas de jardinagem

Tratando-se de moradores-em-ação há também uma insatisfação com o espaço de vida, embora as condições originárias dessas insatisfações sejam distintas das dos moradores-paisagistas na França. O que aproxima estes daqueles é um “estado de insatisfação” com os espaços de origem que se transforma em práticas de intervenção.

No caso dos moradores-em-ação, a insatisfação é causada pela situação geral de abandono das áreas de lazer: morte das mudas de árvores plantadas pelos empreendedores do loteamento por falta de cuidados básicos, como rega, controle de formiga e proteção contra o pisoteio por animais, acúmulo de lixo e de entulho nas áreas e queimadas urbanas. Esses foram os principais motivos que levaram alguns moradores-em-ação (Ana Maria, Elis Regina, Lindnalva, Pedro, Teixeira) a passar a cuidar das áreas. Alguns, como Ana Maria e Pedro, começaram regando as mudas; outros, como Lindnalva e Elis Regina e Teixeira – carpindo o terreno. Daí em diante foram se envolvendo, plantaram novas mudas, cercaram as áreas para protegê-las do pisoteio do “gado solto” e passaram a dedicar parte do tempo livre à atividade de jardinagem.

Já no caso da moradora-em-ação Selma, a insatisfação com o espaço de vida resultou do confronto entre espaço sonhado e espaço real.

Desde que se mudou para o Jardim Florestan Fernandes, em 2001, Selma carpiu, cercou, plantou e cuidou de sua área de moradora-em-ação em busca da obtenção de um lugar sonhado. Selma conta: – *“No dia da compra do terreno na sede da Cohab-RP, eles mostraram na planta que aqui – aponta para a área em frente – era um parque. Eu escolhi este terreno por causa da área verde em frente, porque nunca ia perder esta visão ampla”.*

A construção da casa de Selma levou seis anos, e quando ela se mudou, não só não havia nenhum parque, como a área estava sendo usada como depósito de lixo e entulho. Movida por seu sonho da “vista ampla para o parque e o horizonte”, começou a cuidar de uma área de aproximadamente 250 m². Procurou as mudas de árvores no horto florestal municipal de Ribeirão Preto, plantou-as e regou-as com água de sua casa. As árvores foram plantadas bem perto umas das outras, ocupando praticamente todo o terreno. Ipês, jacarandás-mimosos, guapuruvus dividem espaço com pés de manga, acerola, carambola, tamarindo, jaca, graviola, amora, pinha, abacate e cajá-manga, entre outros. Os ipês de cores variadas, são sete, foram escolhidos por causa de suas floradas. De acordo com Selma, uma família de “tucanos azuis” frequenta sua área em busca de alimentos, bem como uma grande variedade de pássaros, que, segundo ela, só havia visto na “roça” quando criança. *“De noite, dá para ver as luzes de Jardinópolis, ali, naquela direção”*, afirma, apontando no horizonte a localização da cidade vizinha, distante 15 km de Ribeirão Preto. Assim como dona Eunísia, Selma não quis sair da frente de sua casa para fazer o “Percurso Fotográfico”,³³ mas indicou os pontos a ser fotografados: reflorestamento Jardim Antonio Palocci, piscinão, área verde de sr. Pedro e área verde de sr. Eurípedes, todos conjuntos de vegetação. Nos reflorestamentos, ela aprecia o esquema de plantio e a limpeza do terreno. Nas áreas de morador-em-ação de Pedro e Eurípedes, além da limpeza, ela gosta do “arvoredo” formado.



Figura 12 – Foto da área da moradora-em-ação Selma³⁴

³³ “Percurso Fotográfico” é o instrumento de coleta de dados da pesquisa que será explicado em detalhes no próximo capítulo.

³⁴ Todas as fotos são da autora desta pesquisa.

No caso da moradora-em-ação dona Eunísia, o ensejo de cuidar de uma parcela da área de lazer não foi um lugar sonhado, mas o forte descontentamento sentido após a mudança para o bairro. Proveniente do centro de Ribeirão Preto, onde morou durante quarenta anos, sentia-se muito sozinha, isolada naquele “fim de mundo”, sem movimento. Aposentada e dispondo de bastante tempo livre, decidiu ocupar-se com a limpeza de uma parcela de aproximadamente 1.500 m² da “área de lazer” em frente de sua casa.

“Um dia”, conta dona Eunísia, “[...] passei a mão na enxada e resolvi carpir o terreno; aqui era tudo braquiária”, explica, apontando a área. “Peguei firme: fui carpindo, carpindo, até o finalzinho do dia. No dia seguinte, acordei com a mão cheinha de bolhas”, conta, dando risada; e continua: “Falta de costume; fiquei muito tempo longe da roça, mais de cinquenta anos. Mas, mesmo assim, continuei. Acho que tomei gosto. Depois de estar tudo limpo, sem mato, cerquei com arame farpado que comprei, porque tinha, e ainda tem, muita vaca que anda solta pelo bairro, e acaba com tudo que é plantação. Peguei uns pedaços velhos de madeira que achei por aí e usei como mourões para esticar o arame. Depois de cercado, comecei a plantar as mudas de árvores, quase todas pés de fruta. Meu irmão trazia as mudas e eu plantava. Também tinha uma hortinha de verdura... alface, almeirão, couve, cenoura. Agora tem muita sombra, já não dá mais para ter verdura, só uns temperinhos, uma salsinha, uma cebolinha. [...] No tempo das águas, planto uma rocinha de feijão, um pouco de milho, abóbora. Tenho também mandioca e uns pezinhos de cana; os netos gostam de chupar”, explica Eunísia.

A “horta” de Eunísia, nome dado por ela à área, é constituída por um grande número de árvores plantadas bem próximas uma das outras: são mangueiras, frutadão, abacateiros, mamoeiros, limoeiros e bananeiras entre outros, competindo por espaço e luz. Uma “rocinha de milho e de feijão é plantada nos espaços livres ensolarados, escolhidos a cada nova safra. A mandioca, por ser perene, ocupa boa parte mais no fundo do terreno, onde Eunísia pretende plantar mais árvores. Ainda se espalham pela área caramanchões de maracujá doce e azedo, embaixo dos quais são pendurados vasos de samambaias e outras plantas. Um passeio pela área desperta para uma forte semelhança com um quintal de sítio. Indagada sobre a ideia de disposição das plantas, responde prontamente: “Tirei da minha cabeça”, e acrescenta: “dos quintais da colônia da fazenda onde morava em criança”.

Durante o “Percurso Fotográfico”, Eunísia foi contando a história de cada pé de fruta, a data de plantio, a primeira florada, a primeira frutificação, a qualidade dos frutos e a procedência da muda, entre outros detalhes. A descrição detalhada, demonstra seu forte envolvimento afetivo com a área. Ela afirma ter muito apreço por suas árvores que, além de sombra, dão frutos e afirma: *“É muito bom poder comer fruta apanhada no pé”*.

Foi a insatisfação com o espaço original que levou Selma e dona Eunísia a cuidarem de suas áreas. No caso de Selma, o espaço já existia em sonho moldado pelo desenho visto na Cohab-RP; no de Eunísia, o lugar foi sendo construído aos poucos, e acabou se assemelhando ao quintal de sua infância. A horta de dona Eunísia é seu refúgio, seu mundo próprio, um espaço privativo aberto para os parentes e amigos próximos.



Figura 13 – Área da moradora-em-ação Eunísia



Figura 14 – Foto da horta de Eunísia

Conforme já dissemos, Bernard Lassus denomina os moradores de moradores-paisagistas porque esses atribuem maior importância à elaboração de relações de paisagem do que aos objetos em si, realizando “temas” entre a fachada e o portão de sua casa, onde, ao lançarem mão de conjuntos vegetais, miniaturizações ou artefatos, criam espaços imaginários, chamados jardins paisagens. E são assim denominados porque reúnem duas diferentes escalas: a escala tátil – da proximidade do lugar –, e a visível – da ordem do inatingível, da

matéria imaginada, nunca verificada. De acordo com Lassus,³⁵ essas distintas escalas se articulam no imaginário, chave de entendimento das criações dos moradores-paisagistas.³⁶

E os moradores-em-ação dão mais importância às relações paisagísticas que aos objetos isolados? Eles criam temas? Representam o finito no infinito? Tomemos como exemplo o caso do morador-em-ação Geraldo. Ele começou a cuidar de uma parcela da área de lazer em frente à sua casa, que ele chama de “fazendinha”, antes mesmo de se mudar para o bairro em 1997. A área verde tratada por Geraldo também está cercada para proteger a vegetação do gado solto. Nascido na zona rural no sul de Minas Gerais, ele gosta de lidar com a terra e valoriza muito as sombras proporcionadas pelas árvores, que considera “*mais arejadas e frescas que as sombras de telhados*”.

Seu Geraldo conta:

“Eu sempre gostei de plantação e de criação, acho que é porque eu nasci no sítio, não é? Eu plantei muito pé de fruta, que é bom, porque dá sombra e a fruta para comer”. Entre as árvores em sua área há uma que ele faz questão de destacar: “Aquele pé de limão cravo ali”, diz, apontando para o limoeiro, “eu plantei quando o Ronaldo, o meu menino mais novo, nasceu. Faz doze anos. Eu mudei para cá quando o menino tinha onze dias de nascido. Eu plantei a árvore porque eu queria que ela e o menino crescessem juntos. Assim, o menino crescia vendo o pai cuidar da árvore; ajudava o pai a cuidar dela; ele aprendia a cuidar tanto da árvore como dele mesmo”.

Geraldo faz uma metáfora: a árvore simboliza a vida de seu filho. Mas essa metáfora só é expressa verbal e não paisagisticamente, pois não há nada de material, de concreto na paisagem que a revele, além da narrativa de Geraldo, diferentemente dos casos apresentados por Lassus, em que as relações paisagísticas são, com mais ou menos precisão, materializadas. É claro que sempre há a possibilidade de não se compreender a relação proposta (LASSUS, 1996) Mas até onde esta pesquisa pôde verificar, não se pode falar em materializações paisagísticas como as encontradas nos jardins dos moradores-paisagistas.

³⁵ LASSUS, Bernard. Disponível em: <http://urbanisme.univ-paris12.fr/1134767598231/0/fiche_article/&RH=URBA_1Paroles>. Acesso em: 8 fev. 2010.

³⁶ Sobre as criações dos moradores-paisagistas ver LASSUS, Bernard. *Jardins Imaginaires. les habitants paysagistes*, 1977.



Figura 15 – Geraldo, Ramila, Roni e o pé de limão

A necessidade de uma trama narrativa, seja coletiva, seja individual, para transformar alguns objetos isolados, e por vezes sem sentido, em um jardim-paisagem, evidenciada por Lassus em suas pesquisas, pôde ser verificada na experiência vivida com o morador-em-ação Sydney: foi a narrativa que transformou o que parecia ser um arranjo de objetos sem sentido em uma “mata atlântica imaginada”.

O último local registrado no “Percurso Fotográfico” feito com Sydney foi sua área de morador-em-ação, em frente à sua casa, e cujo horizonte é a mata do Ribeirão Verde. Algumas árvores já crescidas sombreiam parcialmente o local. Sydney mudou-se para o Jardim Florestan Fernandes em 1997. Aposentado por problemas de saúde, começou a cuidar de uma área de aproximadamente 300 m² que cercou, plantou e mantém.

“Eu quero fazer uma ‘mata atlântica’”, comentou Sydney, enquanto mostrava canteiros delimitados com pneus velhos, tijolos e paralelepípedos, plantados com alguma vegetação, reconhecida por ele como tropical. *“Eu conheço algumas plantas”,* afirma, *“eu gosto de flores, eu procuro aprender”,* e continua descrevendo seu projeto de jardim-mata para aquela área: *“E, em volta, eu quero fechar com cerca viva; pode ser sansão do campo, bem aparadinho. Eu acho bonito. Vi uma vez numa chácara. Assim não entra animal e fica um local mais reservado”,* completa. Sydney deseja criar “uma mata atlântica”; ele projeta um “tema” e traz o infinito que a mata representa para o finito de seu jardim. Pode-se falar, no caso dele, em uma imaginação paisagística embrionária. Entretanto, diferentemente dos moradores-paisagistas de Lassus, ele não representa essa imaginação em referências da paisagem.



Figura 16 – “Mata Atlântica” na área do morador-em-ação Sydney

Nos quatro exemplos mencionados há alguns pontos de contato com os moradores-paisagistas. Em ambos os casos são moradores da periferia das cidades que partilham de uma insatisfação inicial com seu espaço de vida e procuram modificá-los mediante práticas espaciais de jardinagem. Essas práticas – aportes sobre um substrato paisagístico – criam novas paisagens. Tanto os moradores-em-ação quanto os moradores-paisagistas, “fazem porque gostam”, destinam boa parte de seu tempo livre a isso, têm forte envolvimento afetivo com suas criações e declaram, como dona Eunísia, que não saberiam mais viver sem elas.

Os moradores-em-ação percebem suas práticas como promotoras de embelezamento, sombreamento, limpeza, beneficiando o bairro em geral, e valorizam as áreas verdes tratadas por outros moradores por seus valores estéticos, morais e ambientais. Consideram que as áreas de morador-em-ação são um “exemplo” a ser seguido, e destacam a área verde de sr. Pedro.



Figura 17 – Área verde do sr. Pedro



Figura 18 – Área Verde do sr. Pedro
“Percorso Fotográfico” Sonia

Pedro Alberto Aniceto era um morador-em-ação que cuidava de uma parcela da área verde em frente à sua casa, no Jardim Diva Tarlá de Carvalho. Primeiro limpou o terreno, depois removeu o entulho e o lixo, em seguida carpiu-o e plantou tamarindos, limoeiros, goiabeiras, amoreiras, pitangueiras, além de espécies nativas e um flamboaiã (*Delonix regia*), seu preferido, pois gostava muito do vermelho da florada. As mudas não fornecidas pelo Programa de Educação Ambiental do Ribeirão Verde (PEARV) foram produzidas pelo Sr. Pedro, com várias técnicas que aprendeu sozinho, ao longo da vida. Cercou a área para protegê-la de animais e conseguiu com a empresa distribuidora de água e esgoto de Ribeirão Preto (Daerp) um ponto de água para regar as plantas.

Alguns colaboradores da pesquisa (Aparecida, Selma, Sonia, Carlos e Eurípedes) expressaram um sentimento de admiração pelo trabalho feito pelo sr. Pedro. Carlos sonha como o bairro seria se todos seguissem esse exemplo. Foram as práticas de jardinagem do sr. Pedro que o aproximaram de Carlos. Carlos morava naquelas terras antes da construção do bairro e de funcionário da fazenda Santa Maria passou a funcionário dos empreendedores do bairro, trabalhando diretamente com o plantio das áreas verdes. Aprendeu na prática a necessidade de atitudes como as do sr. Pedro, uma vez que, sem o envolvimento da população, é muito mais difícil implantar áreas de reflorestamento. As práticas do sr. Pedro estão atreladas também a valores estéticos. Selma e Sonia apreciam ver o arvoredo formado, e dona Jandira, a viúva, relata a fruição estética que o florescimento de uma “rocinha de soja” provocou.

“Uma vez”, conta dona Jandira, “Pedro plantou soja em toda a área (de morador-em-ação); foi bem antes das árvores crescerem. A soja cresceu e na época da florada ficou tudo amarelinho, a coisa mais linda de se ver... Vinha gente de longe para tirar fotografia. Quando falávamos que era soja, as pessoas duvidavam. Nem eu mesma sabia que dava uma flor tão bonita...”.

A florada da soja desperta em dona Jandira um gosto, um sentimento pela paisagem. Também é o que se depreende da narrativa de Selma, que considera um privilégio ver com certa frequência o movimento alegre e colorido dos tucanos que pousam nas árvores de sua área de moradora-em-ação.

“Às vezes, os tucanos pousam nas árvores, bem aqui em frente. Eu plantei bastante pé de fruta, para dar de comer para os bichinhos”, afirma Selma.

Quanto às criações propriamente ditas, o sonho e o imaginário são comuns a ambos os grupos pesquisados. Quanto ao material usado nas criações, nos casos pesquisados por Lassus, artefatos de cimento, ferro, pedras, pneus etc.

No caso dos moradores-em-ação, as áreas são construídas basicamente com vegetação, além do material empregado para seu fechamento: lascas de madeira e arame. O uso de outros materiais foi observado apenas no caso do morador-em-ação Sydney, que recorreu a pneus e a tijolos para delimitar seus canteiros.

O uso de diferentes materiais pode estar relacionado à sua disponibilidade. E, no caso do bairro Ribeirão Verde, vale lembrar, as mudas de árvores foram oferecidas gratuitamente pelo Programa de Educação Ambiental do bairro.

Os moradores-em-ação e os moradores-paisagistas têm em comum um “estado de insatisfação” com os espaços de origem, ressalvadas as diferentes condições que contribuem para esse estado. A insatisfação transforma-se em práticas de intervenção e modificação do substrato paisagístico e a criação de um espaço próprio (FERRIOLO, 2006, p. 19). No entanto, cabe ressaltar que, enquanto as práticas dos moradores-paisagistas são feitas, preferencialmente, em um espaço privado, as práticas dos moradores-em-ação são interferências no espaço público.

Nos casos dos moradores-paisagistas, Lassus aponta que só um substrato paisagístico suficientemente heterogêneo permite o acolhimento de contribuições originais: “Não é, pois, pelas similaridades que se faz o acolhimento, mas pelas diferenças”, ressalta (LASSUS, 1996, p. 462.). Esse substrato fértil é antes de tudo um espaço receptivo. Sobre os moradores-paisagistas Lassus afirma que por suas práticas que esses moradores, contrariando o que lhes foi imposto e modificando as estruturas consideradas acabadas, terminam por habitar efetivamente os espaços concebidos para eles, sem eles.³⁷ Tratando-se dos moradores-em-ação os dados desta pesquisa não permitem aprofundar a questão. Mas, uma vez que a percepção

³⁷ LASSUS, Bernard. Disponível em: <http://urbanisme.univ-paris12.fr/1134767598231/0/fiche_article/&RH=URBA_1Paroles>. Acesso em: 8 fev. 2010.

de um substrato como receptivo não repousa só no substrato, mas é um “trânsito” entre este e o sujeito, pode-se sugerir algumas hipóteses, entre as quais que a percepção de certo acolhimento às intervenções do substrato paisagístico existente é fundada na origem rural ou “quase rural” dos colaboradores da pesquisa.

Quando não se tem memória relativa a um determinado espaço, como no caso dos moradores-em-ação, são as primeiras experiências no espaço que vão direcionar as outras (BACHELARD, 1974). Nas palavras de Bachelard, “quando na nova casa, voltam as lembranças das antigas moradias, viajamos até o país da Infância Imóvel. [...] *reconfortamo-nos vivendo lembranças de proteção* (BACHELARD, 1974, p. 359).

Na perspectiva de Bachelard, as lembranças dos espaços da infância são sempre evocados com valores de sonho e acolhimento; “[...] os lugares em que viveu-se o devaneio se reconstituem por si mesmos num novo devaneio”.

Sonho, acolhimento, devaneio são os ingredientes necessários para que se instaure uma poética do habitar. Mas essas são hipóteses que necessitariam de maior aprofundamento.

De modo geral, entretanto, pode-se afirmar que os moradores-em-ação diferenciam-se dos moradores-paisagistas estudados por Lassus porque expressam os valores relacionados à paisagem mais verbalmente que *in situ*. Aqueles não representam as relações paisagísticas materialmente como os moradores-paisagistas franceses, mas são “afetados” por valores ambientais, morais, estéticos etc., com base em seus aportes no substrato paisagístico. Além disso, com esses aportes modificam o substrato paisagístico e constroem uma nova paisagem. Que paisagem é essa? O que representa? O que revela? Trataremos desses aspectos no próximo capítulo.

Área de Moradores em Ação – M.A.

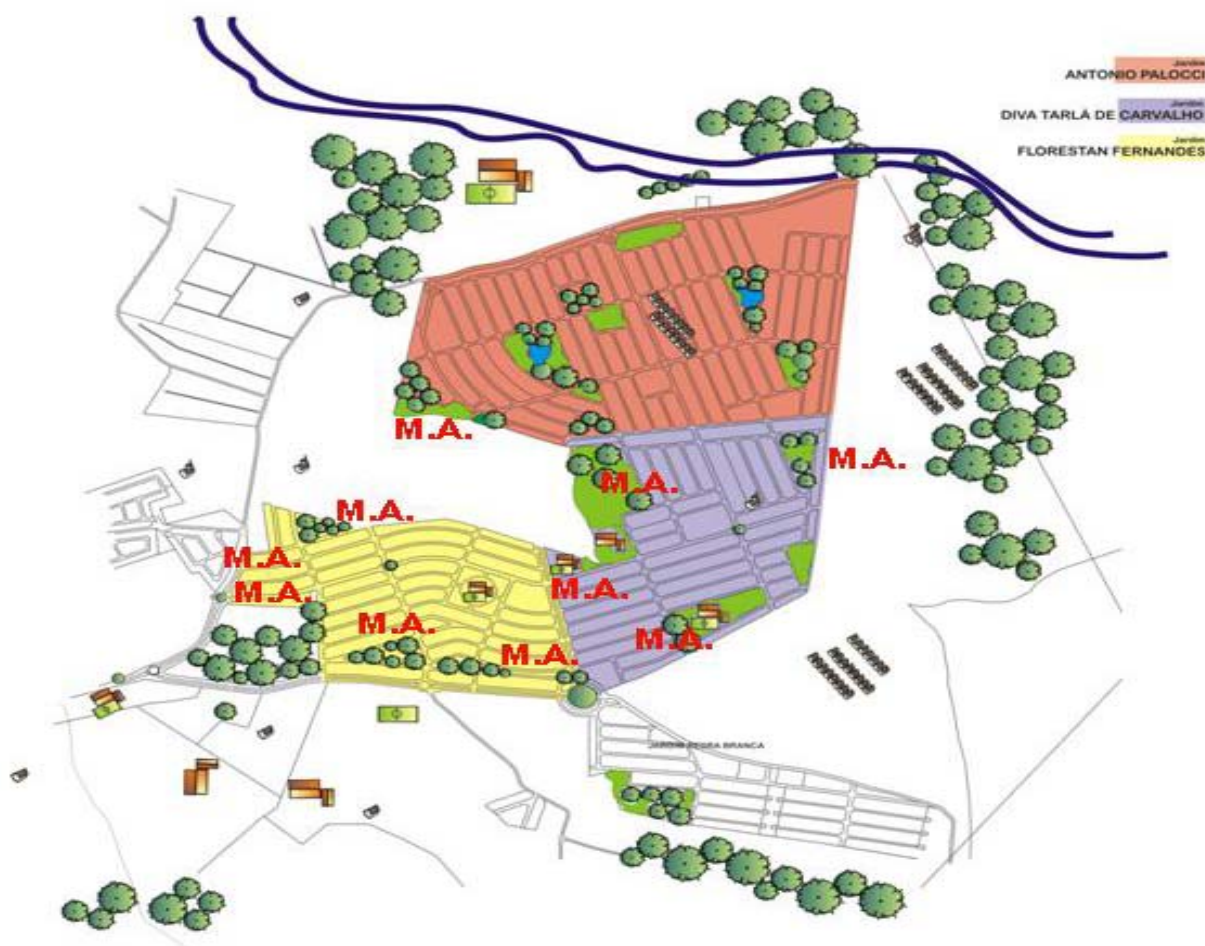


Figura 19 – Representação gráfica das áreas dos moradores-em-ação

CAPÍTULO - 3

PAISAGEM PERCEBIDA

Este capítulo trata da percepção da paisagem no bairro Ribeirão Verde, com base nos dados colhidos no trabalho de campo.

A primeira parte 3.1 – Metodologia e fundamentação teórico-conceitual-, está voltada para a explicitação dos passos da elaboração do instrumento de pesquisa. São apresentadas noções gerais do quadro teórico-conceitual dos estudos em percepção ambiental com abordagem fenomenológica e análise de dados qualitativa. O embasamento para a elaboração e o direcionamento da pesquisa de campo foi obtido com autores que tratam de metodologia de pesquisa e construção de conhecimento, como Dulce Critelli (2006) e Mirian Goldenberg (2005).

Em seguida, no item 3.2 são explicitados os passos da elaboração do instrumento de coleta de dados, a qual foi fundamentada em Anne White,³⁸ autora de *Guidelines for fields: studies in environmental perception. Techinal Notes*, 1978, uma espécie de manual para estudos de campo em Percepção Ambiental, com três abordagens metodológicas fundamentais – observar, escutar e interrogar – com grande variedade de técnicas disponíveis. Apesar da ampla sugestão de procedimentos oferecidos, White encorajou os pesquisadores a desenharem seus próprios instrumentos de pesquisa, de acordo com as especificidades do contexto pesquisado.

Assim, com o aporte teórico dos autores da psicologia ambiental, como Willian Ittelson (1973) e Amos Rapoport (1978), e autores que estudam o uso de história oral e narrativa dos sujeitos como fonte de dados em pesquisas, como Ecléa Bosi (2004), foi possível elaborar um instrumento de coleta de dados denominado de “Percurso Fotográfico”. No item 3.3 – Coleta de Dados – detalha-se a operacionalização da pesquisa de campo.

³⁸ WHITE, A. *Guidelines for fields: studies in environmental perception*. Techinal Notes, Toronto: UNESCO, 1978.

O item 3.4 – Organização do Material Coletado – trata da organização dos dados colhidos na pesquisa de campo.

No item 3.5 – Interpretação dos dados obtidos – apresentam-se as análises e as interpretações propostas. Faz-se breve introdução sobre percepção da paisagem, com apoio em autores da psicologia ambiental e da geografia de orientação fenomenológica.

No item 3.5.2 – A “diferença do Ribeirão Verde –, faz-se uma descrição da identidade do bairro na percepção dos colaboradores da pesquisa. Em 3.5.3 – Rotas: as geografias pessoais – apresentam-se cinco modos distintos de apropriação do espaço nos “Percursos Fotográficos”, e as suas descrições. Em 3.6 – Algumas considerações sobre as Rotas – há uma reflexão sobre o significados das diferentes espacializações em relação à paisagem percebida. Por isso em 3.6.1 – Os diferentes “bairros percebidos”, 3.6.2 – Imagem do Ribeirão Verde – e 3.6.3 – Marcos referenciais “notáveis” – há interpretações da paisagem percebida do ponto de vista do território do bairro, da imagem do Ribeirão Verde e dos marcos referenciais notáveis.

E no item 3.7 – Paisagem percebida –, foram reunidas as informações expostas, fundamentadas nos autores apresentados, e apoiadas em algumas noções de Martin Heidegger (1958) e no geógrafo Denis Cosgrove (1998).

3.1 Metodologia – Fundamentação teórico-conceitual

Este trabalho foi desenvolvido no campo teórico da Percepção Ambiental, fundamentado numa abordagem fenomenológica, uma vez que se busca mais do que uma descrição conceitual, e, sim, o entendimento de como se configuram as leituras que os sujeitos estabelecem a partir da vivência do lugar.

Segundo Mirian Goldenberg (2005), fazer uma análise fenomenológica significa substituir as construções explicativas pela descrição do que se passa do ponto de vista daquele que vive a situação concreta. Pode-se afirmar, assim, que a escala da análise na abordagem fenomenológica é a experiência subjetiva da vida cotidiana.

Critelli (2006, p. 78) alerta que, quando algo é percebido, é porque já foi tecido como real. Em outras palavras, as coisas não aparecem fenomenicamente primeiro para depois ser convertidas em realidade, pois a própria percepção de algo depende de esse algo ter sido resultado de um movimento de realização.

Em sua proposta de análise fenomenológica, Critelli (2006) assinala que o movimento de realização é constituído por cinco momentos: desvelamento, revelação, testemunho, veracização e autenticação, sendo que, a este trabalho interessam os três primeiros momentos. O desvelamento significa a saída de algo de seu ocultamento, em uma de suas facetas (possibilidades) e por um período, pois, de acordo com essa autora, sendo o desocultamento temporal e existencial, tem-se que o desvelado de um ente não permanece indefinidamente descoberto, mas tende a voltar rapidamente para o ocultamento, se não for conservado (CRITELLI, 2006, p. 81).

Critelli afirma que tudo o que há, enquanto não é desvelado, pertence ao reino do nada. Trazer algo à luz não significa instituir uma presença concreta a partir do não ser, mas desvelar seu significado, entendido como o aspecto ou a perspectiva da coisa inscrita como significado e do nosso relacionamento com ela. “As facetas ocultas dos entes, das coisas, do que quer que seja, só podem aparecer à luz do tempo do existir e não do esforço racional e cognitivo” (CRITELLI, 2006, p. 80).

Para que se chegue à realização, é preciso que a faceta ou a possibilidade desvelada tenha alguma duração. O que aparece, isto é, foi desvelado, é confirmado e pode ser conservado em sua manifestação mediante a fala.

[...] o que foi desvelado dos entes não se expõe apenas na e pela coisa mesma, mas, e ao mesmo tempo, na e pela palavra ou linguagem em que for apresentado. No que se fala a seu respeito (CRITELLI, 2006, p. 82).

O segundo movimento, a revelação, é possível pela linguagem, que confirma e conserva o que foi desvelado. A linguagem é o modo pelo qual o ser das coisas pode ser trazido à tona, ou seja, o que foi desvelado só começa a ter qualquer realidade se for falado. “*Para o homem, só o que é falado pode ser presença*” (CRITELLI, 2006, p. 83).

Como destaca Critelli, a função de conservação da linguagem, no entanto, só se realiza quando esta for simultaneamente comunicação. Sem a função comunicativa, a linguagem perde sua função de conservação do significado. A linguagem teria, então, dupla função, a de falar e a de dizer.

Critelli aponta a distinção entre o falado e o dito – o primeiro referente à linguagem de conservação e o segundo, à linguagem comunicativa. O que é falado sem ser dito exerce sua função de conservação, mas não de comunicação, ou seja, não aparece, não se mostra. A palavra, conclui a autora, “*acolhe, guarda, conserva e expõe o ser. Fora das palavras, as coisas podem até mesmo estar por aí, mas não são o que são e como são*” (CRITELLI, 2006, p. 84).

Em suma, além da função de conservação das coisas em seu sentido e significado, as palavras têm a função de comunicação e esta tem prioridade sobre a função de conservação, porque, sem a primeira, a segunda não se efetiva. É pela função comunicativa da linguagem que se estabelece o terceiro momento de realização, o testemunho.

O desvelado e o expresso (revelado) têm de ser vistos e ouvidos por outros; têm de ser testemunhados para receber uma espécie de consolidação. O outro com quem se fala de algo não é mero receptor de uma mensagem, mas seu colaborador.

No momento do testemunho, ressalta Critelli, o desvelado e o revelado podem ganhar várias compreensões pertinentes à singularidade dos indivíduos.

Apesar de a realidade ser uma trama de significados produzida e solidificada ao longo do tempo pelo esforço de todos em conjunto e de cada um em sua singularidade, a consistência dessa realidade, afirma a autora citada,

[...] jamais é urdida fora de cada indivíduo, porque se todos podem ter a mesma ideia, a autenticação de sua verdade é uma convicção sentida na solidão da alma, assim como o mel e o sal são gostos saboreados na solidão da língua (CRITELLI, 2006, p. 90).

Sendo assim, só a experiência individual, embasada no sentir e não no esforço intelectual, vai dar consistência à realidade.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa em campo deste trabalho foi desvelar e revelar as paisagens por meio das experiências individuais e consolidá-las pelo testemunho.

A pesquisa qualitativa usada neste estudo introduz a discussão mais ampla sobre a singularidade do indivíduo e a representatividade do contexto social e histórico em que está inserido.

Mirian Goldemberg (2005, p. 37) faz uma reflexão sobre tal tema fundamentando-se nas ideias de Franco Ferrarotti.³⁹ para quem cada vida pode ser vista, ao mesmo tempo, como singular e universal – expressão da história pessoal e social, representativa de seu tempo, seu lugar, seu grupo – síntese da tensão e da liberdade individual e condicionamento dos contextos estruturais. Cada indivíduo pode ser considerado, portanto, uma síntese individualizada e ativa da sociedade, uma reapropriação singular do universo social e histórico que o envolve.

De acordo com Mirian Goldenberg,

[...] se cada indivíduo singulariza em seus atos a universalidade da estrutura social, é possível ler uma sociedade através de uma biografia, conhecer o social partindo-se da especificidade irreduzível de uma vida individual (GOLDEMBERG, 2005, p. 37).

Se é possível ler uma sociedade por meio de biografias individuais, propõe-se que também é possível ler paisagens pela percepção individual. E é sobre essa noção que a pesquisa foi desenvolvida.

3.2 Escolha da técnica: fundamentação teórica da construção do “Percurso Fotográfico”

O trabalho empírico desenvolvido entre maio e dezembro de 2008 objetivou verificar a percepção e apropriação do espaço pelos moradores do bairro. As estratégias para a coleta de dados foram selecionadas entre categorias metodológicas baseadas no ouvir, no observar e no perguntar, com base na

³⁹ FERRAROTTI, F. *Histoire et histoires de vie: La methode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Librairie de Méridiens, 1983.

triangulação metodológica proposta por White (1978), que tem por escopo abranger a máxima amplitude na descrição, na explicação e na compreensão do objeto de estudo, e pretenderam desvelar e revelar a paisagem de cada colaborador da pesquisa.

A pesquisa empírica foi feita em dois momentos distintos. No primeiro, de maio e julho de 2008, realizaram-se os “Percursos Fotográficos”, explicados a seguir, objetivando desvelar e revelar a paisagem de cada colaborador. No segundo, entre outubro e novembro de 2008, voltou-se a campo para a devolução das fotografias obtidas no “Percurso Fotográfico” para cada colaborador e para a aplicação de um “Questionário”, a fim de ampliar o quadro empírico.

Pelo acesso à literatura especializada da Percepção Ambiental, entrou-se em contato com as várias orientações teóricas desse campo, e encontrou-se na abordagem transacional de William Ittelson e Amos Rapoport uma visão compatível com a abordagem fenomenológica em estudos de percepção da paisagem e ambiente. Com base nas ideias de Ittelson (1973), para quem *“as experiências com as cidades, como em qualquer outro ambiente, acontecem ligadas a um fazer-se alguma coisa nelas” (doing something in them)* (1973, p. 200), entendeu-se ser necessária a elaboração de um instrumento de coleta de dados que fosse uma prática espacial e contemplasse os três níveis de experiência da paisagem e ambiente: o sentir, o conhecer, e o fazer, seguindo Rapoport (1978).

Com o aporte teórico dos autores que estudam o uso de história oral e narrativo dos sujeitos como fonte de dados em pesquisas, como Ecléa Bosi (2004), elaborou-se um instrumento de coleta de dados denominado “Percurso Fotográfico”, explicitado no próximo item.

3.3 Coleta de dados

Perguntou-se aos colaboradores: “Se algum de seus parentes, que não conhecesse o lugar onde você mora, lhe pedisse para mandar fotografias do seu bairro, que lugares você fotografaria?”. Em seguida, em data combinada com a pesquisadora, solicitava-se que tirassem fotografias dos locais/objetos escolhidos.

A ideia inicial dos “Percursos Fotográficos” era que seriam feitos a pé. Mas alguns fatores, como a dimensão do bairro, as grandes distâncias entre os locais escolhidos, o pouco tempo disponível dos colaboradores e os poucos horários disponíveis destes para colaborar na pesquisa, entre outros, nos levaram a fazê-los de carro. Além disso, é importante ressaltar que as elevadas temperaturas registradas no município de Ribeirão Preto limitariam os “Percursos Fotográficos” a horários restritos às primeiras horas da manhã às últimas da tarde, incompatíveis, portanto, com a disponibilidade dos colaboradores.

A entrada no local pesquisado foi feita auxiliada por Ronaldo Endo, biólogo responsável pelo Programa de Educação Ambiental do Ribeirão Verde (PEARV), com quem se visitou três moradores-em-ação. Esse primeiro contato foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, pois abriu o caminho para que os outros escolhidos fossem contatados diretamente. O primeiro contato com o morador teve por fim apresentar a proposta da pesquisa e combinar a data para o “Percurso Fotográfico”.

Foram feitos dezenove “Percursos Fotográficos” com vinte colaboradores.⁴⁰ Forneceu-se a câmera fotográfica digital e, pretendia, no primeiro momento, que os colaboradores fotografassem, o que não ocorreu. Dos dezenove “Percursos Fotográficos” apenas em dois as fotografias foram tiradas por eles. Nos demais casos, dada a resistência dos colaboradores em manusear a câmera sob a alegação de “não saber tirar fotografias”, pediu-se a eles que apontassem o enquadramento, o ângulo da fotografia, e, depois de tiradas, as imagens eram mostradas na tela da câmera digital.

Umas das surpresas da pesquisa foi o fato de a maioria dos colaboradores terem escolhido estar nas fotos tiradas dos locais/objetos escolhidos.

Entre outubro e novembro de 2008 voltou-se a campo para a devolução das fotografias obtidas no “Percurso Fotográfico” e para aplicar de um “Questionário” (Anexo 1).

O objetivo do “Questionário” era ampliar o quadro empírico do trabalho para obter mais dados sobre percepção, atitudes e valores dos sujeitos da pesquisa.

⁴⁰ Um dos “Percursos Fotográficos” foi feito pela dupla Jessica e Natânia.

Além disso, pôde-se comparar os dados obtidos, para verificar a consistência e a coerência entre os locais/objetos fotografados e as respostas dos colaboradores, ou dito de outro modo, entre o fazer e o falar.

O “Questionário” tem nove questões. As primeiras seis foram elaboradas com o intuito de avaliar a atitude dos colaboradores em relação às áreas livres do bairro e às correlações com o discurso ambiental, na escala planetária e na escala do bairro. As primeiras perguntas “Por que você começou a cuidar desta área?” e “Por que plantou deste jeito?” foram formuladas para identificar os motivos que os levaram a ações de cuidado com as áreas verdes e investigar por que se adotou certo padrão de plantação. As outras perguntas “Recebeu ajuda de alguém? De quem? O quê? Esta ajuda foi determinante na sua decisão de plantar e cuidar?” foram feitas a fim de identificar influências externas na conduta do morador. A pergunta seguinte “A sua atitude faz parte de um projeto ambiental do bairro ou é uma atitude individual?”, visava a reforçar a anterior.

As questões a seguir, “Em sua opinião essas ações contribuem com o desenvolvimento do bairro?” e “Você tem conhecimento dos problemas ambientais de meio ambiente no planeta? E no bairro?”, pretendia verificar o conhecimento sobre os problemas ambientais, na escala planetária e do bairro e como, na percepção dos colaboradores, as práticas de moradores-em-ação se inserem nessa temática.

“O Ribeirão Verde é diferente dos bairros em que você morou antes? Por quê?” foram perguntas formuladas para verificar qual é a identidade do bairro. Depois, questionou-se: “Na sua opinião o que deve ser feito em relação à Mata?” para identificar a atitude dos colaboradores em relação à Mata. “Para você, a Mata e as áreas verdes são responsabilidades de quem?” pretendia abranger o conceito de responsabilidade sobre as áreas verdes e de preservação do bairro, também no âmbito “Atitude”.

As últimas questões “Do que você mais gosta do bairro?” e “Do que menos gosta?” objetivavam identificar os valores atribuídos ao bairro, tanto positivos como negativos.

As respostas foram organizadas, agrupadas e reunidas às informações obtidas nos “Percursos Fotográficos” na composição dos Relatos.

3.4 Organização do material coletado

O material coletado na pesquisa de campo é constituído pelas Fotografias, pelos Relatos e pelos Mapas de “Percurso Fotográfico”.

As fotografias obtidas foram organizadas de dois modos. Primeiro, fez-se uma listagem dos locais/objetos de acordo com o número de fotografias. Foram escolhidos 55 locais/objetos distintos. O segundo consistiu na organização das fotografias em cinco grupos criados a partir dos locais/objetos fotografados. Os grupos são: Memória do Lugar, Elementos Naturais, Elementos Construídos, Vistas Panorâmicas e Referências Externas.

Memória do Lugar refere-se a locais e objetos fotografados e relacionados à ocupação do espaço antes da construção do Ribeirão Verde, portanto, pertencentes à história do local.

O segundo, Elementos Naturais, reúne locais e objetos fotografados pertencentes ao reino vegetal (naturais ou plantados) – subgrupo Vegetação – (natural ou plantados) e subgrupo Cursos-d’água (rio Pardo e córrego das Palmeiras).

O terceiro, Elementos Construídos, constitui-se de locais/objetos construídos a partir da formação do bairro Ribeirão Verde e se subdivide: Construções (casas, prédios comerciais, igrejas, escolas etc.), Elementos do Sistema de Circulação (vias, praças, calçadas) Áreas Funcionais (campo de futebol, parquinho, piscinão, viveiro) e Áreas Afetivas (áreas dos moradores-em-ação; afetos – amigos, lugares etc.).

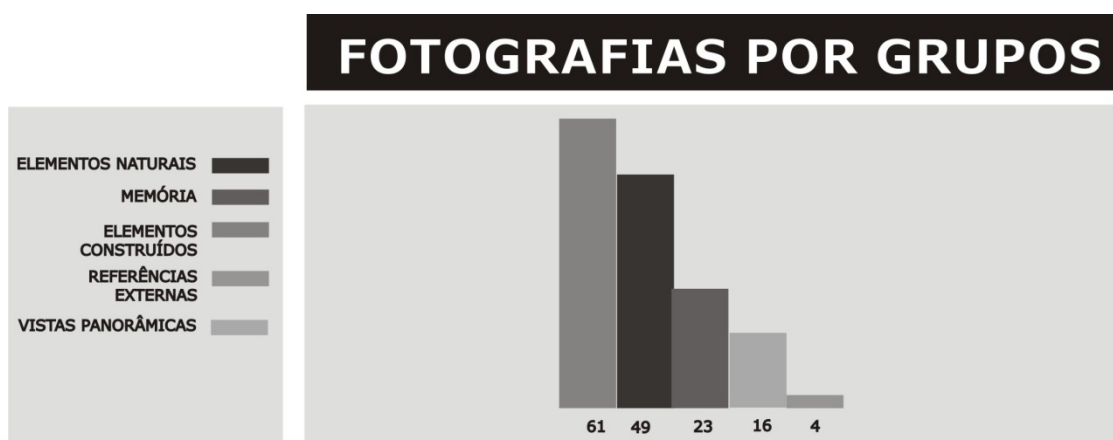
Vistas Panorâmicas é o quarto grupo e refere-se às vistas amplas que se tem a partir de algumas localizações no bairro.

O último grupo foi chamado Referências Externas e é representado pela área do pré-assentamento Mario Lago (MST) na fazenda da Barra – o “movimento sem-terra”, segundo os colaboradores.

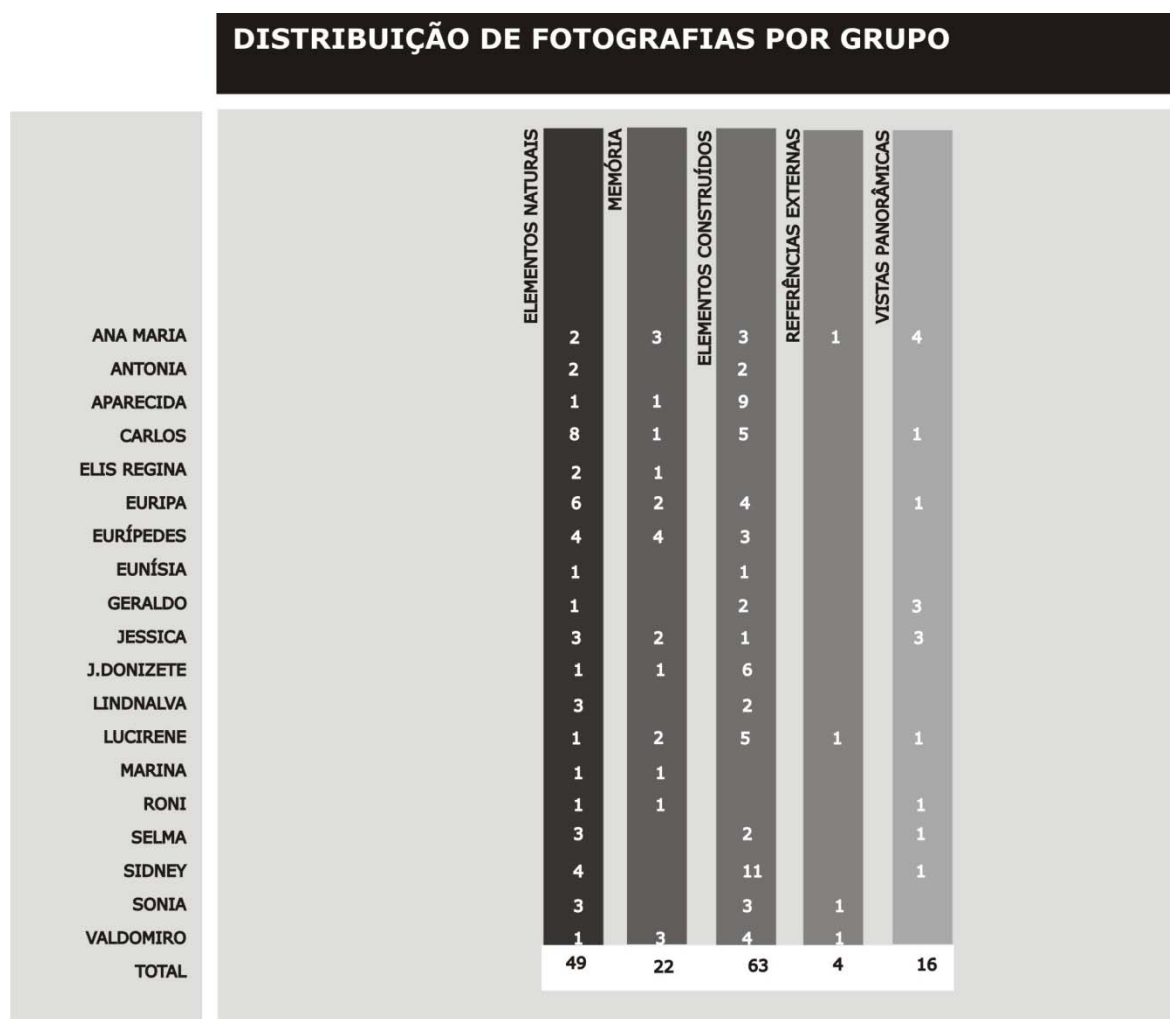
O grupo mais fotografado foi Elementos Construídos, com 63 fotos tiradas por dezesseis colaboradores.⁴¹ Em seguida tem-se Elementos Naturais, com 49 fotos tiradas por dezoito colaboradores. Depois vem Memória do Lugar, com 23 fotos tiradas por dez colaboradores, Vistas Panorâmicas, com dezesseis fotos tiradas por nove colaboradores, e Referências Externas, com quatro fotos tiradas por quatro colaboradores.

⁴¹ Consideram-se dezenove colaboradores no total, por causa da dupla Jessica e Natânia.

Quadro 14 – Distribuição de fotografias por grupo



Quadro 15 – Distribuição de fotografias/grupo/colaboradores



Das 355 fotografias tiradas, foram usadas 153, considerando-se uma fotografia por local/objeto por morador.

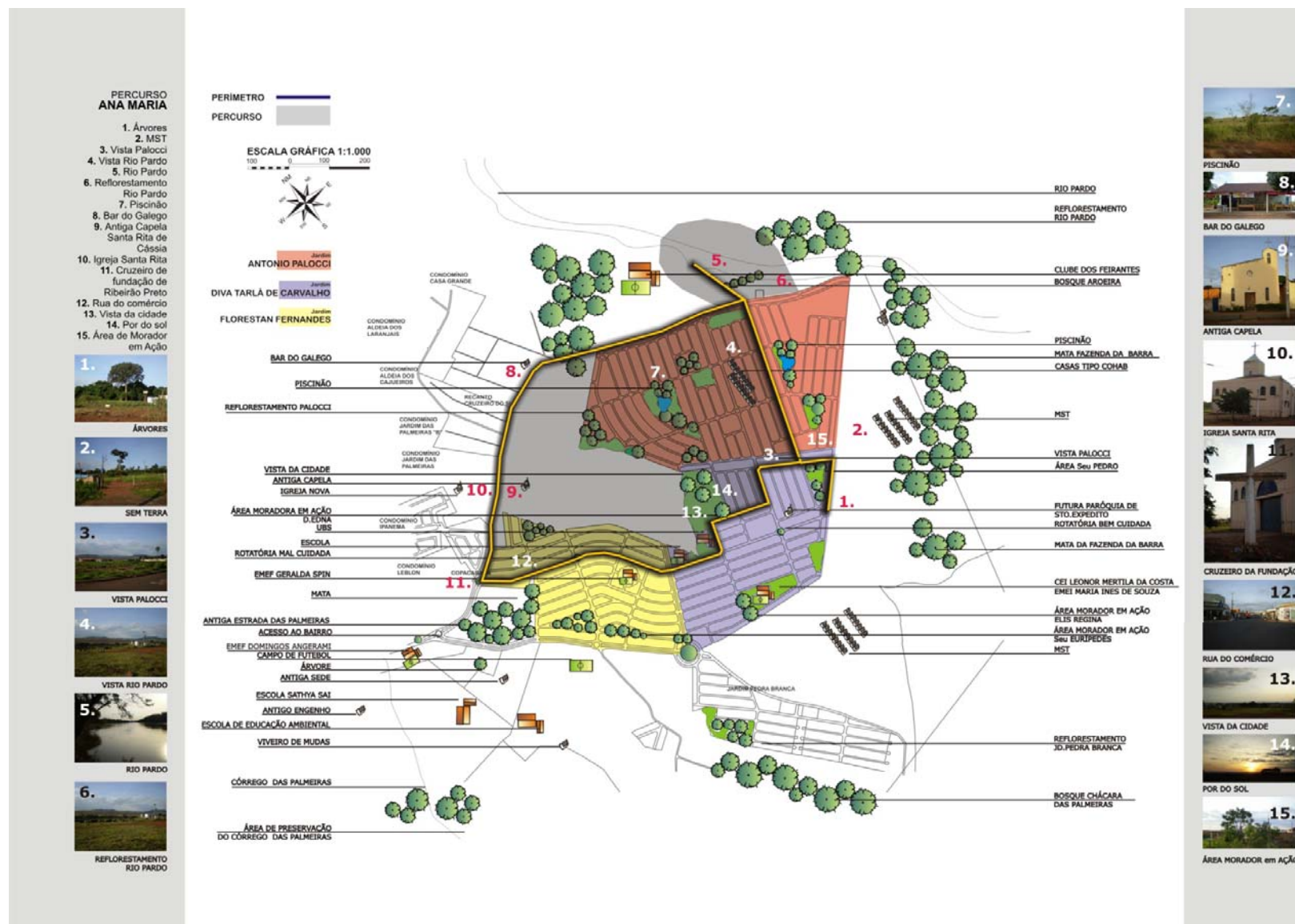
As Fotografias indicam os marcos referenciais da paisagem percebida por colaborador *per se*, e não se deve considerá-las isoladamente, mas como parte de um “conjunto encadeado” que não pode ser reduzido a suas partes. O encadeamento das fotografias em um conjunto só é possível pela narrativa, que não só as qualifica e lhes dá significado como também revela os locais e os objetos valorados pelos colaboradores, porém não fotografados.

Nesse sentido, foram construídos os Relatos, documentos individuais produzidos a partir dos “Percursos Fotográficos” e das respostas do “Questionário” com o objetivo de organizar as informações obtidas na pesquisa de campo.

Em um intervalo de tempo de no máximo duas horas depois de encerrado cada “Percurso Fotográfico”, foi escrita uma narrativa, tendo como eixo condutor as próprias fotografias, exibidas na ordem em que foram tiradas. Portanto, o texto foi escrito com base na combinação das anotações feitas durante o “Percurso Fotográfico” no “caderno de campo” usado pela entrevistadora e nas lembranças evocadas pelas fotografias. Nesse processo, foram incorporados à narrativa, os diálogos, os comentários dos colaboradores, as informações consideradas importantes, detalhes interessantes, histórias relatadas por eles e consideradas relevantes à pesquisa, bem como observações feitas pela entrevistadora.

A partir dos Relatos individuais fez-se uma síntese procurando iluminar alguns aspectos relacionados à Percepção da Paisagem pelos colaboradores. São eles: identidade do Ribeirão Verde, valoração da paisagem e ambiente, percepção e ação nos espaços livres, com foco nas áreas dos moradores-em-ação, os motivos pelos quais cuidam das áreas, como percebem suas ações e como percebem os problemas ambientais e do bairro.

Outra forma de organização dos dados são os Mapas individuais construídos para cada “Percurso Fotográfico”, com informações como o trajeto percorrido, a delimitação espacial do bairro e os marcos referenciais da paisagem fotografados. A intenção era a construção de mapas narrativos, ou seja, representações gráficas que informassem sobre a paisagem percebida por colaborador. Foi, portanto, do conjunto de Fotografias, Relatos e Mapas que se procedeu a análise e a interpretação dos dados coletados, conforme a seguir.



3.5 Interpretação dos dados obtidos

3.5.1 Breves noções sobre percepção da paisagem

A paisagem, conforme visto, não é um objeto autônomo em si, exterior ao sujeito, mas se revela numa experiência em que sujeito e objeto são inseparáveis.

Para Ittelson⁴² o ambiente⁴³ é experienciado como um campo unitário, em uma experiência holística e mutável. Ittelson destaca que a percepção do ambiente se dá de modo distinto da percepção de objetos. Enquanto na percepção do objeto a separação entre este e o sujeito que observa é clara, na percepção ambiental não é. A percepção de um ambiente é necessariamente sua exploração, uma vez que se está no ambiente percebido, e nessa situação a diferença entre sujeito e objeto desaparece. Para o autor, o ambiente está ao nosso redor, nos envolve, nos “embrulha”, e nada ou ninguém pode ser isolado ou identificado como fora do, ou aparte dele⁴⁴ (ITTELSON, 1973, p. 13).

O ambiente oferece e disponibiliza informações, ampliadas, apagadas, generalizadas, sintetizadas, transformadas e ordenadas pelo indivíduo, até que surja um mundo percebido e construído para se viver e atuar. Percebe-se o que a mente seleciona pela atribuição de significados e a percepção não é mera gravação, mas atividade exercida pelo sujeito sobre os dados sensoriais, na forma de filtragem seletiva de alguns dados em relação aos outros, em função de cultura, idade, sexo, classe social, ocupação etc. e experiências vividas.

O ambiente percebido, portanto, não é exatamente o ambiente “real”. O que se vê e o que existe podem ser coisas completamente diferentes. A noção de que há uma diferença entre o mundo percebido e o mundo real não é nova. Desde 1935, Kurt Kofka, da Escola da *Gestalt*, distinguia entre o ambiente da geografia (objetivo) e o ambiente do comportamento, “o mundo em que cada um de nós vive – subjetivo e pessoal – das impressões, percepções e interpretações” (KRUPAT, 1985. p. 20), ou no dizer de

⁴² ITTELSON, W. Environmental Perception and Urban Experience. Environment and Behavior, v. 10, n. 2, 1978, p. 193-213.

⁴³ ITTELSON (1978) define ambiente como um sistema constituído por indivíduos, grupos sociais, padrões culturais, elementos físicos e outros componentes da biosfera.

⁴⁴ Tradução livre: “The environment surrounds, enfolds, engulfs, and no thing and no one can be isolated and identified as standing outside of, apart from it.”

Lowenthal, as geografias pessoais (LOWENTHAL, 1985, p. 117). Entretanto, apesar da variabilidade entre os vários ambientes percebidos, há constâncias perceptivas. Os ambientes pessoais percebidos podem estar aquém ou além da realidade consensual objetiva, mas ao menos parcialmente se assemelham a ela. Os mundos percebidos sempre pertencem ao mundo “real” compartilhado (LOWENTHAL, 1985, p. 117).

O mundo é visto e experienciado não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações entre os homens e o entorno, de acordo com as suas intencionalidades, seus focos de interesse.

Isto quer dizer, segundo Dardel, que em um quadro geográfico alguém pode abandonar-se, na distração, à pluralidade dos detalhes, enquanto em outro, sobre o fundo de múltiplos seres insignificantes, pode concentrar o interesse em uma forma dominante e dar uma estrutura à realidade geográfica. Para Dardel, é a simpatia que faz que o espaço geográfico sai de seu torpor (DARDEL, 1990, p. 45).

O material reunido no trabalho empírico forneceu algumas pistas sobre a paisagem percebida pelos colaboradores, conforme a seguir. Primeiro, veremos como a identidade do Ribeirão Verde é percebida, ressaltando-se que há uma forte concordância entre os colaboradores. Em seguida serão expostos cinco diferentes modos de apropriação do espaço e percepção da paisagem.

3.5.2 A “diferença do Ribeirão Verde”

O bairro Ribeirão Verde é identificado primeiro pela presença de vegetação. Eles percebem o bairro como um local bem arborizado, com forte presença de “verde”, e citam, principalmente, a vegetação do entorno – bosque das chácaras das Palmeiras – e a Mata.

O bairro também é identificado como um local mais fresco, mais arejado, com o ar mais puro e mais úmido que no centro da cidade, qualidades atribuídas pelos colaboradores à presença de vegetação.

Também é percebido como um lugar calmo, sossegado, onde se pode ter uma vida mais tranquila, com mais espaço para se viver, “uma sensação de amplidão”, de “se ver longe”, parecendo que se está em uma “cidadezinha do interior”.

Ao lado dessa “amplidão de vista e de espaço para se viver” há também uma percepção de acolhimento. É o lugar onde “Tenho a minha casa.”, afirma Sydney; “Onde criei meus filhos.”, explica Sonia; “Eu cresci junto com o bairro.”, diz Euripa. São biografias tecidas com a história do bairro, dando um sentido de identidade e pertencimento (BOSI, 2004, p. 73).

Mas também é percebido como o lugar do não pertencimento, do abandono, da exclusão dos espaços racionais da cidade luminosa. Por um lado, a carência – de atendimento 24 horas na Unidade Básica de Saúde, de vagas nas escolas, de praças, de quadras esportivas, de bancos ou caixas eletrônicos, de policiamento e de transporte público, de calçadas, de iluminação pública. Por outro, é lugar dos excessos – de lixo e entulho espalhado nos espaços livres, de queimadas urbanas, de gado solto e de abandono das áreas verdes.

O abandono das áreas verdes, o acúmulo de lixo e de entulho, e as queimadas urbanas são problemas inter-relacionados, pois joga-se entulho e lixo nas áreas “abandonadas” e a solução encontrada para limpar essas áreas, por muitos moradores, é atear fogo nesses terrenos, queimando, conseqüentemente, vastas áreas e, com elas, as árvores plantadas. Tal encadeamento de acontecimentos é uma realidade desde os primórdios do bairro.

3.5.3 Rotas: as geografias pessoais

A partir da análise e da comparação desses mapas individuais, notaram-se certas semelhanças e aproximações de modos de apropriação do espaço, em particular em relação aos trajetos percorridos e ao território abrangido. Os mapas individuais foram agrupados segundo essas similaridades, e obtiveram-se cinco padrões de espacialização chamados de Rotas, descritas em detalhes a seguir.

3.5.3.1 Rota I: o bairro rural

Esta rota reúne o “Percurso Fotográfico” de três colaboradoras: Antonia, Elis Regina e Lindnalva e apresenta uma distribuição espacial tal que a maior parte do

trajeto percorrido é exterior aos limites oficiais do bairro. A parte percorrida nos limites do bairro está concentrada em uma faixa no limite oeste do Jardim Florestan Fernandes, único loteamento incluído (Figura 21).

O bairro da colaboradora Elis Regina está fora dos limites físicos do bairro oficial. Os três locais escolhidos por ela como representativos do bairro estão fora do perímetro do Ribeirão Verde. Em sua visão “o melhor lugar do bairro” é uma chácara localizada no Recanto das Palmeiras, onde mora sua amiga Maria. O bairro de Lindalva estende-se, em direção noroeste, até o rio Pardo, contido em uma área delimitada entre a área da antiga sede e sua casa, nos limites físicos do Jardim Florestan Fernandes. Já para Antonia, o bairro estende-se da última rua do Jardim Florestan Fernandes, onde mora, até o rio Pardo.

Os marcos, ou referências da paisagem, são locais/objetos dos grupos Elementos Naturais, Elementos Construídos e Memória do Lugar, e estão relacionados à esfera do cotidiano, aos “afetos” das colaboradoras, a seus espaços íntimos e de convívio familiar.

As três colaboradoras escolheram fotografar suas áreas de morador-em-ação e as árvores que apreciam. O rio Pardo foi fotografado por Lindalva e Antonia. Lindalva escolheu fotografar o rio Pardo porque, em suas palavras: “*Gosto da força da imagem das águas; olhar para o rio me acalma,*” e considera que aquele é um lugar especial para ela. Antonia, que escolheu fotografar locais/objetos com os quais tem algum vínculo e uma convivência cotidiana, como sua área de morador-em-ação, a árvore de sua rua, escolheu o rio Pardo, porque gosta muito de ir lá pescar com seu marido.

O conjunto selecionado remete ao passado rural do local: as chácaras, as estradas de terra, o rio Pardo, a fotografia de Antonia com o gado, a Mata (reserva legal no bairro) lembram a vida do interior. Também o bar do Galego e a igreja de Santa Rita, as duas únicas construções nessa Rota, acentuam certa “atmosfera rural”.

Na percepção dos colaboradores, a diferença do Ribeirão Verde está na forte presença de vegetação, destacando-se a Mata. Além de ser mais arejado, mais fresco e mais verde que os bairros mais centrais da cidade, é também mais calmo, pouco violento, e consideram que ali há uma forte solidariedade entre os moradores, mais intensa que em outros bairros que conhecem.



Figura 21 – Percurso Rota I

3.5.3.2 Rota II: imagem institucional

Esta rota reúne o “Percurso Fotográfico” de três colaboradores: Aparecida, Lucirene e José Donizete. Quanto à distribuição espacial está nos limites oficiais do Jardim Florestan Fernandes e do Jardim Diva Tarlá de Carvalho (Figura 22)

Os marcos, ou referências da paisagem, são 27 locais/objetos distintos, pertencentes aos cinco grupos – Elementos Naturais, Elementos Construídos e Memória do Lugar, Vistas Panorâmicas e Referências Externas – mas com predominância de Elementos Construídos. Supõe-se que a escolha dos marcos referenciais se relaciona à avaliação dos colaboradores sobre o bairro, isto é, o que há de bom, de ruim, de bonito e de feio.

Em comum, os três colaboradores escolheram fotografar as áreas de morador-em-ação, a área da antiga sede e a escola Sathya Sai; José Donizete e Lucirene escolheram a Centro de Educação Infantil (CEI) Leonor Mertilia.

A área e a casa da antiga sede, a escola Sathya Sai, a vista da Mata a partir do acesso ao bairro foram escolhidas pela “beleza”.⁴⁵ Aparecida e Lucirene quiseram fotografar a escola Sathya Sai por ser bonita e muito diferente das construções do bairro. José Donizete refere-se à escola Sathya Sai como a “escola de madeira”, destacando o que esta tem de peculiar para ele: a construção em madeira em meio a um jardim bem cuidado. Nas suas palavras “o ar é agradável, o ambiente é arejado e bonito”.

Já a CEI Leonor Mertilia e a EMEI Maria Inês de Souza Vieira foram escolhidas por oferecerem um bom serviço à população, e também por ser consideradas, com a Unidade Básica de Saúde (UBS) conquistadas, uma vez que foram construídas graças à pressão de movimentos reivindicatórios sobre o Poder Público.

A escolha da caixa-d'água como marco referencial, seguindo-se na mesma direção, pode ser entendida como o símbolo da boa água fornecida em abundância aos moradores, conforme relato dos colaboradores.

⁴⁵ O termo beleza foi usado pelos colaboradores.

O conjunto escolhido tem escolas, igreja, equipamentos urbanos, vias de circulação, uma imagem institucional.

Embora os Elementos Construídos predominem nas fotografias, os locais/objetos evocados nas respostas dos colaboradores referentes à diferença do Ribeirão Verde e o que eles gostam no bairro pertencem, na classificação adotada neste trabalho, ao grupo “Elementos Naturais”.

Na percepção dos colaboradores, a diferença do Ribeirão Verde está na forte presença de vegetação, destacando-se a Mata; a vegetação do entorno denominada neste trabalho bosque das chácaras das Palmeiras e do rio Pardo. Também apontaram qualidades do bairro como “sossegado, tranquilo, ventilado, mais fresco, mais úmido”.

Os colaboradores gostam da Mata na entrada do bairro, da igreja que frequentam (Lucirene e José Donizete), das vistas amplas, dos amigos. Não gostam da falta de manutenção das áreas verdes, do acúmulo de lixo e de entulho. Apontam como problemas a falta de praças e o abandono das áreas verdes.



Figura 22 – Percurso Rota II

3.5.3.3 Rota III: bairro antigo e atual

Esta Rota foi escolhida por Ana Maria, Eurípedes, as meninas Jessica e Natânia, e Valdomiro.

Inclui os três loteamentos, sendo que boa parte o trajeto é feito pela estrada das Palmeiras, fora dos limites oficiais do Ribeirão Verde. Incorpora, além da estrada citada, marcos referenciais externos aos limites oficiais do bairro (Figura 23).

Os marcos referenciais escolhidos estão bem distribuídos entre as classificações Memória do Lugar, Elementos Naturais e Elementos Construídos, sendo que Vistas Panorâmicas e Referências Externas são relativamente expressivos.

Nesta Rota aparecem todos os sete locais/objetos pertencentes ao grupo Memória do Lugar: área da antiga sede, antigo engenho, antiga capela, bar do Galego, casa da antiga sede, clube dos feirantes e cruzeiro da fundação.

Eurípedes escolheu fotografar os locais/objetos ligados à Memória do Lugar, por considerar importante preservar “a origem” do bairro, mas também por serem lugares de seu uso, como o bar do Galego e a área da antiga sede, o antigo engenho, onde seu filho mora. Posição semelhante à de Valdomiro, que escolheu o bar do Galego, porque gosta de freqüentá-lo, por ser um local agradável para um churrasco nos domingos. Já a área da antiga sede e o antigo engenho foram selecionados por fazerem parte da história do bairro.

As meninas Jessica e Natânia escolheram fotografar o clube dos feirantes e área da antiga sede por serem locais onde elas gostam de passear. Ana Maria escolheu a antiga capela e o cruzeiro de fundação. Os outros marcos referenciais selecionados por ela são locais/objetos de seu cotidiano, que aprecia em seu dia a dia, no caminho para o trabalho, na conversa na porta de casa, na volta da escola de seu filho.

Do grupo Elementos Naturais, a vegetação é representada pela Mata, considerada o cartão-postal do bairro por Eurípedes. Também aparece o bosque das Chácaras das Palmeiras e o reflorestamento do Jardim Antonio Palocci, partes

constitutivas do “verde do bairro” e fotografias de árvores. Também é a rota dos dois cursos-d’água: o córrego das Palmeiras e o rio Pardo.

No grupo Elementos Construídos estão à igreja de Santa Rita, a escola Sathya Sai, a EMEF Domingos Angerami, o acesso ao bairro e a rua do comércio, e as casas da Cohab no Jardim Prof. Antonio Palocci, além do piscinão e do viveiro de mudas.

A Rota também permite vistas amplas: foram fotografadas vista da cidade, vista do Palocci, vista do rio Pardo e pôr do sol.

O conjunto sugere uma paisagem que mescla o antigo e o atual, com forte presença de vegetação, vistas amplas e dois cursos-d’água.

Na percepção dos colaboradores a diferença do Ribeirão Verde está na forte presença de vegetação (Mata), no clima mais arejado; nas palavras de Jessica, “Parece até que se mora no sítio.” Os colaboradores gostam do sossego, do ar puro, da solidariedade entre os vizinhos.

Não gostam da distância do centro, do abandono geral das áreas verdes. Consideram principais problemas o lixo e as queimadas urbanas, a falta de calçadas nas áreas verdes e nas ruas, a má conservação das vias públicas e das áreas verdes, a falta de iluminação adequada e a falta de praças.

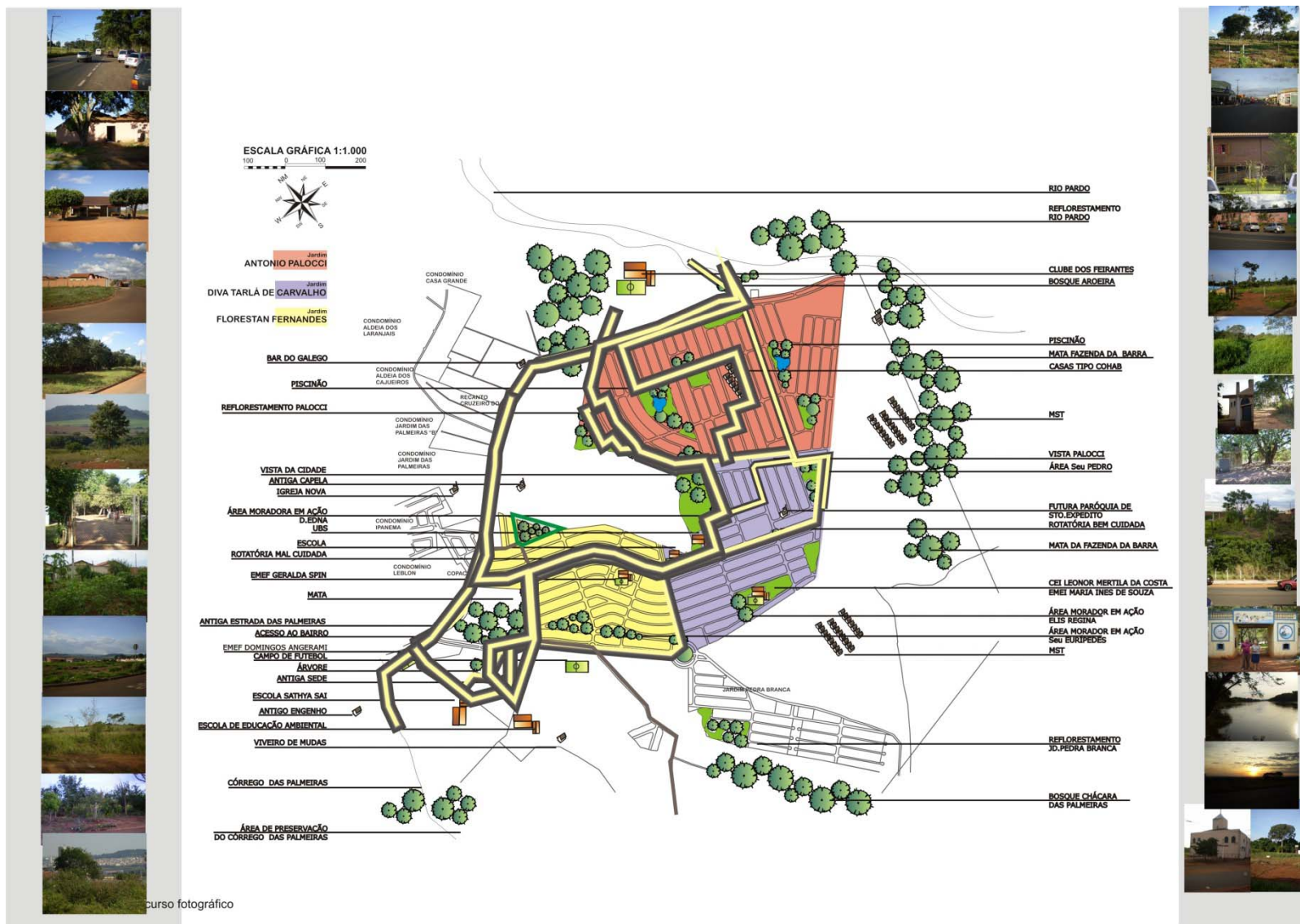


Figura 23 – Percurso Rota III

3.5.3.4 Rota IV: vistas panorâmicas

Esta rota escolhida por sete colaboradores percorre os três loteamentos e tem marcos referenciais externos (Figura 24). Os 41 marcos referenciais da paisagem estão distribuídos entre os cinco grupos de classificação e foram escolhidos sobretudo por valores estéticos e valores afetivos.

Esta pode ser considerada a Rota das Vistas Panorâmicas, uma vez que aparecem todos os locais/objetos pertencentes ao grupo: vista da cidade, vista do rio Pardo, vista do Palocci, vista Jardim Pedra Branca e pôr do sol. Também pode ser considerada a rota das áreas verdes dos moradores-em-ação – dos bosques, dos reflorestamentos e do rio Pardo. Nos Elementos Naturais ainda apareceram a Mata e a APP, esta última fotografada por Carlos. Ex-funcionário da fazenda Santa Maria, Carlos atuou diretamente no plantio de mudas para recomposição da mata ciliar na Área de Proteção Permanente (APP) do córrego das Palmeiras e das áreas verdes do bairro.

A área verde que era tratada pelo morador-em-ação sr. Pedro foi fotografada por Euripa, Carlos, Selma e Sonia. Eles partilham um sentimento de admiração pelo trabalho feito pelo sr. Pedro na área verde em frente a sua casa. Selma optou por fotografar a área por gostar do arvoredo formado; Sonia e Carlos fotografaram-na por considerarem o trabalho do sr. Pedro um exemplo a ser seguido. Carlos gostaria que os outros moradores cuidassem das áreas livres do bairro como o sr. Pedro.

No grupo Elementos Construídos estão as escolas, as rotatórias, a rua do comércio, as casas, o piscinão e o parquinho.

A Rota desvela uma paisagem de vistas amplas, com forte presença de vegetação e de Elementos Construídos, tal qual a paisagem da Rota III, diferindo desta pela pequena representação de Memória do Lugar.

Na percepção dos colaboradores, o bairro Ribeirão Verde está relacionada à propriedade de suas casas – Selma, Sonia, Sydney – e às suas histórias de vida, como declarado por Euripa e Roni, que se mudaram para o bairro ainda crianças. Para Geraldo, o bairro é diferente por ser fresco e mais verde que outros locais da cidade.

Eles gostam de sua casa, da escola de seus filhos, do bar que frequentam e onde encontram os amigos, do rio Pardo e do campinho de futebol na área da antiga sede, e ainda do sossego, das vistas amplas, do ar fresco do bairro.

Não gostam do entulho e do lixo e do abandono das áreas verdes, dos ônibus lotados, e de não haver locais para pagamento de contas.



3.5.3.5 Rota V: espaços privativos

Esta rota foi escolhida por duas colaboradoras – Marina e Eunísia – que fizeram um trajeto peculiar (Figura 25). O “Percurso Fotográfico” de Eunísia foi o centro de sua área de morador-em-ação. Não quis tirar fotografias de nenhum outro local, alegando que, para ela, o bairro é sua casa e sua “horta”. Já o “Percurso Fotográfico” de Marina está ligado à sua história de vida, e ficou entre a área da antiga sede e sua casa, onde quis fotografar uma mangueira que plantou quando se mudou para o bairro, em 1997.

Os quatro marcos referenciais da paisagem escolhidos por elas estão distribuídos entre os três grupos de classificação – Memória do Lugar, Elementos Naturais e Elementos Construídos, e foram escolhidos principalmente por valores afetivos. Trata-se mais da representação da paisagem íntima, relativa a lugares de afeto, espaços da experiência Íntima (TUAN, 1980). Na percepção das colaboradoras, o bairro é bastante diferente dos outros bairros em que moraram. As principais diferenças estão na qualidade do ar que consideram mais puro, no clima mais fresco. Na visão de Marina parece que se vive em uma cidadezinha do interior e não em Ribeirão Preto. Ainda destaca a sensação de amplidão e de liberdade que a paisagem do bairro lhe transmite. Em suas palavras “Parece que aqui se tem muito mais espaço para viver.”

Não gostam do abandono das áreas verdes, de condutas e ações prejudiciais à “natureza,” como o incêndio que queimou quase a metade da mata em agosto de 2008. Também não gostam da “distância do centro”.



Figura 25 – Percurso Rota V

3.6 Algumas considerações sobre as Rotas

Uma vez descritas as cinco Rotas, faremos uma reflexão sobre o que essas diferentes espacializações desvelam sobre a paisagem percebida.

3.6.1 Os diferentes “bairros percebidos”

As Rotas foram diferenciadas de acordo com o trajeto percorrido e o território incorporado, ou seja, quanto ao perímetro e à composição do bairro percebido.

Em termos de perímetro, a Rota I e a Rota V reúnem os Percursos Fotográficos que permaneceram nos limites oficiais do bairro (constituído pelos três loteamentos). As Rotas II, III e IV ultrapassam os limites oficiais do bairro, pois incorporam marcos referenciais da paisagem externos.

Em relação à composição do bairro, as Rotas III e IV abrangem os três loteamentos (Jardim Florestan Fernandes, Jardim Diva Tarlá de Carvalho e Jardim prof. Antonio Palocci). A Rota II reúne Percursos Fotográficos que abrangeram o Jardim Florestan Fernandes e o Jardim Diva Tarlá de Carvalho, e as Rotas I e V restringem-se ao Jardim Florestan Fernandes.

As Rotas são espacializações dos diversos modos de apropriações: Eunísia e Marina não saíram de seus espaços particulares. Já no caso dos outros colaboradores, o território foi se ampliando. Essas variações dizem respeito às diferentes escalas de apropriação dos espaços. E estas revelam, entre outros aspectos, as modalidades de domínio ou de controle do ambiente. O grau de controle que o indivíduo pode ter sobre o ambiente, o sentimento de pertencimento, a apropriação são relevantes e diretos no ambiente imediato, consideráveis no nível de vizinhança, mediados por instituições no nível de ambientes coletivos públicos, e dificilmente consideráveis no nível global (MOSER, 2005, p. 17).

A cada nível, as pessoas com as quais o indivíduo partilha o espaço vão se tornando mais numerosas, anônimas e distantes. Nos espaços da família e da vizinhança, é muito mais provável encontrar as mesmas aspirações, necessidades e valores que nos ambientes mais amplos. As diferentes escalas de apropriação

variam segundo as disposições do indivíduo diante dos oferecimentos do ambiente.⁴⁶ Considera-se que conhecer os modos de apropriação dos espaços é fator importante em estudos que envolvam paisagem e ambiente, uma vez que auxilia na compreensão da paisagem percebida.

3.6.2 Imagem do Ribeirão Verde

A escolha dos marcos referenciais da paisagem que representam o bairro está relacionada a diferentes valores – estéticos, afetivos, utilitários, éticos, ambientais etc., em diferentes escalas de apropriação e esferas de sociabilidade. No caso das Rotas I e V, por exemplo, os marcos referenciais foram selecionados de modo prevalente por valores afetivos, vinculados aos espaços de convivência íntima, no nível da família e vizinhança. São as áreas de moradores-em-ação, “os lugares íntimos” ligados à introspecção, ao lazer com a família, ou, ainda, lugares da memória, onde as experiências passadas são revividas. Nas outras Rotas os marcos referenciais escolhidos pertencem a núcleos familiares, mas também a círculos mais amplos que envolvem espaços de vizinhança, espaços de uso no cotidiano e até mesmo espaços desconhecidos, como o caso do assentamento do MST, que aparece nas três Rotas – II, III e IV –em relação ao qual houve um consenso sobre o seu não pertencimento ao bairro. Os marcos referenciais foram escolhidos por valores estéticos, afetivos, simbólicos e ambientais.

A experiência geográfica é, segundo Dardel (1990, p. 60-62), um encontro profundamente interpessoal, uma ligação íntima com o lugar, um acolhimento. Para esse autor, esse acolhimento se dá na forma de uma imagem. Ou, as experiências geográficas evocam uma imagem concebida, e portanto, é pertinente afirmar que cada Rota tem uma imagem própria, com uma qualidade característica.

Na Rota I, por exemplo, a imagem evocada remete ao “vilarejo”, forte referência ao passado rural do local. Apesar da qualidade de um espaço rural estar presente nos outros conjuntos, neste primeiro conjunto analisado é a qualidade

⁴⁶ A respeito de apropriação de espaços em uma abordagem fenomenológica ver MOLES, A.; ROHMER, E. *Psychologie de l'espace*. Paris: Castermann, 1972.

prevalente, sobressaindo-se como o espaço de sonhos das colaboradoras. Elas valorizam mais o entorno rural do que os elementos da paisagem urbana. De modo geral, revelam a percepção de uma relação conflituosa entre “natureza” e cidade. Na visão da colaboradora Elis Regina, o maior problema do bairro é a falta de respeito com a “natureza”. Ela cita como exemplo a impermeabilização total dos quintais das casas e a retirada de árvores das calçadas e as queimadas urbanas, entre outros. Elis Regina quis fotografar uma árvore da espécie *Tamarindus indica* L., porque considera que esta vem sendo cortada às escondidas.

“Esta árvore já existia aqui quando eu era criança, e meu pai trabalhava de caseiro em uma chácara aqui no bairro das Palmeiras. Precisa de uns cinco homens para abraçar.” Considera a árvore um patrimônio que deve ser preservado, uma vez que demorou tanto tempo para alcançar seu porte atual. Elis Regina entende que ali no bairro devem ser privilegiados os interesses da “natureza” e que os pássaros e os animais silvestres são os moradores originais em detrimento dos homens, habitantes-invasores. Na sua visão haveria uma incompatibilidade entre homens e “natureza”.

Lindnhalva, por sua vez, destaca a estrada da mata como um problema grave, decorrente da falta de pavimentação, em particular na época das chuvas,⁴⁷ quando vira um “lamaçal”. Nesse caso, há um conflito de interesses, entre os que entendem que a estrada deve continuar sem pavimentação e aqueles que nesta trafegam.

Já diante do conjunto da Rota II – Paisagem Institucional – a imagem evocada é de uma apresentação oficial do bairro, com prevalência de elementos ligados ao espaço urbano. A “natureza” é apresentada pelos colaboradores como parte da paisagem do Ribeirão Verde, mas é curioso notar forte dissonância entre as fotografias escolhidas para representar o bairro e os locais valorizados ou evocados como a “diferença” do Ribeirão Verde.

Tome-se o exemplo do morador-em-ação José Donizete, que não escolheu fotografar a Mata em seu “Percurso Fotográfico”, mas contou que costuma passear

⁴⁷ A estrada da mata dá acesso à área da antiga sede, a escola Sathya Sai e a E ME F Domingos Angerami. Não foi pavimentada por determinação do Departamento de Proteção aos Recursos Naturais (DPRN).

pelo seu interior porque gosta de observar os pássaros. Estendeu-se no tema, contando sobre sua infância na “roça” e seu gosto pelo “mato”. Quando lhe foi aplicado o “Questionário”, ao ser perguntado “Do que mais gosta no bairro?”, respondeu sem pensar: “Da Mata, da minha casa, e da minha igreja.”. As diferenças entre as respostas obtidas e os locais/objetos fotografados não devem ser encaradas como contraditórias, mas complementares. A Mata, para José Donizete, está relacionada a uma experiência mais privada, íntima, relativa a valores afetivos que só foi revelada pela fala.

Os Elementos Naturais valorados por José Donizete, como a Mata, a vegetação do entorno, o rio Pardo, não aparecem em suas escolhas fotográficas. Assim, sugere-se a imagem desta Rota como representação institucional da paisagem urbana do Ribeirão Verde, fundamentada na avaliação dos colaboradores sobre o bairro.

Em relação à Rota III – a fruição estética, as relações afetivas, a valoração da história anterior ao Ribeirão Verde – sugerem uma imagem que conjuga o passado rural e o presente urbano pelos usos atuais. Nesse sentido, são elementos constituintes da imagem da Rota III a avenida principal do bairro, com o movimento de veículos, e do comércio, os dois cursos-d’água – rio Pardo e córrego das Palmeiras; a Mata e o bosque das chácaras das Palmeiras, os reflorestamentos, as escolas, as igrejas, a área da antiga sede, o acampamento do MST, as vistas amplas e as áreas de moradores-em-ação. O “passado” é visto a partir de seu potencial atual de uso e apropriação na escala do cotidiano, inserido no contexto urbano do tempo presente, como elemento estruturador da paisagem em uma conjugação harmônica, isto é, sem clara distinção entre “a natureza” e a cidade.

A Rota IV – Vistas Panorâmicas – evoca uma imagem com vistas amplas, com forte presença de vegetação: Mata, área de preservação permanente (APP), reflorestamentos, bosques, árvores e o rio. Os marcos referenciais do grupo Elementos Construídos foram escolhidos por valores estéticos, mas principalmente pelos afetivos: assim foi selecionada a Igreja que frequenta, a escola dos filhos, as áreas de morador-em-ação.

O conjunto descrito sugere uma imagem que reúne a abertura para o mundo e acolhimento. É o “cantinho” onde moram, criam os filhos, plantam árvores, escrevem suas histórias de vida.

Para Carlos, antigo funcionário da fazenda Santa Maria, o bairro está contido nas divisas da antiga propriedade rural. Saudoso do tempo que andava a cavalo pela área, verificando o canavial, os marcos referenciais escolhidos por ele estão ligados a sua história de vida na fazenda.

A “natureza” está presente no dia a dia, faz parte da vida desses colaboradores, nascidos na maioria na área rural ou já ali criados. Lá é o lugar onde vivem e gostam de viver. Afinal, *“aqui representa o interior, né, tipo de uma chácara”*, afirma Geraldo, percepção corroborada por Sydney que considera que morar no bairro Ribeirão Verde é como se não se morasse em Ribeirão Preto, mas, sim, em uma cidadezinha pequena.

E, finalmente, a escala intimista, os espaços privativos, as memórias pessoais dão a Rota V – Paisagem Interior a imagem do “lugarzinho fechado” do mundo próprio, o local do sossego e da segurança.

3.6.3 Marcos referenciais “notáveis”

Os marcos referenciais “notáveis” são os de maior presença: áreas de moradores-em-ação, área da antiga sede e árvores, presentes nas cinco Rotas. Estes foram também individualmente os marcos referenciais da paisagem mais fotografados, na ordem: áreas de moradores-em-ação (onze fotografias); área da antiga sede (nove fotografias) e árvores (oito fotografias).

No que respeita às áreas de preservação do bairro, a Mata aparece em quatro das cinco Rotas, ao passo que foi fotografada individualmente por quatro colaboradores. A área de preservação permanente (APP) do córrego das Palmeiras foi escolhida como marco referencial apenas por Carlos, antigo funcionário da fazenda que participou de seu reflorestamento no programa de recuperação da mata ciliar. Os outros colaboradores parecem desconhecer o local.



Figura 26 – Área da antiga sede



Figura 27 – “Área de churrasco” na área da antiga sede



Figura 28 – Área de morador-em-ação Ana Maria



Figura 29 – Área de morador-em-ação Antonia



Figura 30 –Área de morador-em-ação Aparecida



Figura 31 –Área de morador-em-ação Eurípedes Teixeira



Figura 32 – Área de morador-em-ação Eunísia

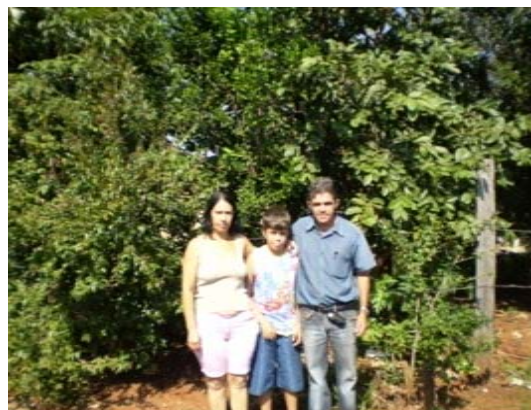


Figura 33 – Área de morador-em-ação Geraldo



Figura 34 – Área de morador-em-ação José Donizete



Figura 35 – Área de morador-em-ação Lindnalva



Figura 36 – Área de morador-em-ação Selma



Figura 37 – Área de morador-em-ação Sydney



Figura 38 – Área de morador-em-ação Valdomiro



Figura 39 – Árvore Ana Maria



Figura 40 – Árvore Antonia



Figura 41 – Árvore Carlos



Figura 42 – Árvore Elis Regina



Figura 43 – Árvore da Eunisia



Figura 44 – Árvore do José Donizete



Figura 45 – Árvore da Lindnalva



Figura 46 – Árvore da Marina

No que se refere à mata, pode-se concluir que esta pode ser vista de vários pontos diferentes do bairro, uma vez que está presente em quatro rotas, mas não parece ter muita visibilidade,⁴⁸ uma vez que apenas quatro moradores a fotografaram. Poderia se pensar em muitos fatores relacionados a essa visibilidade, como o fato de estar cercada com alambrado, separada do bairro, a falta de projeto paisagístico que integrasse a área ao bairro e, ainda, a falta de uso pela população.

Não foi possível, nos limites deste trabalho, o aprofundamento dessa questão e nem mesmo a proposição de soluções, mas fica expressa a diferença entre “estar à vista” e “ser percebido”, a qual se acredita fundamental no tratamento da paisagem e do ambiente, sobretudo no que se refere às áreas de proteção ambiental.



Figura 47 – Mata do Ribeirão Verde



Figura 48 – APP

3.7 Paisagem percebida

Na perspectiva de Dardel, explica Besse, compreender uma paisagem consiste em “traduzir para uma linguagem com força de elucidação a emoção bruta que seu encontro fez nascer e manifestar-se em nós” (BESSE, 1990, p. 163). Compreender é interpretar um significado imediatamente percebido, uma vez que pregnante ao próprio lugar. A compreensão ocorre quando os diferentes aspectos ou

⁴⁸ Sobre a distinção entre visualidade e visibilidade ver FERRARA Lucrecia d'Aléssio. Os lugares improváveis. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). *Paisagem e turismo*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 65-82.

diferentes momentos do fenômeno são reunidos na unidade de uma ideia ou imagem que buscam no fenômeno sua característica de totalidade. Encontra-se no fenômeno percebido a unidade de um tema, de uma intenção, de tal sorte que cada aspecto iluminado por essa tradução seja compreendido como uma parte expressiva do todo ao qual ela se reporta (BESSE, 1990, p. 163).

Com fundamento nas ideias do autor citado, propõe-se considerar as cinco Rotas diferentes traduções da paisagem percebida. Cada uma ilumina um aspecto da paisagem, e é também parte expressiva desta, isto é, partilham da unidade de um tema. Mas qual seria o tema da paisagem? E como descobri-lo? O caminho encontrado foi buscar um denominador comum a todas as Rotas.

Entre os marcos referenciais da paisagem fotografados, três são comuns a todas as Rotas: as áreas de morador-em-ação, as árvores e a área da antiga sede.

A área da antiga sede faz parte do grupo Memória do Lugar, é uma área que pertencia ao núcleo habitacional da Fazenda Santa Maria, cedida à Prefeitura, onde atualmente está a área de lazer do bairro Ribeirão Verde. Seu conjunto de casas abriga a Associação de Moradores, a sede do Programa de Educação Ambiental (PEARV), o viveiro de mudas, a sede da ONG ambientalista Ibiré, a Escola Sathya Sai, tendo ainda um parquinho infantil e um campo de futebol usados pelos moradores.

Os colaboradores da pesquisa que escolheram a área da antiga sede para ser fotografada compartilham, de modo geral, a opinião de que aquele é um lugar bonito, agradável, bem arborizado e, também, que é parte da história do Ribeirão Verde. Para alguns, o lugar faz parte de suas histórias de vida. Para outros é motivo de orgulho.

Tal área é um local muito apreciado por Eurípedes e Rosália, principalmente por ser arborizado e estar ao lado da mata; já Lucirene o escolheu para ser fotografado por fazer parte da história do bairro. Ela conhece o local desde quando morou no bairro das Palmeiras, antes da construção do Ribeirão Verde.

Para Marina, a área da antiga sede faz parte de suas lembranças. Costumava frequentar o lugar, no tempo em que ali funcionava um engenho de aguardente, aos domingos para visitar uns conhecidos e apanhar manga no pé.

Nos primórdios do bairro, a área da antiga sede servia de ponto de referência e ponto de apoio para os moradores, até mesmo como endereço de correspondência para o correio. Os colaboradores Aparecida, Elis Regina, Marina, Euripa, Eurípedes, Geraldo, Sydney, moradores mais antigos do Ribeirão Verde recordam-se do tempo em que o local era usado para sediar as festas juninas, as quermesses da igreja e outras comemorações do bairro, além de servir como ponto de encontro dos moradores. Com o tempo, essas atividades deixaram de acontecer. Atualmente, o local está sendo mais usado pelos moradores que têm vínculos com as instituições ali sediadas.

De acordo com Milton Santos, “[...] quando um homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (2006, p. 328).

Uma vez que a construção da identidade do lugar⁴⁹ e memória são elementos que andam juntos na construção de significados da paisagem, propõe-se pensar que a área da antiga sede “conta” aos novos moradores do local uma história sobre aquele espaço, e esse conhecimento pode contribuir para a desalienação, que significa também enraizamento.

O outro marco referencial da paisagem comum a todas as Rotas são as árvores. No caso desta pesquisa os oito espécimes de árvores fotografados foram escolhidos por valores estéticos e afetivos.

Alguns colaboradores optaram por fotografar as árvores plantadas por eles (Eunísia, Carlos, Lindnalva, Marina), ao passo que outros por fotografar árvores frondosas, bonitas, imponentes, antigas (Ana Maria, Antonia, Jessica e Natânia e José Donizete). Mas por que fotografar árvores? O que elas indicam sobre a paisagem percebida?

⁴⁹ Sobre o papel do ambiente construído na constituição das identidade pessoal e social ver Proshansky, Ittelson, e Rivlin (Orgs.). *Environmental psychology: man and his physical setting*. New York: Holt Rinehart & Winston, 1976.

As árvores, representantes neste trabalho do grupo “Elementos Naturais, são admiradas por valores estéticos – “uma só árvore dessas basta para alegrar uma paisagem inteira” – ⁵⁰valorizadas por razões utilitárias – fornecem abrigo, alimento, proteção, sombra, madeira etc. Afora isso, estão ligadas a um amplo universo de simbolismos: é símbolo do Cosmos, da vida, da juventude, da imortalidade e da sapiência, entre outros (ELIADE, 1990, p. 124). No caso estudado, para lá de todos estes possíveis sentidos, as árvores também são signos da “natureza”, representam o “verde” do bairro. E não se pode esquecer a forte valoração que plantar e cuidar de árvores tem entre os moradores-em-ação

Em relação ao último marco referencial em comum – as áreas de moradores-em-ação – as próprias práticas de plantar, cultivar, cuidar, mostram a direção, uma vez que trazem em si a imagem de enraizamento, a construção de laços de afeto com o lugar.

Tem-se, então, a construção de raízes, uma apropriação da história do lugar, uma harmonização com a paisagem anterior, a construção de laços afetivos com o ambiente de vida, um cuidado com a vida, o cuidado de si próprio. Sugere-se que o tema da relação que esse conjunto constitui seja o “habitar” no sentido de Heidegger.⁵¹ Na compreensão deste autor, construir é edificar lugares. As construções são coisas que criam lugares e permitem a existência de espaços. Ou, em outras palavras, os espaços recebem seu ser das localizações. Construir significa habitar, é fundar e articular espaços (HEIDEGGER, 1958, p. 1). Heidegger aponta para o co-pertencimento entre uma coisa e seu lugar, intimamente ligados, instituídos ambos pelo habitar. E o habitar é o caráter básico do Ser (HEIDEGGER, 1958, p. 12).

A partir da delimitação da noção de paisagem como a percepção de um conjunto que é mais que a soma de seus componentes, que encerra certo investimento afetivo e ao qual se atribui um valor estético, se poderia captar o

⁵⁰ NIETZSCHE, 1998, p. 267, apud BACHELARD, 1990, p. 149.

⁵¹ Ver sobre o termo habitar no sentido indicado pelo filósofo Martin Heidegger “Bâtir, Habiter, Penser (título alemão *Bauen, Wohnen, Denken*, 1951) in HEIDEGGER, Martin. *Essays et Conférences*. Paris: Gallimard, 1958.

aparecimento, mesmo que embrionário, de uma sensibilidade paisagística, da formação de certa noção de paisagem? Vai-se ver.

Retoma-se a própria história dos usos do termo. Paisagem teria significado originalmente parte de uma terra, campo de cultivo ou o território rural adjacente a uma cidade.

A palavra *Landschap* (neerlandês), *Landschaft* (alemão), *paese* (italiano) antes de adquirir uma significação sobretudo estética ligada ao gênero específico de pintura a partir dos séculos XVII e XVIII, tem uma significação que se pode dizer territorial e geográfica (BESSE, 2006, p. 20).

Tomada em um sentido sobretudo jurídico-político e topográfico, a paisagem é de início a província, a pátria, a região. Nessa perspectiva geográfica, a paisagem não é definida de início como a extensão de um território que se descortina num só olhar de um ponto de vista elevado, mas espaço objetivo da existência, mais do que uma vista abarcada pelo sujeito (BESSE, 2006, p. 20). Um *Landschaft* define-se por seu *sitium*, isto é, uma posição e uma vizinhança características designadas como objetivas que podem ser cartografadas, por sua qualidade ou natureza própria, um conjunto de propriedades naturais ou humanas.

Na visão de Cosgrove, o termo *Landschaft* assinala primeiro uma espacialidade constituída por práticas sociais e ambientais, que, em um mundo pré-moderno, eram predominantemente agrícolas, artesanais ou industriais (COSGROVE, 2006, p. 53).

O autor citado aponta que o termo *Landschaft* e seus cognatos eram usados para descrever regiões administrativas no noroeste da Europa. Essas sempre foram regiões relativamente pobres, marginais aos interesses de monarcas e aristocratas, cuja riqueza e poder dependiam do controle, propriedade e tributação dos territórios mais férteis e acessíveis. A localização dessas regiões em zonas fronteiriças

reforçou as oportunidades para maior autonomia local do que em regiões mais centrais e bem administradas.⁵²

As regiões denominadas *Landschaft* eram definidas mais pelo uso e pelos costumes que pelas características físico-geográficas.

A hipótese do desenvolvimento de uma noção de paisagem pelos moradores-em-ação que se aproxima da noção de *Landschaft* encontra subsídios nos dados empíricos coletados.

Primeiro, encontra-se no bairro Ribeirão Verde uma situação de isolamento propícia ao desenvolvimento de autonomia social e territorial. Periferia de uma cidade média que guarda certas semelhanças com as “*regiões distantes – relativamente empobrecidas, fronteiriças e marginais aos interesses dos monarcas e governantes*”.

Nos depoimentos colhidos há várias indicações do não pertencer à cidade luminosa, mas às zonas opacas, áreas de moradia dos pobres, sujeitas à carência de consumo material e imaterial, carência de consumo político, carência de participação e cidadania (SANTOS, 2006, p. 326).

Mas é justamente por estarem sujeitos às carências de todos os tipos, alerta Milton Santos, que há a possibilidade dos sujeitos reavaliarem o espaço de vida, encontrando novos usos e finalidades para os objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva.

Nesse sentido, o depoimento dos colaboradores revela a percepção de que não pertencer à cidade de Ribeirão Preto pode ser algo favorável, talvez morar em uma “cidadezinha do interior”, um lugar calmo, menos violento, bom de se viver, mais fresco, mais amplo, com mais lugar para se viver, solidário, quando comparado aos outros bairros nos quais moraram ou que conheceram. Alguns colaboradores, como Sydney, chegam até a sonhar com a “independência do bairro” de Ribeirão Preto.

⁵² COSGROVE, Denis. *Landscape and Landschaft*. Spatial Turn in History Symposium German Historical Institute, February 19, v. 35, 2004. Disponível em: <<http://www.ghi-dc.org/publications/ghipubs/bu/035/35.57.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2010.

Com suas práticas, os moradores-em-ação interferem no substrato paisagístico existente. Ao mesmo tempo, adquirem conhecimento sobre o entorno e uma cultura nova.⁵³ Sobre essa qualidade dialética da relação entre o novo morador e o novo ambiente, Milton Santos destaca que:

A desculturização é perda mas também doação. O novo ambiente funciona como um detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura, e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera parte de seu ser que parecia perdida (SANTOS, 2007, p. 83).

Seguindo-se essa direção, presume-se que as áreas de morador-em-ação poderão influir em novas formas de apropriação dos espaços, e talvez incentivar o aparecimento de novos moradores-em-ação. Mas essa é uma hipótese que requer aprofundamento em estudos futuros.

Com base nos dados da pesquisa, entretanto, é possível dizer que as questões que envolvem paisagem, envolvem também enraizamento, pertencimento, valorações, ou seja, os afetos dos sujeitos para quem essa paisagem existe. Reafirma-se, assim, a noção de paisagem como “trajetual”, que é ao mesmo tempo sensível e factual, e engloba os níveis físicos, sociais, e mentais.

⁵³ A palavra cultura, com raiz latina, deriva do verbo *colo*, que significa cultivar a terra. BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: *Cultura brasileira: tradição/contradição*. NOVAES, Adauto (Org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1997.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo final pretende, mais que apresentar conclusões, ordenar as questões surgidas no decorrer da pesquisa. Para tanto, será retomado o caminho percorrido, voltando-se ao problema original da preservação e conservação da paisagem e do ambiente do bairro.

O problema em questão origina-se com a construção de dois loteamentos de interesse social em uma área rural, desprovida de infraestrutura, distante do centro da cidade (e fora do tecido urbano), e ambientalmente sensível, por ser área de recarga do aquífero Guarani.

Tem início aí a polêmica em torno da aprovação dos loteamentos, envolvendo o Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA), organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas e representantes da sociedade civil, que não concordavam com a expansão urbana nessa área não deveria acontecer. O movimento ambientalista teve como aliado o Ministério Público, que solicitou a paralisação das obras.

A construção do sistema de áreas verdes entregue à população contou com a participação inesperada (para os empreendedores e a Cohab-RP) de atores ligados ao movimento ambientalista, que se opunham à urbanização daquela região.

Entre as exigências técnicas feitas pelos órgãos responsáveis para a aprovação dos loteamentos destacam-se: o cercamento, a preservação e a conservação da mata, a recuperação e a proteção dos fragmentos florestais (APP), e a implantação de 208.390,39 m² de área verde em forma de praças, além da arborização viária e a implantação de um programa de educação ambiental que auxiliasse na redução do impacto ambiental causado pela urbanização.

As exigências foram satisfeitas pelos empreendedores, que adaptaram o projeto urbanístico a fim de atender às determinações feitas e implantaram um programa de educação ambiental.

Os benefícios das medidas compensatórias do ponto de vista ambiental são claros; além da preservação e da conservação dos fragmentos de vegetação nativa,

da recuperação e do reflorestamento da área de proteção permanente (APP) do córrego das Palmeiras, as áreas verdes implantadas também garantiriam a permeabilidade do solo, abrigo para fauna local, benéficos do ponto de vista do micro clima, além de seus potenciais recreativos e estéticos. No entanto, as dificuldades da implantação dessas medidas não se encontram só em sua execução, mas principalmente em sua manutenção.

Em relação à mata e à área de preservação permanente (APP), o fato de estarem sob proteção legal não significa nenhum tipo de garantia de sua conservação, ou mesmo sobrevivência. A mata foi cercada para que não houvesse nenhum tipo de uso. No entanto, foram inúmeros os incêndios que a atingiram. O último, ocorrido em agosto de 2008, durante o andamento desta pesquisa, queimou extensa superfície e causou severos danos à vegetação.



Figura 49 – Mata depois do incêndio em agosto de 2008



Figura 50 – Parcela da área anterior cuidada por morador-em-ação



Figura 51 – Área “verde” reflorestada pelos empreendedores



Figura 52 – Área de lazer com lixo e entulho

O tratamento dado à reserva legal se fez segundo o entendimento de que o ambiente deve ser mantido preservado e defendido das intervenções humanas. Essa separação entre “natureza e cidade” não corresponde à realidade da complexa interdependência entre os elementos que compõem o ambiente. Esse enfoque leva a uma organização da paisagem em que as diversas partes não têm qualquer compromisso entre si e não podem, em consequência, ser complementares, mas sempre antagônicas (LEITE, 1994).

A área de preservação permanente (APP) do córrego das Palmeiras, como revelado pela pesquisa, não faz parte da paisagem percebida pelos colaboradores. A única fotografia do local foi tirada pelo sr. Carlos, que trabalhou no reflorestamento da área. Mais uma evidência de que a percepção da paisagem e sua fruição são processos interligados. A percepção do ambiente de vida não é limitada à consciência das características físicas do mundo exterior ao sujeito, embora esse seja um de seus aspectos, mas está, principalmente, relacionada aos significados dos usos que as pessoas fazem do ambiente, do qual são parte integrante. O que não se usa – no plano simbólico, afetivo, prático – não tem significado nem valor.

Em relação às áreas verdes implantadas pelos empreendedores, estima-se que somente 10% das mudas de árvores sobreviveram (ENDO, 2005). Como até a data de conclusão desta pesquisa nenhuma praça havia sido implantada pela Prefeitura, pode-se observar, em grande parte das áreas verdes, o acúmulo de lixo e de entulho. As poucas parcelas vegetadas são as tratadas pelos moradores-em-ação.

Como visto no texto, os moradores-em-ação cuidam das áreas porque gostam. Mediante suas ações estão desenvolvendo uma sensibilidade em relação àquela paisagem e, ao mesmo tempo, construindo raízes e laços afetivos com o lugar.

No entanto, em que pese o papel do desejo desses moradores na decisão de plantar e manter as áreas, não se deve esquecer o papel fundamental dos atributos objetivos do ambiente nas percepções da paisagem.

Neste ponto, valeria lembrar que nesta pesquisa considera-se que a paisagem é “trajetual”. O significado de uma paisagem não é nem um estado de mente subjetivo, nem um atributo objetivo do ambiente. O significado de paisagem está na relação, “no trânsito” entre o mundo sensível e o factual e envolve os níveis físicos, sociais e mentais.

Tome-se o caso da “vegetação”. Esse subgrupo, pertencente aos “Elementos Naturais” na terminologia empregada na pesquisa empírica, tem forte presença na paisagem percebida pelos colaboradores. Entretanto, é também uma forte presença no bairro. São aproximadamente 100 mil m² de fragmentos da mata nativa, mais de 250mil m² de área de preservação permanente (APP) na várzea do córrego das Palmeiras, somados aos 580 mil m² do fragmento de mata Sinhá Junqueira, no limite leste do bairro. Além disso, as chácaras do entorno, pertencentes ao bairro das Palmeiras, apresentam densa vegetação de porte arbóreo já em estado adulto, que contribuem como “verde” da paisagem.

Se não fosse pela legislação ambiental, grande parte dessa vegetação não existiria. Fica claro que, embora as medidas normativas e técnicas não sejam suficientes para garantir a conservação e a manutenção de áreas vegetadas, elas são fundamentais para que se possa caminhar nessa direção.

De modo semelhante, tem-se outro importante marco referencial da paisagem, a área da antiga sede, doada ao bairro, ou, melhor dizendo, ao município, por determinação dos órgãos envolvidos no processo de aprovação do loteamento, com a função de abrigar equipamentos sociais. Destacou-se no Capítulo 3 desta dissertação, o importante papel dessa área na paisagem percebida pelos colaboradores. A área da antiga sede, além de seus valores simbólicos, estéticos e ambientais, proporcionou “uma história”, um passado, uma referência inicial, pela qual os novos moradores puderam orientar-se no novo espaço, enraizar-se.

Também as práticas dos moradores-em-ação só podem ser compreendidas no contexto, do qual o Programa de Educação Ambiental do Ribeirão Verde (PEARV), também decorrência da ação normativa, é parte integrante.

Apesar das práticas dos moradores terem surgido de modo espontâneo, para depois serem percebidas e denominadas por representantes do Programa de Educação Ambiental do Ribeirão Verde (PEARV), não se pode deixar de lado as contribuições e as influências que o programa citado possa ter tido.

Além das contribuições materiais do programa – as mudas de árvores, os mourões e o arame farpado para cercamento das áreas, formicida, “mata-mato” –, alguns dos colaboradores da pesquisa falaram sobre a ajuda recebida por alguns

funcionários ligados ao programa, como o sr. Carlos, que também colaborou com esta pesquisa. Pode-se dizer que ele contribuiu para a construção, mesmo que efêmera, de uma espécie de rede de sociabilidade em torno das áreas verdes.

É possível extrair do carinho e da admiração que alguns moradores-em-ação expressam em relação ao sr. Carlos, alguns indícios de sua influência, senão no despertar, ao menos na consolidação dos aportes paisagísticos daqueles. Alguns autores da psicologia ambiental, corroborando a interpretação sugerida, apontam que as relações sociais relacionadas a um ambiente específico podem ser tão ou mais importantes que as características do ambiente *per se*.⁵⁴

Nesse caso, pode-se dizer que a permanência compulsória dos empreendedores na área, representados pelo Programa de Educação Ambiental, ofereceu algum tipo de apoio para os novos moradores, contribuindo com a construção de laços afetivos com o lugar e a paisagem.

Acredita-se que, além das relações de afeto, o sr. Carlos, ao partilhar com os moradores-em-ação seu conhecimento sobre aquele lugar, já que é o morador mais antigo, está contribuindo para a compreensão do ambiente de vida por esses moradores. Ao dividir suas experiências e trazer à luz o passado do bairro, contribui com a formação de uma “cultura do lugar”.⁵⁵ Os moradores-em-ação, cultivando o solo cultivam a si próprios, constroem um substrato paisagístico, desenvolvem uma sensibilidade à paisagem e, por que não, uma cultura paisagística. Mas essas são considerações que necessitam de aprofundamento e ultrapassam os limites deste trabalho.

O que se pode afirmar é que os moradores-em-ação, ao modificarem, mesmo que pontualmente, a paisagem de abandono das “áreas verdes” do bairro, subvertem uma ordem estabelecida, aproximam-se de “usadores” do espaço no sentido empregado por Lefebvre, e, pelas suas práticas, que encerram “a irrisória poesia que o ser humano oferece a si mesmo para não deixar de ser poeta (LEFEVBRE, 2008, p. 80), instauram um movimento em direção ao habitar.

⁵⁴ Cf. COOPER-MARKUS, 1992, RILEY, 1992, LOW; ALTMAN, 1992, VALERA; POL, 1999.

⁵⁵ Adota-se “cultura” no sentido proposto por Alfredo Bosi, não como uma coleção de objetos adquiridos ou herdados, mas fruto do trabalho. BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: *Cultura brasileira: tradição/contradição*. NOVAES, Adauto (Org.). São Paulo: Jorge Zahar/Funarte, 1997, p. 38.

Para finalizar, ressalta-se que, ao se tratar de questões de conservação de recursos naturais e preservação de áreas protegidas envolvendo população, além das ações normativas e técnicas, é necessário que se leve em conta as pessoas envolvidas. Sejam reservas legais, áreas de preservação permanente ou recursos naturais, entende-se que esses elementos objetivos da paisagem não devem ser tratados como objetos isolados, mas pensados como elementos articulados em um conjunto, uma trama narrativa, uma história que faça sentido para as pessoas para quem essa paisagem existe. É preciso, pois, que os elementos da paisagem sejam reunidos em um conjunto significativo, “um tema”.

Se, no entanto, a realidade das coisas não lhes é inerente, e, sim, inerente à nossa relação com as coisas (BERQUE, 1994), e cada indivíduo determina a própria paisagem pela identificação de algumas relações e possíveis significados entre os diversos elementos que a compõe, como propor um substrato paisagístico que acolha tanto as “áreas de preservação”, os aportes dos sujeitos e a conservação dos recursos naturais?

Uma direção pode estar em substratos paisagísticos plásticos, receptivos, que possam acolher a heterogeneidade dos moradores, seus aportes e diferentes usos e apropriações – materiais, afetivos, simbólicos. Uma proposta em que as diversas escalas – material, social e mental – sejam articuladas ou, em outras palavras, as medidas normativas, técnicas e educacionais, sejam articuladas com as subjetividades, e mediadas por um substrato paisagístico fértil, onde o habitar poético possa florescer. É preciso, pois, pensar em termos de paisagem, isto é, relações, e não em termos de objetos isolados.

No que diz respeito aos estudos de paisagem vale destacar que, para se aproximar da paisagem percebida por um grupo de pessoas, é preciso tentar conhecer o que elas valorizam, onde encontram significado, como são afetadas por aquele ambiente de vida. Conhecer uma paisagem não se esgota nem em abordagens objetivas, nem em abordagens psicológicas. A paisagem, volta-se a dizer, é *trajetual*, é tanto matéria quanto espírito. E é nessa ambiguidade constituinte da paisagem, sujeito e objeto, representação e representado, marca e matriz, que se encontra seu sentido profundo (BERQUE, 2008, p. 69).

BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, Azis N. **O mosaico primário de matas e cerrados do Planalto Paulista**. I Simpósio de Ecologia Intertropical, Salvador. Publ. Inst. de Geografia. 1970.
- ANCONA, Ana Lucia. **Direito Ambiental, direito de quem?** Políticas públicas de meio ambiente na metrópole paulista, 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. **A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 339-512. (Coleção Os Pensadores.)
- BERQUE, Augustin. **La pensée paysagère**. Paris: Archibooks Sautereau Editeur, 2008.
- _____. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.
- _____. **Mediance**. Paris: Belin, 2000.
- _____. **Écoumène**. Introduction à l'étude des milieux humains. Paris: Belin. 2000, 272 p. (Collection Mappemonde.)
- _____. **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Paris: Éditions Champ Vallon, 1994.
- BESSE, Jean. Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Trad. Vladimir Bartolini. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- _____. Géographie et existence. In: DARDEL, E. **L'homme e la terre**: nature de la réalité géographique. Paris: Editions du CTHS, 1990, p. 135-175.
- BEZZON, José. C. F. **Política e planejamento urbano da cidade de Ribeirão Preto no período de 1983 a 2002**: análise e crítica do modelo de verticalização periférica ancorada e informatizada. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.

BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Cultura brasileira: tradição/contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1997.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: **Perspectivas da geografia**. CHRISTOFOLLETTI, Antonio. São Paulo: Difel, 1985. p. 165-194.

_____. Values and Geography. **Resource and paper**, n. 24, 1974.

CAIADO, Aurílio S. C. **A aglomeração urbana de Ribeirão Preto**: estudo de caso. Urbanização e metropolização no estado de São Paulo: desafios da política urbana. Campinas: Fecamp/Unicamp, 1992. (mimeo)

CALIL JÚNIOR, Ozório. **O centro de Ribeirão Preto**: os processos de expansão e setorização. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

CAMPOS, Haroldo. **Termos de referência para apoio técnico ao projeto piloto Ribeirão Preto**. Resumo Executivo Final. GEG, OEA, BIRD, São Paulo, 2004.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CERASI, Maurice. **La lectura del ambiente**. Buenos Aires: Infinito, 1975.

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Summa LTDA., 1997. 5v.

CHRISTOFOLLETTI, Antonio. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

COHAB-RP. Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto. **COHAB – 25 anos**. Ribeirão Preto, 1995.

CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda a parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, ZENY (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.
- CRITELLI, Dulce Maria. **Analítica do sentido**: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- DARDEL, Eric. **L' homme e la terre**. nature de la réalité géographique. Paris. Editions du CTHS, 1990 p. 135-175
- DAVIES, Douglas. The evocative symbolism of trees. In: COSGROVE, Daniel; DANIELS, Stephen (Eds.). **The Iconography of Landscape**. Essays on the Symbolic Representation, Design and Use of Past Environments. New York: Cambridge University Press: 1988.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ELIAS, Denise. **Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- ENDO, Ronaldo. M. **A formação da paisagem urbana do complexo Ribeirão Verde**: uma proposta comunitária de educação ambiental. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2005.
- FERNANDES, Maria Esther. (Coord.). **A cidade e seus limites**: as contradições do urbano na “Califórnia Brasileira”. São Paulo: Annablume, 2004.
- FERRARA, Lucrecia d'Aléssio. Os lugares improváveis. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Paisagem e turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 65-82.
- FERRAROTTI, Franco. **Histoire et histoires de vie**: la methode biographique dans les sciences sociales. Paris: Librairie de Méridiens, 1983.
- FERRIOLO, Massimo Venturi. **Paesaggi rivelati**. Passeggiare con Bernard Lassus. Milano: Guerini e Associati, 2006.
- FIPAI. Fundação para Incremento da Pesquisa e Aperfeiçoamento Industrial. **Relatório de Impacto Ambiental do Complexo Ribeirão Verde**: lotes urbanizados. Ribeirão Preto, 1995. 227 p.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Essays et conferences**. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. Paris: Gallimard, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Anuário Estatístico Brasileiro (São Paulo)**: 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

ITTELSON, Wilson. Environmental Perception and Urban Experience. **Environment and Behaviour**, June 1978. p. 193-213.

_____ et al. **An Introduction to Environmental Psychology**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1974.

_____ **Environment and Cognition**. New York: Academic Press, 1973.

_____ PROSHANSKY, H.; RIVLIN, L.; WINKEL, G. H. Homem ambiental. **Textos de psicologia ambiental do Instituto de Psicologia**, Universidade de Brasília. Brasília: Editora da UnB, 2005.

LASSUS, Bernard. Une poétique du paysage: le démesurable. In: **Le Dantec**, Jardins et paysages. Paris: Larousse, 1996.

_____ L'obligation de l'invention: du paysage aux ambiances successives. In: LASSUS, B. **L'approche paysagère**. Manuscrito, 1993, p. 53-65.

_____ **Homenage a Poussin**: petits remarques préliminaires. Manuscrito, 1985.

_____ **Jardins imaginaires**. Les habitants paysagistes. Paris: Les Presses de la Connaissance, 1977.

_____ De plus a moins. **Nouvelle Revue de psychanalyse**, 1974, p. 253-270.

_____ Les habitants-paysagistes. Techniques d'apparence n. 2: **Le vegetal**. Compte rendu de fin de contrat d'une recherche financée par la Délégation Générale à la Recherche Scientifique et Technique. Paris: 1972-1973.

_____ Le paysage comme organization d'un référent sensible. **Debat**, mai-oût. 1965. p. 94-113.

KRUPAT, Edward. **People in Cities: Urban and Environment and its Effects**. Boston: Cambridge University Press, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. **Destruição ou desconstrução?** Hucitec: São Paulo, 1994.

LIMA, Onésimo C. **Arquitetura e cidade**: edifícios urbanos na área central de Ribeirão Preto – um exercício de ocupação de quadra. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

_____. Past time, Present place: landscape and memory. **Geographical Review**, v. 1, n. 65, 1975, p. 1-36.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MAGALHAES, Kelly. **Fragmentos do urbano**: consolidação do processo de periferização na cidade de Ribeirão Preto. Trabalho Final (Graduação) – Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 1997.

MARICATO, Ermíria. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MILARÉ, Edis. Processo coletivo ambiental. In: BENJAMIN, A. H. V. (Org.). **Dano ambiental**: prevenção e reparação e repressão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, p. 257-227.

MOLES, Abraham; ROHMER, Elizabeth. **Psychologie de l'espace**. Paris: Casterman, 1972.

MOSER, Gabriel.; WEISS, Kate. **Espaces de vie aspects de la relation homme-environnement**. Paris: Armand Colin/VUEF, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce Homo**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OLAIA, Flavia M. **Caracterização e levantamento de uso e ocupação do solo em áreas de recarga do Aquífero Guarani**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

PIRES, Julio M. Desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto. In: **Associação Comercial de Ribeirão Preto: um espelho de 100 anos**. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004. p. 179-191.

PIRES, Julio M. Crise e recuperação: as décadas de 1930 a 1950. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (Orgs.). **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.

PIRES, Maria C. S. P. **O processo de urbanização e organização do espaço em uma região canavieira: a região de Ribeirão Preto**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PROSHANSKY, Harold; ITTELSON, William; RIVLIN, Leanne (Orgs.). **Environmental Psychology: Man and his Physical Setting**. New York: Holt Rinehart & Winston, 1970.

RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1978.

RITTER, Joachim. **Paysage, fonction de l'esthetiqué dans la société moderne**. Besançon: Les Éditions de l'imprimeur, 1997.

ROGER, Alain. **Court traité du paysage**. Paris: Éditions Gallimard, 1997.

ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

SAINT HILAIRE, Auguste. **A viagem à província de São Paulo**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1976.

SÃO PAULO.(Estado) Instituto Florestal. **Inventário Florestal do Estado de São Paulo. São Paulo, 2005**

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____ **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____ **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____ **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2002

_____ **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____ **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

_____ **Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____ **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____ **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 35-59, jun. 1977.

SARINNEN, THOMAS. F. The use of projective techniques in geographie research. In: **Environment and cognition**, Ittelson, Willian. New York: Seminar Press, 1973.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **A economia Paulista na década de 1980**. São Paulo, 1990.

_____ **A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo, 1988.

SEMEGHINI, Ulisses C. **Cenários da urbanização paulista**: a região administrativa de Ribeirão Preto. Cano, São Paulo no Limiar do século XXI. Relatório de Pesquisa. Documento final. Campinas. Instituto de Economia/Unicamp, 1990.

SILVA, Adriana C. B. **Expansão urbana e segregação social**: efeitos da implantação de um núcleo colonial em Ribeirão Preto. Grupo Brava Gente.

Disponível em: <<http://www.bravagentebrasil.com.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2007.

_____. Cem anos de desenvolvimento urbano de ribeirão Preto. In: Associação Comercial de Ribeirão preto: um espelho de 100 anos. Ribeirão preto. Gráfica São Francisco, p. 259-272, 2004

_____. **Imigração e urbanização**: o núcleo colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2002.

SIMMEL, Georg. **La tragedie de la culture et autres essais**: philosophie du paysage. Paris et Marseille: Rivage, 1988.

SPOSITO, Maria E. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía – UNAM, n. 54, 2004, p. 114-139.

TROPPEMAIR, Helmut. A cobertura vegetal primitiva do estado de São Paulo. **Biogeografia**, v. 1, p. 1-10, 1969.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VERRI FILHO, Octavio. **Subsídios para o diagnóstico ambiental de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ribeirão Preto, 1993.

VICTOR, M. A. M. **A devastação florestal**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura, 1975.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Fapesp/Lincoln Institute/Nobel, 2005.

UZELL, D.; POL, E.; BADENAS, D. Place identification, social cohesion, and environmental sustainability. **Environment and Behavior**. London, 2002. v. 34, p. 26-53.

WALTER, Sonia V. **Ribeirão Preto**: cidade paraíso. Trabalho de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Ecléa Bosi (Org.). São Paulo: Paz e Terra, 1996.

WHITE, Anne. **Guidelines for fields**: studies in environmental perception. Technical Notes. Toronto: Unesco, 1978.

YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Paisagem e turismo**. São Paulo: Contexto, 2002.

FONTES

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP)

ENDO, Ronaldo. Documentário sobre a formação do Ribeirão Verde. Série DVD autor, 2008.

GLOSSÁRIO

Para auxiliar na leitura dos resultados do trabalho foram elaboradas uma lista (em ordem alfabética) e uma identificação dos locais/objetos fotografados (indicados pelas aspas). Os nomes grafados sem aspas correspondem à denominação oficial.

“Acesso ao bairro”: Vista da Mata a partir da antiga estrada das Palmeiras, atual avenida Mugnato Marincek, única via de acesso ao bairro.

“Antiga capela”: Capela construída antes do Ribeirão Verde, atualmente desativada.

“Antigo engenho”: Conjunto de edificações (casas, barracão, alambique) que pertencia ao Engenho Pômpolo, que até o início da década de 1980 fabricava a aguardente Palmeirinha, localizado na Fazenda Santa Maria (área do loteamento), desativado em 1985. O antigo engenho é uma área vizinha da gleba de terra onde foram construídos os bairros Jardim Florestan Fernandes e Jardim Diva Tarlá de Carvalho, à beira do córrego das Palmeiras. **“Área verde Elis Regina”**: Área verde localizada na rua Júlio Ferranti, aos cuidados de Elis Regina, também colaboradora da pesquisa.

“Área antiga sede”: Área de 38.334.20 m² que abrigava a sede da fazenda Santa Maria, transformada em área institucional. Das oito casas existentes, três estão sendo usadas como equipamentos sociais (escola, sede da associação do bairro e a Escola de Educação Ambiental) e, as outras cinco, servem de moradia.

“Área seu Eurípedes”: A área verde em frente à casa do Senhor Eurípedes, na rua Matheus José dos Reis, Jardim Florestan Fernandes.

“Área seu Pedro”: Pedro Alberto Aniceto, já falecido, era um morador-em-Ação, com reportagem na edição de março de 2005 do *O Verdinho*. Morador da segunda etapa, à rua Haroldo Bataglia, cuidava da parcela da **área verde** em frente à sua casa. Atualmente, as árvores estão “formadas” e o local foi fotografado por cinco colaboradores da pesquisa, sendo um deles sua filha Euripa.

“Área verde da dona Elza”: Localizada na rua Lucio Oduvaldo Simionato, no Jardim Diva Tarlá de Carvalho, aos cuidados de dona Elza da Silva Aparecida, também moradora-em-ação.

Área dos moradores-em-ação: As áreas verdes dos moradores-em-ação são parcelas de algumas áreas destinadas ao lazer dos bairros (jardins Florestan Fernandes, Diva Tarlá de Carvalho e Antonio Palocci), que estão sob os cuidados de alguns moradores. Esse cuidar geralmente implica plantio de mudas, regas de manutenção, controle de plantas invasoras através de capinação do terreno e o cercamento da área. Sem pontos de água nas áreas verdes, os moradores regam as mudas com regador, garrafas “pet”, baldes e mangueiras.

Árvores: Espécimes diferentes, nativas ou plantadas, localizadas em diferentes pontos e fotografadas por apreciação estética ou relação de afeto.

“Bar do Galego”: Bar com armazém e sinuca pertencente a Gilberto Antonio Galego, na estrada das Palmeiras, desde 1992; anterior ao Ribeirão Verde.

“Bosque das chácaras das Palmeiras”: Estrato arbóreo de vegetação densa, de porte adulto, pertencente às chácaras no entorno do Ribeirão Verde.

“Bosque de aroeiras”: Conjunto remanescente de árvores da espécie *Schinus terebinthifolius*, localizado na estrada das Palmeiras, no limite norte do Jardim Antonio Palocci.

“Caixa d’ água”: reservatório da água do bairro.

“Calçada ecológica”: Calçadas construídas no Jardim Prof. Jardim Antonio Palocci com 50% da área permeável, própria para ajardinamento com a finalidade de garantir a infiltração de água pluvial no solo.

“Campinho”: Campo de futebol na área da antiga sede.

“Casa antiga sede”: Casa principal da antiga fazenda, cedida em comodato pela Prefeitura do Município de Ribeirão Preto à escola Sathya Sai, desde abril de 2002.

“Casa Cohab”: Conjunto de casas do Jardim Prof. Antonio Palocci.

“Casinha engraçadinha”: Casa de moradora do Jardim Florestan Fernandes.

“Casinhas de aluguel”: Casas de multifamiliares destinadas a aluguel, construídas no Jardim Florestan Fernandes.

CEI Leonor Mertilla Costa: Centro de educação infantil que atende 240 crianças entre seis meses e três anos. Inaugurada em 2007.

“Clube dos feirantes”: Clube de campo da Associação Beneficente dos Feirantes, localizado às margens do rio Pardo, com acesso pela estrada Antonio Mugnato Marincek, antiga estrada das Palmeiras.

“Construção comercial”: Lojas para aluguel, novidade no bairro.

Córrego das Palmeiras: Afluente da margem esquerda do rio Pardo, com 10.120 m de comprimento e área de bacia hidrográfica de 3.700.000 m².

“Cruzeiro de Fundação”: Cruz de cimento ao lado da Igreja de Santa Rita de Cássia, onde foi rezada a primeira missa de Ribeirão Preto, em 2 de novembro de 1845, com o objetivo de marcar as terras para o patrimônio de São Sebastião.

“Domingos Angerami”: Escola rural até 1997, quando foi transformada em escola municipal. Atende 590 alunos e apresenta sérios problemas nas instalações.

EMEI Maria Ines Viera Machado: Escola infantil municipal construída em 2007. Funciona em dois períodos e atende crianças de quatro a seis anos.

“Estrada da mata”: Estrada de terra lindeira à Mata, que dá acesso à área da antiga sede e a EMEF Domingos Angerami.

“Geralda de Souza Espin”: Escola de Ensino fundamental que funciona em três períodos, atende 1.400 alunos e está localizada no Jardim Diva Tarlá de Carvalho.

“Jardim da Sathya Sai”: Jardim da escola Sathya Sai, localizada na área da antiga sede.

“Mata”: A reserva legal do bairro é um fragmento de mata nativa mesófila semidecídua, com área de 99 mil m², doada para a Prefeitura de Ribeirão Preto. A mata é cercada com tela tipo alambrado, por deliberação 05/96 do COMDEMA, de 20/11/1996. Em junho de 2008, o Programa de Educação Ambiental do Ribeirão Verde (PEARV), constituiu uma parceria com uma rede de supermercados (Savegnago), a Organização Não Governamental Ambiental Ibiré e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto para recuperar a mata por meio de recomposição da fauna, com plantio e manutenção de 4 mil mudas de árvores nativas. Em agosto de 2008, a mata teve uma extensa área queimada em virtude de um incêndio.

Mata Sinhá Junqueira: Fragmento de mata com 550mil m², localizado na fazenda da Barra, limite leste do bairro Ribeirão Verde.

“Sem-terra”: Pré-assentamento Mário Lago (antiga Fazenda da Barra), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de representantes de outros movimentos sociais de luta pela terra.

“Futura paróquia santo Expedito”: Local onde está prevista a construção de futura igreja católica.

“Parquinho”: Parque infantil localizado na área da antiga sede.

“Piscinão”: Sistema de contenção de águas pluviais, constituído de áreas verdes rebaixadas, formando piscinas retangulares gramadas e reflorestadas com espécies próprias, cujo objetivo é promover a infiltração das águas pluviais no solo e contribuir com a recarga do aquífero Guarani, como medidas compensatórias pela área impermeabilizada na construção do loteamento Jardim Prof. Antonio Palocci.

Reflorestamento rio Pardo: Reflorestamento de 70 mil m² em faixa do rio Pardo, para recuperar a mata ciliar, realizado pela empresa loteadora/construtora do Ribeirão Verde, Protenco (Projetos Técnicos Ltda.), responsável pelo plantio e pela manutenção das mudas por um período de cinco anos; conforme o artigo 152, do Código Municipal de Ribeirão Preto, Lei Complementar n. 1.616 de 2004. Parei aqui

Reflorestamento Jardim Prof. Antonio Palocci: Plantio e manutenção por um período de cinco anos de mudas de árvores, nas áreas verdes do Jardim Prof. Antonio Palocci, em obediência ao artigo 152, do Código Ambiental do Município de Ribeirão Preto, Lei Complementar nº 1.616 de 19/01/2004. As áreas foram cercadas para evitar o acesso de animais (bois, cavalos) e periodicidade está sendo feito o controle periódico de plantas invasoras através de roçadas, por funcionários da empresa loteadora. Além do controle de plantas invasoras, também faz parte da manutenção o controle de formigas cortadeiras, adubação e regas sistemáticas durante o período de estiagem até o “pegamento das mudas”. Outra medida de manutenção é proteção contra fogo, feita com aceiros de cinco metros de largura nas bordaduras da área de plantio.

Reflorestamento Jardim Pedra Branca: Jardim Pedra Branca é o loteamento vizinho ao Ribeirão Verde, construído em 2007, e, em obediência ao Código Ambiental de Ribeirão Preto, está implantando o reflorestamento das áreas verdes.

Rio Pardo: Principal rio de Ribeirão Preto

“Rotatória bem cuidada”: Rotatória com jardim bem conservado, na Av. Emygdio Rosset, altura do número 2931.

“Rotatória mal cuidada”: Rotatória com o jardim mal conservado, na Av. Emygdio Rosset, altura do número 2300.

“Rua do comércio”: Av. Emygdio Rosset, avenida principal do bairro.

Unidade Básica de Saúde (UBS): Posto de atendimento médico pertencente ao SUS (Sistema Único De Saúde), inaugurado em 2004, no jardim Diva Tarlá de Carvalho.

APP: Área de Proteção Permanente na planície inundável do córrego das Palmeiras. A área estava descaracterizada por canais de drenagem na época do empreendimento e teve 250 000m² reflorestados pelos empreendedores do bairro, por determinação do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Ribeirão Preto (COMDEMA).

“Vista do Jardim Pedra Branca”: Vista panorâmica do Jardim Pedra Branca, ponto mais alto da área, vizinho ao Ribeirão Verde.

“Vista da cidade”: Vista panorâmica da aglomeração urbana de Ribeirão Preto a partir de alguns pontos do jardim Diva Tarlá de Carvalho.

“Vista do Jardim Prof. Antonio Palocci”: Vista panorâmica que se tem do Jardim Antonio Palocci.

“Vista do rio Pardo”: Vista panorâmica do rio Pardo que se tem a partir do Jardim Antonio Palocci.

“Viveiro”: Viveiro para produção de mudas de árvores para arborização urbana e mudas para plantio nas áreas verdes, mantido pelo Programa de Educação Ambiental do Ribeirão Verde (PEARV) que distribui mudas de árvores para os moradores. Atualmente, a produção de mudas está sendo utilizada no reflorestamento da 3ª etapa do Jardim Prof. Antonio Palocci.

ANEXO

“Questionário” para Colaboradores

1. Por que você começou a cuidar dessa área? Por que plantou desse jeito?
2. Recebeu ajuda de alguém? De quem? O quê? A ajuda foi determinante na sua decisão de plantar?
3. Sua atitude faz parte do projeto ambiental do bairro ou é uma atitude individual?
4. Na sua opinião, essas ações contribuem com o desenvolvimento do bairro?
5. Você tem conhecimento dos problemas de meio-ambiente no planeta? E no bairro?
6. O Ribeirão Verde é diferente dos bairros em que você morou antes? Por quê?
7. Para você, o que deve ser feito em relação à Mata?
8. Para você, a Mata e as áreas verdes do bairro são responsabilidade de quem?
9. Do que você mais gosta do bairro? Do que não gosta?